

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Mestrado em História do Império Português



Tese: **A ESTRADA PARA ALCÁCER QUIBIR**

(razões para uma decisão controversa)

Orientador: Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa

Mestrando: António Pedro Proença Esgalhado

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em História do Império Português realizada sob a orientação científica do Professor
Doutor João Paulo de Oliveira e Costa

Dedicatória

*A todos os que creem que há muito mais na personalidade de um homem do
que aquilo que se conta dele...*

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares e amigos pelos constantes votos de confiança e pelo encorajamento nos momentos menos bons...

Ao Professor Outmane Mansouri, pela prontidão na resposta e pela disponibilidade revelada em todas as vezes que foi interpelado, pelos documentos que me enviou e pelas boas indicações que me facultou...

Ao corpo docente do Núcleo de Mestrados da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pelos ensinamentos e indicações que me foram proporcionando e que foram determinantes para o meu objectivo ao abraçar este Mestrado: aprender História...

Ao orientador, Professor Doutor João Paulo de Oliveira e Costa, pela infinita paciência para esperar por mim no Porto para me ouvir ideias que o chocavam, e por ter aceite esta missão pedagógica de orientar uma tese idealizada por um mestrando assim difícil...

Aos membros do Júri que tão laboriosamente leram e avaliaram a presente tese e cujas recomendações me deram o alento e capacidade de deixar um trabalho menos imperfeito.

À própria Universidade Nova de Lisboa, por ter criado esta oportunidade de progredir nos estudos académicos com maior liberdade de gestão do tempo e custos de deslocações muito mais contidos (quesitos importantes para quem tem encargos de família e vive afastado dos centros universitários)...

... a todos, o meu sentido “Bem hajam”!

P. E.

A ESTRADA PARA ALCÁCER-QUIBIR – RAZÕES PARA UMA DECISÃO CONTROVERSA

(por ANTÓNIO PEDRO PROENÇA ESGALHADO)

Resumo

D. Sebastião é, provavelmente, o Rei português mais estudado e descrito, quer no que respeita à variedade de autores, quer no que respeita à quantidade de textos (em prosa e em verso), quer mesmo no que respeita à diversidade de outras formas de arte – Toda a historiografia dedicada a D. Sebastião é centrada na questão da sua incúria relativamente à sucessão e ao resultado de Alcácer-Quibir.

Talvez não seja para menos: afinal de contas, o que conta em História é o que aconteceu e o que aconteceu teve consequências graves para Portugal. Mas relatar o que aconteceu é insuficiente para explicar a História – e quando não é explicada, a História transforma-se em história, uma mera e enfadonha base de dados de eventos, actores, datas e lugares.

Não é verdade que D. Sebastião tivesse descurado a questão da descendência – apenas as possibilidades de casamento que foram levantadas foram mal sucedidas por razões várias e não totalmente imputáveis ao rei. Tal como houve razões de Estado, razões estratégicas bem meditadas, que aconselhavam o envolvimento no Norte de África face ao que estava em jogo... e na situação que se vivia então, o risco era baixo.

A análise do percurso governativo de D. Sebastião inserida no contexto doméstico e internacional em que ele viveu permite ajuizar sobre as suas motivações e julgar da justeza da sua decisão de intervir no Norte de África e de aceitar a batalha em que se perdeu.

PALAVRAS-CHAVE: governação, casamento, sucessão, organização militar, campanha, intrigas

THE ROAD TO ALCÁCER-QUIBIR – REASONS FOR AN ARGUABLE DECISION

(by ANTÓNIO PEDRO PROENÇA ESGALHADO)

Abstract

Most likely, King Sebastião is the more studied and described King in the Portuguese history, whether in terms of the variety of authors, or in the quantity of texts (both in straight prose or in verses), or even in the variety of other forms of art. Nonetheless, most of the historiography dedicated to him only focus the issue of his alleged negligence about his succession and the outcome of Alcácer-Quibir.

There are, perhaps, some good reasons for it: after all, what happened is what counts in History, and in this particular case, that brought serious consequences to Portugal. But to report only what happened is too short to explain History – and if not explained, History becomes just a story, a mere and tedious database of events, key players, dates and places.

It is not true that King Sebastião had neglected the issue of his succession – for various reasons all the possibilities of marriage that were taken into account have failed, and he was not totally blameful for that. And there were *raisons d'état*, deeply meditated motives, that recommended a military engagement in the North of Africa in view of what was the situation then... and in that situation the risk was assessed as low.

The analysis of the ruling performance of King Sebastião within the domestic and international context he lived in, allows us to speculate about his motivations, as well as to judge about the adequacy of his decisions to engage in the North of Africa and to accept the battle in which he got lost.

KEYWORDS: rulling, marriage, succession, military organization, campaign, intrigues

ÍNDICE

Introdução 1	9
Capítulo I: Estudo de caso	17
I. 1. Formulação do problema	17
I. 2. Objectivo do estudo	19
I. 3. Estado da arte	20
Capítulo II: Antecedentes	23
II. 1. O contexto interno e o contexto internacional	23
II. 2. O Problema da sucessão	33
Capítulo III: Nascimento – Educação - Governação	37
III. 1. Do nascimento à coroação	37
III. 2. Em redor da coroação.....	39
III. 3. O crescimento e a educação	42
III. 4. A governação.....	47
Capítulo IV: A conjuntura interna e internacional.....	55
IV. 1. Evolução da situação internacional em terra e no mar.....	55
IV. 2. Situação militar – as alterações de D. Sebastião	62
Capítulo V: O desígnio do Norte de África – a preparação e partida	78
Conclusão e Nota Final.....	85

Anexos

Anexo 1 – Transcrição de uma carta d'el Rey D. Sebastião a Gabriel de Almeida sobre o lavramento da prata.....	94
Anexo 2 – Batalha de Lepanto – um antes e um depois do ponto de vista geo-estratégico	95

Anexo 3 – Carta d’ El Rey D. Sebastião a João de Mendonça sobre a jornada de África.....	101
Anexo 4 – Extracto com a transcrição do “Privilégio” e do índice legislativo das “ <i>Leys, e provisões, qve ELRey Dom Sebastião Nosso Senhor fez depois qve começou a governar</i> ”, impressas em Lisboa per Francisco Correa em 1570.....	104
Anexo 5 – Tabela das fortalezas erigidas ou intervencionadas durante os 2º e 3º quartéis do Sec. XVI.....	108
Anexo 6 – Texto de Otmane Mansouri	113
Bibliografia	124

(Imagem da sub-capa – interpretação de D. Sebastião por Carolina Esgalhado - 12 anos)

Introdução

De toda a historiografia do império português, o período entre o reinado de D. João III e a monarquia dual é o mais intrigante porque o mais fantasiado e aquele cujos relatos que chegam aos dias de hoje são os mais duvidosos. Na verdade, ainda estão por esclarecer as circunstâncias em redor do desaparecimento de D. Sebastião, tal como não há uma só descrição da batalha de Alcácer-Quibir e da forma como decorreu até ao seu desfecho que seja sólida ao ponto de não levantar dúvidas.

À indefinição política que resulta da morte precoce do príncipe D. João – filho de D. João III e pai de D. Sebastião – e das regências de D. Catarina de Áustria e do Cardeal D. Henrique até à aclamação e reinado de D. Sebastião, juntavam-se a insatisfação de vários sectores dos 3 Estados – clero, nobreza e burguesia – mais as dificuldades orçamentais da Coroa e do país e o emergir de competidores estrangeiros em vários pontos de um império longe de estar consolidado. Estas conjunturas – a externa e interna – vão moldar a governação do rei-menino e influenciar as suas decisões, até ao seu desaparecimento nas circunstâncias que todos (des)conhecemos.

A historiografia sobre o período é por demais prolixa em relatos de intrigas palacianas e disputas de poder (não só entre nações, mas também dentro de cada Estado), e em alusões a descontentamento, evidente ou latente, justificado ou nem por isso, descontentamento que já era antigo. Sobre este descontentamento, é oportuno transcrever Lúcio de Azevedo, onde diz *“Quando em 1538 D. João III pensou em mandar à Índia uma armada de quarenta naus, a contrapor às esquadras que os Turcos aparelhavam para nos expulsar, muitos fidalgos, que usufruíam comendas, se escusaram. Alegavam que o descobrimento se fizera para fins de trato e comércio, e não, como as conquistas de África, de guerrear os infiéis; por isso não se achavam obrigados a ir na armada. E, como o soberano insistisse, ameaçando privá-los das comendas, apelaram para a Mesa da Consciência, que lhes deu razão. Por esse motivo*

*teve de ser reduzido o armamento ao número módico de doze naus, com a respectiva proporção nas forças combatentes.”*¹

Na história de Portugal não haverá rei que tenha merecido tantas obras escritas e de tantos autores diferentes como D. Sebastião. O rei menino, o desejado (que na verdade o era, mas já antes de nascer), foi e ainda é objecto de todo o tipo de especulações e a proverbial bruma de onde se espera que ele venha a sair, não é hoje mais que a aura de incerteza que o seu desaparecimento deixou. De todos os relatos que ficaram, de tantas prosas escritas e transcritas, em que podemos hoje acreditar? Terá havido intenção de mascarar a verdade? De a adulterar de forma premeditada? Se sim, por quem ou porquê?

Deste rei se contam como certas a sua misoginia (não provada, mas possível) – traduzida em alusões a uma também não provada, contudo também não impossível homossexualidade, a sua ânsia por feitos militares, a sua exacerbada fé religiosa, a sua obsessão pelos códigos tradicionais da cavalaria medieval. É igualmente mencionada uma mais que plausível impreparação para o exercício da governação devido à sua imaturidade. Uma impreparação muito possível, sim, mas igualmente contestável, quando se analisam alguns dos documentos que legou – D. Sebastião deixou obra legislativa apreciável e mesmo que não tenha sido redigida pelo próprio punho ela é bem reveladora do cuidado e interesse posto pelo rei nos mais variados assuntos sobre os quais se debruçou no decurso da sua governação. Embora seja mais notória a sua intenção reformista nos domínios da defesa e religioso, a lista seguinte bem demonstra que D. Sebastião se preocupou em regular outras matérias como as de natureza comercial, de infra-estruturas, do ensino universitário e até contra abusos sobre os escravos (sendo possivelmente o primeiro monarca a legislar sobre o tema):

5FEV1568 – Regim.to dos barqueiros da Vila de Tancos

9NOV1568 – carta ao juiz, vereadores e procurador da cidade de Coimbra, ordenando que o corregedor da comarca vigiasse e guardasse o mosteiro de Santa Clara com a sua guarda e não obrigasse o povo a esse serviço

¹ J. LÚCIO DE AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, pág. 109, referindo-se à Década 5ª, Liv. 3º, cap. 8º, de DIOGO DO COUTO.

13Fev1569 – cartas às câmaras e povos em que D. Sebastião pede para o avisarem de tudo o que parecer necessário para o bom andamento da governação e bem dos seus súbditos

14Fev1569 – alvará ordenando ao Letrado Duarte Nunes de Lião que juntasse as leis extravagantes e ordenações dos reinados de D. Manuel e D. João III que estavam em uso “e fizesse hum relatório da substância de cada hũa das ditas leis, ordenações, e determinações, per títulos, e em tal ordem, que na relação de cada hũa se compreendesse tudo o que se continha no original”

8Set1569 – Regimento do Conselho de Estado

3Jan1570 – Alvará sobre as rendas aplicadas para a fortificação dos lugares de África

28Jan1570 – Regimento das Alçadas

4Mar1570 – Regimento sobre a liberdade do trato da pimenta, drogas e especiarias da Índia

20Mar1570 – Lei sobre a liberdade dos gentios das terras do Brasil e em que casos se podem ou não podem cativar (*Leys e Provisões delRey D. Sebastião*, pags 155, 157)

20Jul1570 – Ordem para os lavradores que têm terras no termo de Montemor-o-Velho as lavrarem ou as oferecerem ou para as mandarem lavrar, sob pena de lhas tirarem

10SET1570 – Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem

18JAN1571 – Regimento da Mesa da Consciência

24Ago1571 – Alvará que proíbe apelações nas causas sobre resistência dos soldados das Ordenanças, despachadas pelos capitães-mores com os corregedores da comarca ou juiz de Fora

3Nov1571 – Lei de como hão-de vir armados os navios que destes reinos navegarem

26Jul1572 – Regimento dos juizes das confiscações no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa

22Abr1573 – Regimento sobre os direitos do azeite por saída

5Dez1573 – Alvará que proíbe juntarem-se no mesmo dia as audiências do Crime e Cível (como até então se praticava) quando havia dias santos, impondo que

quando na segunda feira fosse dia Santo, passasse a audiência do Cível para a terça e a do crime para a quarta

26Jan1575 – Lei sobre o igualamento das medidas dos sólidos e líquidos

3Out1575 – Regimento sobre como serão trazidos os degredados para a cadeia de Lisboa, embarcados e levados a cumprir seus degredos

20Nov1575 – Determinação para que os índios do Brasil “não sejam obrigados a servir os portugueses em suas casas mais que um mês contínuo” evitando assim que ficassem sempre como escravos de facto

15Mar1577 – Alvará que concede isenção dos exercícios de ordenança que era devida aos irmãos da Confraria da Misericórdia

28Nov1577 – Carta de confirmação dos Estatutos da Universidade de Évora

...

Depois, o facto de toda a sua vida (na verdade, desde antes do nascimento) estar imersa num mar de disputas de interesses torna como provável que os relatos da época viessem eivados da visão inerente a esses mesmos interesses e à “propaganda” que melhor os servia. Mais que quaisquer outros, os relatos dos cronistas contemporâneos de D. Sebastião devem ser comparados e aprofundados enquanto for tida como verdade a alegada intenção por parte destes de enaltecerem as virtudes do rei (entenda-se mesmo, exagerarem-nas) e minimizar-lhe os defeitos (se não mesmo ocultá-los) – é sabido que os cronistas eram objecto de censura e obedientes a orientações dos poderes dominantes, e por isso mesmo tendentes a enaltecer o que na época se tinha como virtudes e a branquear o que pudesse ser visto como vício, tanto no que respeitasse ao visado como no que respeitasse ao sistema em que vivia e à sua envolvência.

Surgem posteriormente outros escritos, já inscritos na corrente do chamado “sebastianismo” – essa espécie de culto de louvor à personalidade do rei desaparecido, a qual nasce do sentimento de “orfandade” resultante da queda do país sob a dependência de uma coroa espanhola. Também estes, devem ser analisados com alguma prudência, por mais que seja impossível expurgá-los totalmente de intenções ocultas. A profusão de relatos sobre os meandros internos e dissensões inerentes exige aprofundamento – assim surjam novos documentos capazes de lançar mais alguma luz sobre tantas interrogações.

É, portanto, proposta deste trabalho o analisar o percurso de vida de D. Sebastião desde a mais tenra idade à coroação, durante a regência e tutoria da avó e enquanto rei, olhando à envolvente internacional e interna que o rodeou, com vista a avaliar a justeza das suas decisões principais; olhando às consequências, julgam-se estas as que se identificam como:

- A intervenção militar no Norte de África

- A aceitação da batalha naquele local e naquele fatídico 4 de Agosto de 1578

Na elaboração deste trabalho e em conformidade com o tradicional método de investigação científica, partiu-se da formulação de hipóteses, as quais, levaram ao levantar de interrogações – umas genéricas, outras específicas – e procurou reunir-se bibliografia e referências documentais o mais variadas possível. Foram contactados dois historiadores marroquinos² no intuito de conseguir a versão “do outro lado”. Enfim, procurou-se reunir todo o tipo de informação, sem, à partida, rejeitar qualquer que ela fosse, mesmo que ela fosse contraditável com facilidade. Todo o trabalho foi feito na expectativa de encontrar respostas para as questões iniciais³, mas também na convicção de que é coisa natural que cada resposta origine mais perguntas. Ao trabalho de compilação, comparação e análise das fontes conseguidas juntaram-se alguns conhecimentos da ciência militar – ciência que, no essencial, assenta em postulados milenares: o que se estuda hoje como princípios da guerra já tinha sido estabelecido por Sun Tzu e aplicado pelos exércitos romanos! Juntaram-se ainda algumas convicções de natureza antropológica e da teorização de outras ciências sociais e humanas: na falta de certezas sobre os “como” e os “porquê”, é desta combinação de elementos que sai uma interpretação para os factos e a explicação que deles é ensaiada. E como é natural ao método científico, formulam-se hipóteses (descritas ao longo do corpo do texto da presente tese), as quais se procuram confirmar ou negar através das perguntas que constantemente se colocam:

² Infelizmente, apenas respondeu o Professor Mansouri, e sublinhe-se que com grande presteza e disponibilidade.

³ O rei agiu por impulso resultante das obsessões que lhe atribuem? O rei era incompetente? O rei embarcou numa aventura às cegas? O rei pode ter sido traído? Quem poderia ter interesse nisso? A conjuntura era mesmo desfavorável? A força reunida não era a adequada (na quantidade e na qualidade)?

- Terá sido o rei apenas um obcecado?

- Foram estas duas decisões ditadas pela obsessão? Nenhuma? Apenas uma? Qual?

- Foi o rei influenciado por grupos de pressão? Quais?

- Foi o rei traído? Por quem?

Genericamente, as dúvidas começam pela constatação da existência de muitos lugares comuns (também propagados por alguma historiografia) que é lícito questionar:

O conceito de pátria tal qual hoje se entende, é (neste tempo) inexistente. Este sentimento de pátria associado a identidade e a nacionalidade só vem a ser definitivamente cimentado na sequência da revolução francesa e das guerras napoleónicas, e tantas vezes mais apenas mais por reacção que por acção voluntária. Querer afirmar-se a portugalidade dos portugueses como o sentimento unificador é algo que uma reflexão mais madura impede de aceitar pacificamente. Contudo, sucessivas décadas de agravos vindos do vizinho do lado contra o povo que disso pouco percebia induziram muita aversão a Castela.

Por isso, talvez a aversão a Espanha tenha que ser entendida no quadro de outros interesses, nem sempre evidentes, raramente falados (mesmo por historiadores e cronistas) e possivelmente, mais induzida nos populares pelas elites (ou parte delas), que propriamente como um sentimento endógeno. Contudo, ainda que a sua justificação em razões patrióticas possa ser discutível, tudo aponta para que essa aversão tenha existido.

Num tempo em que não havia estradas nem comunicações, pretender que os populares estavam com o rei – a quem na sua grande maioria nunca tinham visto nem faziam ideia de como fosse – é uma ideia dificilmente aceitável. É certo que o rei D. Sebastião (como todos os antecessores) tinha obra estrutural e social de que o povo beneficiava e à qual atribuía crédito. No entanto, os registos o indiciam, D. Sebastião nunca passou para Norte do paralelo de Coimbra e portanto em boa parte do território os seus súbditos nunca o viram – na maioria do tempo a verdade é que o povo só sabia do Rei aquando das coletas de impostos e pouco mais, donde a alegada “lealdade” que lhe

votavam seria mais cobrada que oferecida, fosse por ameaças, fosse por promessas. Contudo, onde os senhores locais manifestassem uma preferência (que em regra impunham), é natural que os seus vassallos a seguissem;

Num tempo em que os reis e a nobreza tinham um comportamento e atitude de constante desrespeito pelos 10 mandamentos querer colocar a motivação religiosa nos pináculos das decisões políticas e militares é algo que é igualmente difícil de sustentar sem outros motivos⁴ – a religião seria mais instrumental que outra coisa qualquer. Contudo, ela foi, de facto, invocada mas essa invocação deve ser lida no contexto da conjuntura que então se vivia... e deve ser relativizada: uma das razões era o apoio político da Santa Sé, outra o apoio militar e material das demais nações cristãs e finalmente havia a não despendiça questão social em que o apelo da fé era sempre um factor adicional de motivação para um povo tão devoto e temente a Deus como era o português de então.

Sobre o jovem rei, em concreto, ficam também por perceber onde encaixariam as alegadas suspeitas sobre a sua homossexualidade – num tempo em que a sodomia era um crime punido com a morte, executável quer pelas autoridades militares (quando nos navios), quer pela Inquisição (quando em terra), não se vê como é que o rei cairia em tal pecado sendo ele tão fervoroso da sua fé como se diz – ele próprio legislou sobre o tema. É isto importante? Apenas na medida em que nos ajuda a perceber até que ponto os relatos sobre D. Sebastião podem ser inconsistentes ou contraditórios.

Fica ainda a dúvida sobre uma alegada aversão a armas de fogo quando ele no seu Regimento de Ordenanças⁵ impunha a realização de treinos de utilização das

⁴ Sobre a possibilidade de a questão religiosa ser falaciosa desde o início, já Jaime Cortesão ordenara as motivações para a expansão da seguinte forma:

“A primeira, a do interesse científico; a segunda, a do interesse comercial; a terceira, a do interesse militar, isto é, conhecer o poderio dos mouros naquelas partes; a quarta, a do interesse militar e religioso, ou seja, averiguar se naquelas partes haveria algum rei cristão que o quisesse auxiliar na luta contra os infiéis; a quinta, ainda de interesse religioso, o desejo de resgatar as almas dos infiéis, chamando-os ao seio da Madre Igreja” – Jaime Cortesão, *Os descobrimentos portugueses*, Vol II, p.355. Aliás, esta relativização já é hoje comumente aceite nos restritos círculos académicos, contudo, entendi dever reforça-la para evitar qualquer colagem a correntes que já foram dominantes.

⁵ Referência ao *Regimento dos Capitães-mores e mais capitães, e oficiais das companhias de gente de cavallo e de pé: e da ordem que terem em se exercitarem*, promulgado por D. Sebastião em 1570, documento que – em minha opinião – constitui verdadeiramente a primeira tentativa séria de instituição de um serviço militar obrigatório com características (quase) universais e que se imagina ter caído mal no seio da nobreza, porquanto representava uma enorme perda da sua influencia junto do rei: se levada por

mesmas e sabendo que ele procurou seguir e “decalcar” as novas doutrinas táticas (doutrinas que incluíam as armas de fogo individuais como elemento essencial da manobra, que consideravam a importância da artilharia como uma mais-valia, assim como um primórdio do que Napoleão viria a desenvolver como o “conceito de armas combinadas”), doutrinas que, como adiante se demonstra, procurou “decalcar” das adoptadas pela grande potência militar do tempo – a vizinha Espanha.

Finalmente, ficará – provavelmente para sempre – a dúvida relativa às circunstâncias em redor do seu desaparecimento. A organização e disposição dos marroquinos em Alcácer Quibir não foi a de alguém reunido à pressa e que marchou ao encontro de um agressor, mas sim a de alguém avisado com antecedência e que se preparou para a ocorrência. O relato da batalha e do seu desenrolar, em que as versões – pelo menos as da historiografia portuguesa – são unânimes em afirmar que ela pendeu para as armas portuguesas até ao momento do misterioso e inexplicável “sus” que ninguém sabe quem começou a gritar, não casa com o desfecho: ninguém interrompe uma exploração do sucesso antes de desbaratar o inimigo, nenhuma força combatente consegue reverter uma fuga num contra-ataque sem uma qualquer intervenção que force um volte-face de outra forma impossível.

Talvez um dia se descubra o que aconteceu ao Rei. Talvez se consiga perceber o que aconteceu naquela batalha.

Fica este trabalho limitado à descoberta do pensamento militar e político de D. Sebastião no plano tático. O que era a organização militar que ele tomou em mãos e que alterações lhe imprimiu. Porque escolheu ele aquele objectivo e não outro. Estariam o Rei e a força que reuniu à altura do desafio que esperavam encontrar?

diante, esta intenção materializaria a posse dos Exércitos na mão do rei, ao invés de ele depender da nobreza para o seu levantamento.

Capítulo I: Estudo de caso

“O império pujante era comandado por um pequeno reino flagelado e acossado, com uma família real desestruturada, composta por dois idosos, o cardeal D. Henrique e a rainha D. Catarina, por uma infanta solteira e sem capacidade reprodutora (D. Maria), por um jovem duque que nunca casou e pelo pequeno rei, cujo consórcio nunca foi resolvido. À sua volta pululava uma aristocracia serôdia, que beneficiava das riquezas ultramarinas mas que pouco se interessava pelas cousas do Além-Mar. Esta era a verdadeira fraqueza do reino neste terceiro quartel quinhentista e D. Sebastião acreditou que poderia libertar-se deste colete-de-forças, que lhe tolhia, inclusivé, as reformas do império, com o regresso da monarquia portuguesa à guerra⁶.”

I. 1. Formulação do problema

A introdução deixa claro que em meio de tantas indefinições e considerando a multitude de relatos e versões entre o contraditório ou o inverosímil, são muitas as questões por resolver e pode-se afirmar que passados estes quase 500 anos se continua com mais perguntas que respostas credíveis. É conhecido o facto de que apenas por ter vindo ao mundo, D. Sebastião constituía um entrave às pretensões hegemónicas do

⁶ João Paulo de Oliveira Costa et all, in *História da Expansão e do Império Português*, A Esfera dos Livros, 2014, pág. 164

vizinho espanhol. É também sabido que a competição pelo domínio dos mares vinha em crescendo e que um enfraquecimento do poder político e militar português facilitaria a vida aos nossos competidores. Finalmente, é igualmente conhecido o facto de a política do Rei não ser consensualmente bem acolhida no país, particularmente por aqueles cujos interesses ela abertamente afrontava. Não faltavam, portanto, inimigos que muito beneficiariam (ou acreditavam poder beneficiar) com um desaparecimento de D. Sebastião. Contudo:

- O relacionamento entre D. Sebastião e o seu homólogo espanhol parecia cordial, quase amigável e a correspondência entre ambos mostra uma postura quase subserviente do português relativamente ao espanhol – a atitude aparentemente protectora e amistosa do rei vizinho era mais a de um chefe de família preocupado com o sucesso e felicidade dos descendentes, que a de um chefe de Estado, que só por acaso era tio do chefe do cobiçado Estado-vizinho. Terá sido Filipe II⁷ intencionalmente dissimulado ao ponto de trair o “amigo”⁸ e sobrinho português para a concretização da ambição da reunião das coroas portuguesa e castelhana numa única coroa ibérica já feita à medida da sua cabeça?
- Os grandes competidores dos marinheiros portugueses poderiam esperar um real enfraquecimento da nossa capacidade militar se o rei desaparecesse e Portugal caísse sob a dominação espanhola? Seria possível que ignorassem esta certeza (da união política numa eventualidade assim) e acreditassem numa tão improvável relação causa-efeito ao ponto de conspirarem contra Portugal conluiados com os marroquinos?
- E os ex-privilegiados, os prejudicados pela governação sebástica, seriam interesseiros ao ponto de trair o seu rei? Por vingança? Pela esperança de recuperar os privilégios perdidos?

Uma coisa é certa: muitos dos relatos mais repetidos têm sido paulatina e metodicamente negados com o aprofundar dos estudos. O rei D. Sebastião tinha sido educado e industriado nas subtilezas da política internacional, nas questões sociais e nos segredos da governança do país, na dimensão e importância do império e nos segredos

⁷ Nota: ao longo de todo este trabalho e no texto da própria tese, porque cobrindo um período anterior ao da monarquia dual, o rei de Espanha é sempre referido como Filipe II

⁸ As aspas sobre a palavra “amigo” remetem para uma das afirmações mais elementares da ciência das relações internacionais hoje, mas que se tem por intemporal: “*Em política externa, as nações não têm amigos – têm interesses!*”

da ciência militar – a sua pouca idade podia impor-lhe as limitações resultantes da falta de experiência, mas essas eram em boa parte compensadas por uma formação académica e científica de eleição e pelo conselho de homens experimentados nos meandros da Corte, nos conveses das naus e nas praças de África e do Oriente.

Assim e olhando ao trágico fim que o rei conheceu e às dramáticas consequências que daí advieram para Portugal tem-se que a questão chave ao falar de D. Sebastião (isolando-o da batalha em si) é: foi o rei permeável a grupos de interesse? Houve incompetência militar do rei, foi adversidade pura e dura, ou a realidade foi outra nunca antes mencionada?

I. 2. Objectivo do estudo

Olhando aos documentos hoje conhecidos sobre toda a sua acção, a perspectiva tradicional debruçada sobre as consequências de uma acção militar antes de acautelada a questão da sucessão é tão redutora quanto injusta para a figura de D. Sebastião. Evidentemente que o Rei foi imprudente ao descurar a sucessão – mas quando se é jovem, acredita-se sempre na eternização da própria existência, ou pelo menos a perspectiva da morte é sempre vista como algo longínquo: nunca se pondera a possibilidade de acidentes, o receio de alguma fatalidade é sempre visto como coisa de velhos já desprovidos de energia, é-se naturalmente aventureiro e impetuoso. Além disso, a necessidade de um rei imberbe se impor ao respeito dos seus vassalos, em particular aos mais idosos e experientes, é algo que deve ser tido em conta com muita seriedade e a possibilidade de ele se pretender afirmar no universo da Corte pela via dos feitos de armas é assaz plausível.

Depois, as expectativas para a campanha onde se perdeu eram tão optimistas aos olhos do rei (e não só, por mais que a historiografia teime em apenas sublinhar e repetir as vozes da prudência) que ele tem como único acto em que denuncia ter

consciência de uma possibilidade nefasta o facto de ter redigido um breve testamento⁹ em vésperas da partida para a campanha em que se perdeu.

Haverá, por consequencia, outras razões que não as mais habitualmente disseminadas.

A presente tese procura analisar a vida e obra do Rei D. Sebastião enquadrando-a no contexto doméstico e internacional que constituiu a sua envolvente, designadamente no que respeita às políticas desenvolvidas no plano militar e no que respeita à manutenção e conservação do Império, isolando-o dos resultados. É, portanto, um estudo sobre a causa e não sobre o efeito.

Em última análise, o presente estudo procura ajuizar até que ponto as duas decisões fundamentais adoptadas por D. Sebastião têm alguma justificação racional à luz do contexto em que foram tomadas.

I. 3. Estado da Arte

Já foi referido que D. Sebastião será dos reis mais prosados em toda a historiografia portuguesa, e não só por autores nacionais. Maria Augusta Cruz refere que “no ano de 2002 veio a lume um minucioso repertório bibliográfico elaborado por Vítor Amaral Oliveira que, sob o título «*Sebástica – Bibliografia Geral sobre D. Sebastião*» recenseia 3780 títulos”¹⁰. De todos estes trabalhos, entre escritos e obras de arte correlacionadas, extraem-se relatos do mais factual ao mais fantasista – tantas vezes contradizendo-se entre uns e outros, mas precisamente por esta relação entre quantidade e qualidade se pode inferir a aura de incerteza em torno da figura do Homem de Estado e do Homem-indivíduo.

⁹ Embora citado por vários autores, existem suspeitas sobre a fidedignidade deste documento que alguma historiografia considera apócrifo e forjado (possivelmente) após o desaparecimento de D. Sebastião.

¹⁰ Maria Augusta Lima Cruz, “*D. Sebastião*” – Colecção Reis de Portugal, Ed. Temas e Debates, Abril de 2009, pag 9) – aliás, a introdução a esta obra (pags 7 a 13) constitui, por si só, um excelente ponto de situação sobre o estado da arte neste tema. Mais tarde, Luís Costa e Sousa num artigo publicado no nº 1 da publicação “e-Stratégica” (2017) refere “quase 4000 títulos” coligidos.

Podem considerar-se 3 períodos relevantes no que à historiografia sebastica diz respeito:

- O período dos cronistas coevos (o único cronologicamente delimitável) – este período, o menos prolixo por razões evidentes, caracteriza-se pelo relato “controlado” dos aspectos mais favoráveis e dos actos mais positivos, à luz da mentalidade da época, relativos ao menino/rei e à sua governação;
- O período do sebastianismo – este período tem um início razoavelmente bem demarcado (após o desaparecimento de D. Sebastião), mas um final algo difuso. Caracteriza-se pela construção de uma imagem romântica associada ao rei, naquilo que essa imagem pode ser conveniente para a defesa de interesses particulares, como também da ocultação da sua acção política, com o consequente realce à sua imaturidade e precipitação, precisamente pelas mesmas razões. Deste período ficaram os mitos que o descrevem como imaturo, impreparado, militarmente inepto, homossexual, misógino, fanático religioso e imprevidente (alguns destes adjectivos serão exagerados, mas é a forma abreviada encontrada para caracterizar a imagem que foi sendo construída e que perdurou – e em muitos sectores perdura ainda);
- O período a que, na falta de melhor designação, se chama recente – um período cujo começo é também difuso, mas que se inicia com os primeiros estudos mais aprofundados sobre os documentos coevos e que põe em causa (quando não em negação aberta) todos os clichés anteriormente repetidos, o período em que, enfim, se procura confirmar ou negar tais clichés. Este período ainda decorre e é neste que a presente tese procura mérito suficiente para se poder imiscuir.

Em qualquer dos períodos existem obras de inegável interesse: umas, pelo retrato da época, outras pelo retrato dos actos do rei, outras – as mais recentes – pelo questionar das relações causa-efeito entre o retrato da época e o que de facto foi feito pelo Rei relativamente ao que se sabe pelos documentos que o próprio e os seus próximos deixaram. Contudo, todas estas obras devem ser olhadas à luz da dúvida e se é verdade que já houve quem o fizesse, não é menos verdade que há dúvidas que ainda persistem.

Dos mitos da época, a comunidade académica já abandonou o da motivação religiosa para a expansão. Alguns outros foram já citados na introdução – e na discussão de todos esses, receia-se bem que este estudo já não possa ambicionar vir a ser

inovador, embora se mantenha a esperança de poder aduzir novos argumentos em reforço dos que já existem.

Em que se pode então contribuir para um progresso do conhecimento histórico da vida e obra de D. Sebastião? Precisamente no aprofundar da questão sobre o fim da estrada para Alcácer-Quibir: Em que medida foi o Rei inepto? Em que medida foi ele apenas impulsivo ou obsessivo? A empresa estava, de facto, votada ao fracasso, ou tinha, afinal, boas condições para ter sucesso? A empresa era mesmo inevitável e imprescindível para a consolidação do Império? Era um imperativo da expansão da cristandade? E militarmente – seria o Rei ignorante relativamente ao seu potencial militar? Que alterou ele à organização que recebeu? Que efeitos poderiam ser esperados dessas alterações?

Capítulo II: Antecedentes

II. 1. O contexto interno e o contexto internacional

No Séc. XVI – tal como já se fazia na Idade Média - a política externa das nações, a guerra e a paz, era muito condicionada às alianças entre as mesmas, e estas eram muitas vezes consolidadas ou estabelecidas em função dos laços matrimoniais entre príncipes e princesas (ou outros membros da alta aristocracia), razão pela qual os casamentos se faziam como se os esponsais mais não fossem que depósitos de garantia mútua da não-agressão. Num tal contexto, cada casamento era precedido de criteriosa análise das possibilidades em aberto nos diferentes países, tal como eram devidamente avaliadas e pesadas as consequências diplomáticas da preterição de uma dada possibilidade, relativamente a outra – a aliança entre A e B podia ser vista por C como uma ameaça.

No quadro geoestratégico da época, seria mais que previsível que à menor brecha os castelhanos tentariam penetrar: a expulsão durante a crise de 1383-85 nunca fora bem digerida, a ambição do governo de uma Ibéria unificada sob uma coroa espanhola sempre esteve latente no ideário espanhol¹¹ e naquela época Portugal era uma jóia ainda mais ambicionada devido ao domínio dos mares e ao controlo do comércio com o Oriente.

Três anos depois do nascimento do Príncipe Sebastião morre o avô paterno, enquanto o materno durará ainda mais dois. No entanto, teve ainda tempo suficiente para se imiscuir nos assuntos internos portugueses, designadamente nas questões da educação do príncipe Sebastião, bem como para industriar o seu filho e sucessor –

¹¹ Deve salientar-se que do lado português também existiu esse sonho, embora, e naturalmente, a unificação desejada o fosse sob os auspícios de uma coroa portuguesa

Filipe II, que virá a ser o primeiro de Portugal – para a importância das mesmas: vários historiadores alegam uma putativa simpatia pela independência portuguesa por parte de Joana de Áustria como o motivo para Carlos V a chamar de regresso a Castela, apenas 4 meses após o parto, ficando Sebastião confiado à avó Catarina, a qual se manteve em Portugal até à sua morte em 1578.

Desde a separação da mãe o príncipe viverá envolto em intrigas palacianas das quais não é certo que tenha sempre tido consciência, numa corte que lhe disputava a atenção, dividida entre os partidários de um afastamento diplomático relativamente à Espanha e os partidários da aproximação, assim uma espécie de proto-iberistas.

Neste período (o que inclui as décadas precedentes e o próprio reinado de D. Sebastião), vários factos dominam a cena política portuguesa:

No plano externo, a novidade era a crescente disputa dos mares – a receita já não cobria o gasto e recorreu-se aos empréstimos internos para reduzir o déficit; para este efeito, emitiam-se obrigações do tesouro a um juro inferior ao da dívida externa, com o que se previa pagar o respectivo juro – apesar de todos estes artifícios, a poupança do país esvaía-se no pagamento do juro da dívida externa, mesmo considerando que a dívida interna era (nominalmente) muito superior à outra – aqui o monopólio português cede lugar ao oligopólio ibérico estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. Mas mesmo os portugueses e castelhanos se não perderam a superioridade no Atlântico, perderam o exclusivo o que já foi significativo; a isto havia a acrescentar, a expansão otomana (ameaçadora em vários pontos do império). Além disto, a tentativa por outras potências da ocupação de territórios reclamados pelos portugueses avolumava problemas que já de si eram desafiantes. A ameaça turca crescia sob a liderança de Suleimão, o Magnífico, e apenas virá a ser contida nos mares em 1571, na batalha de Lepanto¹² – já D. Sebastião reinava, já ele tinha planos para o Norte de África, onde pretendia, quer consolidar a posição portuguesa no Norte de África para apoio à navegação, quer o controlo do curso que se sabia fortemente apoiado a partir de Larache, quer criar uma zona tampão para a contenção de ambições turcas (os turcos apoiavam Marrocos militarmente) e ao terem-se expandido até à Argélia estavam perigosamente próximos de Ceuta – e daí ao Sul da Península Ibérica era um pulo: a

¹² Anexo 2 – Batalha de Lepanto – um antes e um depois do ponto de vista geo-estratégico

tese que defende que derrotados os turcos em Lepanto tinham deixado de constituir uma ameaça era, no mínimo, discutível.

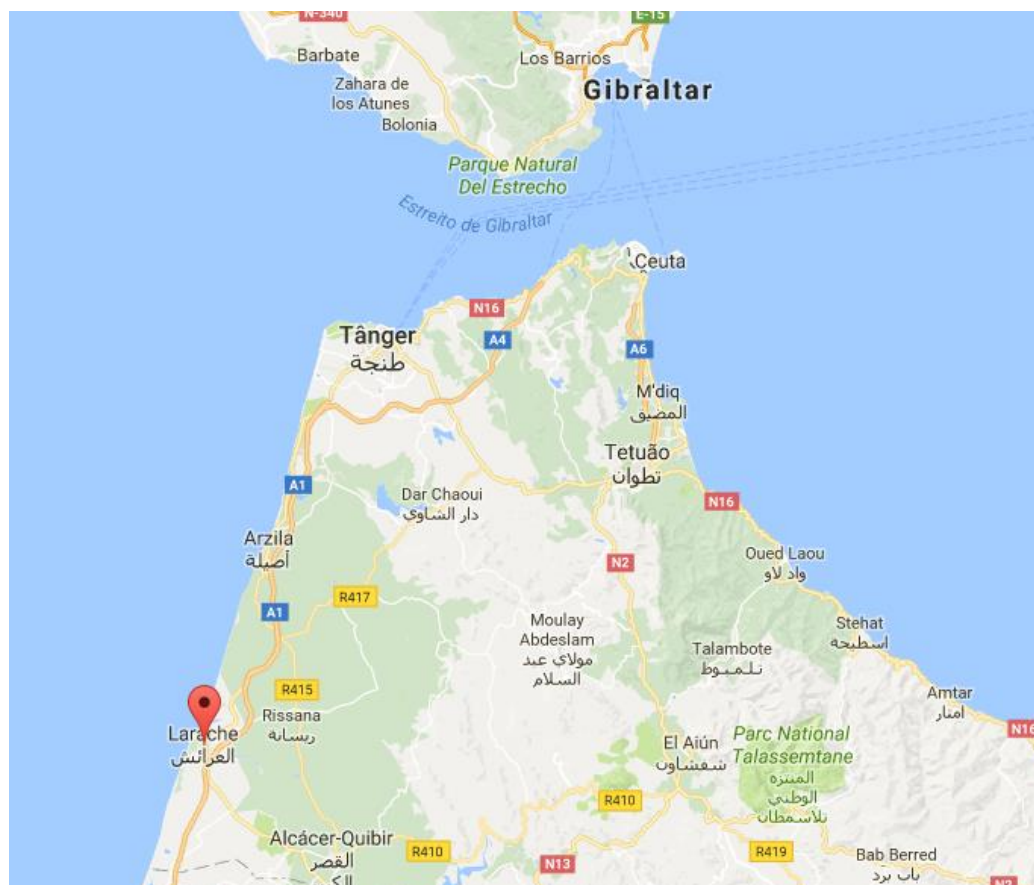


Fig. 1 – Mapa de Marrocos com as localizações de Ceuta, Tânger e Larache

(fonte: Google maps)

Internamente, o país via agravar-se o crónico deficit de tesouraria¹³, enquanto tentava ultrapassar a sua ainda mais deficitária demografia (para as terras e ofícios empregando mão-de-obra escrava, e para as praças militares e navios recorrendo à contratação de estrangeiros, ambas as soluções, com onerosos custos financeiros).

A colossal fortuna que entrava em torrente pela via do trato comercial da especiaria e demais produtos exóticos esvaía-se na importação de quase tudo, em luxos

¹³ Já no capítulo dedicado ao nascimento do príncipe D. Manuel, filho de D. João III e o primeiro dos “desejados”, Ana Isabel Buescu refere que “a conjuntura era de carestia.../... e depressão económica no reino, faltava o pão e eram grandes as dificuldades financeiras da coroa...” (Ana Isabel Buescu in D. João III – Coleção Reis de Portugal – ed. Temas e Debates, Rio de Mouro, Maio de 2008, pág. 198)

e no exibicionismo, no pagamento de favores e satisfação de compromissos, na construção e manutenção da frota naval, em despesas militares e nas despesas da administração corrente; a toda esta, havia ainda que juntar a que se perdia para o corso, em naufrágios e na corrupção (sobre a qual sobejam relatos). Embora Frei Nicolau de Oliveira no seu *Livro das Grandezas de Lisboa*¹⁴ mostre um saldo excedentário, isso não obstou a que D. Catarina se visse obrigada a disfarçar uma bancarrota¹⁵ – eufemisticamente chamada “crise financeira de 1557” – através da suspensão do pagamento dos débitos sobre as letras de câmbio, que seriam convertidos em padrões de juro¹⁶. Como é possível – perguntarão muitos – que toda aquela verdadeira fortuna das arábias se desvanecesse sem deixar rasto?

Deixar rasto, deixava, embora de pouco proveito (tirando, talvez, uns quantos monumentos de grande volume e maior preço – para os padrões da época – deixados em testemunho da magnificência de então e que hoje contemplamos orgulhosos da obra feita). O Rei e a Corte viviam no maior fausto e ninguém olhava a despesas, fosse no trajar, ou no mobilar. As tenças e outros benefícios a que El-Rei já antes estava obrigado cresceram exponencialmente e na razão directa do crescimento da coluna dos estipendiados, merecedores que se tornaram dos favores reais pelos serviços – de armas ou outros – prestados à coroa, aquém e (principalmente) além-mar: Anthony

¹⁴ A obra citada não cobre exactamente o período em apreço, mas não sendo distante – em termos cronológicos – e não havendo indicação de variações significativas nos parâmetros do mercado (relação entre valor de compra e valor de revenda, e quantidades transaccionadas), é tomada como exemplo ilustrativo da contabilidade real e da expectável situação de tesouraria, isto se todos os lançamentos do deve e haver estiverem ali contemplados (e esta é a parte sobre a qual não há certezas)

¹⁵ Maria Augusta Cruz in *D. Sebastião* / Maria Augusta Lima Cruz. - Temas e Debates, 2009 – pág. 79; a debilidade económica do país é, aliás, um tema recorrente noutros historiadores, ainda que a expressão “bancarrota” seja pouco utilizada – contudo, manda a justiça afirmar que a crise económica nasceu em Espanha..

¹⁶ Textualmente, Maria Augusta Lima Cruz diz o seguinte:

“E se é certo que muitos privados, lícita ou ilicitamente, acumulavam bons lucros, ou mesmo fortunas, com as oportunidades de negócio proporcionadas pelo império, a verdade é que a coroa se ia depauperando inexoravelmente. Estes e outros factores acabariam por levar tão longe a degradação da situação financeira portuguesa que determinam a publicação, a 2 de Fevereiro de 1560, de um alvará suspendendo os pagamentos da Casa da Índia, tal como 3 anos antes acontecera em Espanha, a bancarrota seria disfarçada, transformando-se a dívida flutuante do Estado em dívida consolidada. Na prática eram suspensos os pagamentos dos débitos sobre as letras de câmbio, convertendo-os em padrões de juro.” (Maria Augusta Lima Cruz in *D. Sebastião* / Maria Augusta Lima Cruz. - Temas e Debates, 2009 – págs. 78 e 79)

Disney¹⁷, citando António Dias Farinha, referia a questão dos compromissos da coroa para com os seus servidores já com D. Afonso V, ao dizer que *“a nobreza de serviço portuguesa esperava que a expansão para Marrocos lhe trouxesse honra na batalha e riquezas sem par. Os que serviam nas guarnições procuravam os mesmos benefícios com a participação na “pequena guerra” perene (.../...) A pequena guerra era uma oportunidade para os jovens nobres melhorarem os seus registos de serviço e depois pedirem doações e mercês à Coroa”* – e tudo leva a querer que toda esta situação se tenha ido agravando, num efeito de bola-de-neve.

A súbita injeção de dinheiro “fácil” na sociedade lusitana levou a que a motivação para produzir descesse (a crença mais difundida era a de que deixara de ser preciso trabalhar¹⁸) e o país, já antes dependente de importações, viu essa dependência ainda mais agravada. A crescente necessidade da ampliação da frota naval (a da carreira das Índias e a de guerra que era necessário manter no Índico) fazia disparar os custos na construção e no equipamento, já para não falar na frota militar necessária ao patrulhamento e protecção contra o corso. Finalmente, a falta de braços portugueses, quer para as charruas, quer para os canhões e para o velame, obrigava à compra de escravos para acorrentar às enxadas e arados, ou à contratação de mercenários para a defesa de feitorias e armadas (ou para o alargamento da conquista, nos casos em que a persuasão diplomática se revelasse insuficiente). Era muito, muitíssimo, o dinheiro que entrava, mas era também muito, muitíssimo o dinheiro que saía...

¹⁷ Disney, A. R., *História de Portugal e do Império Português – vol II*, Ed. Guerra e Paz, Col. Saber e Educação, Fev2011

¹⁸ Lúcio de Azevedo, já a propósito da conquista de Ceuta, citando Zurara descreveu bem como nasceu e se desenvolveu o sentimento que a partir daí dominou: *“Logo no primeiro concelho, que o rei convocou, em seguida à vitória, houve quem duvidasse das vantagens de levar por diante a aventura. Insinuavam alguns que conservar a praça se tornaria oneroso para o reino, enfraquecendo-o de gente para a defesa própria e consumindo-lhe recursos preciosos. E até ao propósito, que mostrava o rei, de fazer a Deus serviço recomendável levantando igrejas em terras dos mouros, opuseram que não menos louvável seria reparar as muitas que no reino se encontravam em ruínas. Razões judiciosas, mas sobre as quais prevaleceu a vontade do rei, contrária. Por efeito dela Portugal passou a ser uma nação de marítimos, desarraigada do solo e a derramar a população escassa por várias terras, cada vez mais longe, pelo mundo fora. A transformação dos objectivos nacionais tinha de reflectir-se no sentimento individual, e o povo, desviado dos hábitos hereditários que o prendiam à terra, adquiriu a índole aventureira, cosmopolita, disposta aos riscos pelo lucro imediato, de preferência à obstinação no trabalho, de lento, mas seguro resultado” (.../...) – Lúcio de Azevedo in *Épocas de Portugal Económico*, Clássica Editora, Porto – Nov1988, págs. 62 e 63*

A manutenção das praças do Norte de África era igualmente incomportável para a disponibilidade existente. A expansão do império otomano tinha terminado, mas as conquistas conseguidas no Mar Vermelho e Golfo Pérsico punham uma séria ameaça à presença portuguesa na região e quando não nos afrontavam directamente pela agressão ou ameaça militar, faziam-no pela via diplomática, apoiando reis locais inimigos dos portugueses. Por outro lado, os autóctones marroquinos permaneciam infiéis e revelavam hostilidade crescente. Tornava-se impossível manter efectivos dissuasores de veleidades em todas as praças e não era possível acorrer em tempo oportuno sempre que alguma necessitasse socorro. Face a todas estas condicionantes, e vista a perda da praça de Santa Cruz do Cabo de Gué, D. João III decide-se pelo abandono sucessivo de Safim, Azamor, Arzila e Alcácer Ceguer, o que foi realizado entre 1541 e 1550. Contudo, falar em declínio do império apenas por este facto é tão prematuro quanto impreciso: a presença no Norte de África foi mantida, a expansão na Ásia continuava e D. João III criava o Brasil, acabando por vir a levantar um governo-geral para aquele território e a designar o correspondente Governador-geral.

Aos problemas já descritos, juntava-se um outro que ainda só estava nos primeiros passos, mas já se fazia sentir de forma insistente: os mares, que cerca de 100 anos antes eram portugueses, tinham deixado de o ser. Eles já eram agora sulcados, primeiro por castelhanos – que durante muito tempo foram os únicos e verdadeiros rivais – mas logo depois por franceses e ingleses (e pouco mais tarde ainda outros), e entre as consequências indirectas materializadas pela competição comercial, e consequências directas materializadas pela constante ameaça do corso e pela disputa de territórios, as necessidades militares para garantir a segurança da navegação e o controlo dos territórios exigiam um esforço adicional no crescimento do aparelho militar, algo que mesmo que o dinheiro cobrisse, não era suportado pela parca demografia portuguesa. Não é do âmbito deste trabalho dissecar as causas para isto, mas é imprescindível relatar a consequência: o paradigma do império teve que mudar, deixando de ser marítimo para, pouco a pouco, se transformar em colonial/terrestre. Só que até as possessões em terra já despertavam cobiça: franceses e ingleses procuravam imiscuir-se no negócio do ouro no Golfo da Guiné, o Brasil estava igualmente na mira de França (que chegou a estabelecer um colónia onde é hoje o Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara), as Molucas eram disputadas pelos espanhóis. Maria Augusta Cruz vai mesmo ao ponto de afirmar que se tratava “(.../...) *talvez da parte mais pesada da*

herança de D. Sebastião: a cabeça do império começava a despertar para a consciência de que as suas glórias podiam estar a desvanecer-se” (sic)¹⁹, independentemente do facto de o Império estar ainda em fase de expansão.

E isto conduz-nos àquela que era a maior fragilidade da nação lusitana: a falta de braços. Portugal que nunca tinha tido uma população significativa, tardava em recuperar da razia provocada pela peste negra ocorrida ainda em meados do Séc. XIV – e a verdade é que a mortalidade se manteve sempre em valores elevados e a esperança de vida era bastante baixa. A população portuguesa em meados do Sec. XVI seria de cerca de 1.400.000 almas²⁰ e por esta altura ocorre um novo surto de peste em Lisboa tão devastador quanto o anterior, o que terá contribuído para agravar o problema. Malgrado esta população tão limitada, o pequeno Portugal outorgava-se o domínio do seu território original mais os arquipélagos dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde e de S.Tomé e Príncipe, mais uma boa parte da costa africana desde a entrada do Mediterrâneo até ao mar Árábico, várias possessões nas Penínsulas Árábica e Indostânica, outras possessões ou simples feitorias menores espalhadas pelo Índico e Ásia e ainda o Brasil – a historiografia mais banal está profusamente ilustrada de mapas do império com excessivo exagero da realidade do mesmo, porque com tão pouca gente para tanta terra, falar de ocupação é liminarmente impossível e falar de controlo é igualmente abusivo: em terra, porque a ocupação exige civis para o desenvolvimento económico e social e militares para a segurança da conquista e a derrota de ameaças – voltamos à escassez de braços – e no mar porque o crescimento continuado de competidores raramente pacíficos impunha necessidades crescentes de embarcações e marinhagem, navios de guerra que não havia porque também já não havia gente em terra que os construísse nem para renovar as perdas que se iam sofrendo, quanto mais para ampliar tal frota e mesmo que houvesse, as guarnições já só poderiam ser recrutadas no estrangeiro entre foragidos às justiças nacionais ou o mercenarismo a peso de ouro.

De facto, haveria algum controlo nas orlas costeiras, mas muito descontínuo; os sertões não só continuavam inóspitos como este controlo litorâneo só

¹⁹ Maria Augusta Cruz in *D. Sebastião* / Maria Augusta Lima Cruz. - Temas e Debates, 2009 – pág. 55

²⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira, e, SERRÃO, Joel, *Nova História de Portugal – Vol V (do Renascimento à Crise Dinástica)*, Ed. Presença, Maio de 1998, citando o numeramento de 1527 descrito por João Alves Dias (páginas 13, 15 e 18)

foi uma realidade até aparecerem competidores. A partir do momento em que eles surgiram, foi um constante esticar de uma manta que não tinha como cobrir tanto com tão pouco, o que explica o abandono das praças marroquinas atrás citadas:

- As edificações defensivas necessitavam de reconstrução e recondicionamento para as tornar capazes de resistir à moderna artilharia de cerco já utilizada por marroquinos e turcos²¹

- A “retaguarda” destas praças estava a semanas de travessia marítima, o que dificultava (ou impossibilitava mesmo) o reforço oportuno em caso de ataque

- Estas praças exigiam guarnições militares numerosas, cujos efectivos nunca eram suficientes para derrotar por si só ameaças maiores, o que por sua vez exigia uma reserva naval e terrestre com alguma prontidão para intervir em socorro dos “aflitos” que o solicitassem quando atacados, reserva essa que não existia

- A utilidade comercial destas praças era nula ou negativa, o que não motivava a nobreza a lutar pela sua conservação e explica a corrente crescente que advogava o seu abandono – não fazendo parte dos circuitos mercantis nem sendo imprescindíveis para o apoio à navegação, em termos financeiros eram apenas mais um sorvedouro dos dinheiros reais. Não só não rendiam bens transacionáveis que pudessem ser exportados para a Europa, como devido ao facto de os efectivos serem em boa parte constituídos por mercenários, os custos com os mesmos disparavam e ainda por cima nem sequer eram auto-sustentáveis e boa parte das subsistências tinham que lhes ser fornecidas por via marítima: nem os esperados cereais que se dizia existirem na planície marroquina lhes chegavam (existir, existiam, mas não chegavam aos ocupantes portugueses);

- Finalmente, atendendo ao atrás descrito é lícito afirmar que muitas destas praças existiam apenas para mostrar ao mundo o esforço de cristianização feito pelos portugueses, esforço que estava longe de ser tão bem sucedido quanto se pretendia fazer

²¹ Luís Costa e Sousa afirma que “para os portugueses a situação militar vai deteriorar-se rapidamente a partir dos anos 30 de quinhentos, quando os xarifes sáidas iniciam uma guerra sem tréguas aos cristãos, congregando as simpatias locais. A retracção dos portugueses culminou com a queda da fortaleza de Santa Cruz em 1541, depois de um prolongado cerco durante o qual os sáidas revelaram dominar todo o tipo de armamento moderno, dos quais se destacavam pesadas peças de artilharia de assédio” (in *Alcácer Quibir - 1578; Visão ou delírio de um rei?*, pág. 7)

crer – tirando estas possessões costeiras fortificadas, a penetração portuguesa para o interior era inexpressiva ou inexistente, e sem ocupação não havia influência religiosa.

Em resumo, fosse da perspectiva religiosa, fosse de uma óptica comercial, fosse do ponto de vista estritamente militar, a manutenção e defesa de todas aquelas praças era impraticável.

Ficam, a fechar este relato as intrigas e dissensões internas, quiçá, as mais complexas e longas de descrever e interpretar.

Já foi dito que existiam em Portugal duas correntes politicamente opostas. Não eram bem partidos, no conceito formal do termo, mas antes reflectiam “inclinações” políticas: uma a que se chamará a dos independentistas e que eram avessos a uma excessiva submissão ou aproximação a Espanha, e a outra a que – na falta de melhor termo – se designa por iberistas, os quais advogavam (ou pelo menos não desdenhavam) a união com Espanha.

A morte de D. João III antes da maioridade de D. Sebastião abre caminho à regência de D. Catarina, a qual, não sendo totalmente bem acolhida, acabaria por ser aceite, no pressuposto de D. Sebastião ser de imediato aclamado rei, e de este assumir a governação ao atingir a idade de 14 anos²².

A tutoria de D. Catarina e as directrizes dela resultantes seriam os instrumentos da discórdia entre as facções que se confrontavam. A seu lado, pontificavam o Secretário de Estado, Pêro de Alcáçova Carneiro, o bispo de Portalegre, D. Julião de Alva, um ex-Governador da Índia, Martim Afonso de Sousa e um filho do regedor da Casa da Suplicação, Jorge da Silva, só para citar o círculo mais próximo.

Pela oposição²³ enfileiravam, o Cardeal D. Henrique, e com este, alguns diplomatas e antigos combatentes pelo império de além-mar, como, entre outros, Lourenço Pires de Távora, Álvaro de Castro e João Pereira Dantas.

²² Seria nas Cortes de 1562/63 que acabaria por ser acordada a idade com que o Rei passaria a governar (in *D. Sebastião* / Maria Augusta Lima Cruz. - Temas e Debates, 2009 – pág. 161)

²³ Maria Augusta Cruz cita também António Pereira Marramaque, Senhor de Basto, pela autoria do *Tratado que mostra que nem mulheres nem pessoas eclesiásticas devem governar senhorios e causas porquê*, embora não o alinhe com o Cardeal (in *D. Sebastião* / Maria Augusta Lima Cruz. - Temas e Debates, 2009 – pág. 74)

Dividiam-se quanto ao poder e influência das Ordens Religiosas em geral, e dos Jesuítas em particular, ou quanto às escolhas dos tutores para D. Sebastião, fosse o religioso ou o educador.

Apesar da oposição, D. Catarina ainda promulga o “Regimento da Casa do Despacho dos Desembargadores do Paço”, promove o aperfeiçoamento administrativo, reforma as ordens religiosas e reestrutura a hierarquia do clero. A somar a esta produção reformadora, ainda a regente tivera que lidar com as dificuldades de tesouraria, e este era outro dos motivos de descontentamento: o Estado vinha satisfazendo os compromissos assumidos com interrupções e um atraso crescente, e os prejudicados apontavam o dedo ao fausto da Corte e aos custos do seu estilo de vida como os responsáveis pelo incumprimento da regência²⁴. A crise de liquidez agravava-se com a progressiva redução das remessas de ouro da Mina.

A contestação a D. Catarina vai subindo de tom, principalmente pela voz do já citado Lourenço de Távora, o qual se escuda em alegadas “razões patrióticas”²⁵. Este alegado patriotismo pode ser posto em causa ao ler-se as queixas pelo mesmo dirigidas a D. Joana sobre a orientação imprimida à educação do Rei – a este propósito, é oportuno transcrever um trecho de Maria Augusta Lima Cruz onde transcreve uma carta a D. Joana, datada de Julho de 1567, na qual²⁶ “.../...*não deixa, no entanto de censurar o rei por se mostrar «muito livre no falar em público e em infâmia e prejuízo para os fidalgos» e por ser «resoluto na execução do que lhe aborrece por palavras e demonstrações». Criticando o facto de D. Sebastião ter sido «criado em tanta miséria que se entende dele será mais estrito nas mercês e remoqueja tirar as que estão feitas». Mostra-se mesmo convencido de que, uma vez rei, D. Sebastião «não terá respeito nem excepção de pessoas»...*” (fim de transcrição) – claramente se percebem os temores da nobreza e demais fidalguia relativamente a uma possível perda de poder e de influência no futuro – e a consequente perda de privilégios – e não faltaria quem, mesmo na corte portuguesa, aplaudisse o seu afastamento e uma união ibérica. Por outro lado, outros

²⁴ Mesmo depois de abdicar da regência (e já no reinado do neto) são várias as menções a avultados subsídios reclamados por D. Catarina

²⁵ Maria Augusta Cruz in *D. Sebastião* / Maria Augusta Lima Cruz. - Temas e Debates, 2009 – pág. 140 (contudo, pouco adiante no texto, é feita alusão a “interesses de classe” o que legitima a dúvida relativa à nobreza das intenções subjacentes a esta contestação)

²⁶ Idem, ibidem

sinais de desconfiança se manifestavam em relação à Regente, para não dizer de desafio aberto à sua autoridade: no início de Setembro de 1559, contra a proibição expressa de D. Catarina, as casas de Bragança e de Aveiro uniam-se através do casamento em segundas núpcias de D. Teodósio, 5º Duque de Bragança, e D. Brites de Lencastre, filha de D. Luís de Lencastre, comendador-mor da Ordem de Avis e irmão do Duque de Aveiro. D. João de Lencastre foi, também ele, conivente com a desobediência. A oposição da Regente tinha fundamento nos receios de ameaça à manutenção da supremacia régia representada pela união de tão poderosas casas. Contudo, outros viam nisso uma boa saída para uma futura sucessão num quadro português.

Foram vários os motivos para a abdicação de D. Catarina em favor do Cardeal D. Henrique, mas a incapacidade para resolver a questão financeira e o cansaço de lidar com as oposições e intrigas terão tido o seu peso na opção tomada. Após 5 anos de regência, e dois anos depois de uma primeira tentativa, D. Catarina cede o lugar ao cunhado, o qual regerá o reino a partir das Cortes de 1562 até à tomada de posse de D. Sebastião em 1568, precisamente no dia em que este completava os 14 anos de idade.

No entanto, mesmo durante este período da regência do tio, nem por isso D. Sebastião se viu livre da influência e controlo apertado da avó, a qual se mantinha sempre tão próxima do neto quanto possível, em cumprimento à promessa antes feita ao sobrinho Filipe II de “*não abandonar nunca a pessoa do rei, nem uma hora sequer*”²⁷.

II. 2. O Problema da sucessão

As opções de alianças políticas pela força nupcial eram limitadas. O reino português, Católico e dependente da anuência do Papa para a manutenção do império que lhe assegurava a não-agressão pelos demais Estados católicos, caso cedesse à celebração de alianças com Estados não-católicos (calvinistas/luteranos/protestantes) arriscava perder o apoio papal o que o exporia à cobiça dos demais. Por outro lado, porque mesmo a existência de tratados como o de Windsor não garantia as boas relações

²⁷ Maria Augusta Lima Cruz, ob. cit., pág 125, citando Alfonso Danvila in *Filipe II y El Rei Don Sebastián de Portugal*, Madrid, Espasa-Calpe, 1954, págs. 136/137

e o respeito pelos limites do Império – recorda-se que a Inglaterra, ao recusar a autoridade do núncio de Roma, prontamente declarou não reconhecer o Tratado de Tordesilhas por não dever obediência ao Papa – tudo aconselhava à celebração de bodas cristãs com países cristãos.

Com D. Manuel inicia-se um ciclo de abertura a Castela, com a celebração do seu casamento com D. Isabel de Aragão, oriunda da casa real dos Trastâmaras. Com este passo, a dinastia de Avis inicia uma política de alianças com o vizinho espanhol que seria aprofundada posteriormente ao celebrar vários casamentos entre os Avis e os Habsburgos. Contudo, esta era uma necessidade política incontornável, dado que ao Portugal sub-populado e disperso pelo mais vasto império até então visto, não era possível manter uma reserva de braços para pegar em armas, caso o vizinho irrompesse em hostilidades – esta política de alianças com Castela através de matrimónios sucessivos traduzia o assumir de um risco mais ou menos calculado: tratava-se de garantir uma indispensável não-agressão na retaguarda, para assegurar a capacidade de manobra nos mares e nas áreas recém-adquiridas e tudo estaria bem desde que os sucessivos casais reais portugueses garantissem um herdeiro para a coroa.

Se é facto que isto tornava o reino português vulnerável a uma pretensão espanhola pela via pacífica, não é menos verdade que isso só poderia acontecer caso por cá ocorresse algum problema de sucessão. E ela (a sucessão), sempre periclitante devido à elevada mortandade que afectou as sucessivas gerações da linha sucessória, acabou por ser rompida quando ela mais parecia assegurada.

A D. Manuel sucedeu seu filho João, que reinou como o terceiro do nome em Portugal. Dando continuidade à política apaziguadora com Castela, D. João III trocava alianças com Catarina de Áustria, irmã de Carlos V do Sacro-Império Germânico (Carlos I de Espanha) – a casa de Habsburgo apertava um nó corredio que apenas a continuidade sucessória dos Avis poderia afrouxar.

Seguindo a política iniciada com o pai, D. João III casa a infanta D. Maria com o herdeiro de Carlos V – Filipe – e o seu único filho sobrevivente – também João – com Joana de Áustria, de quem era primo direito (Joana era filha de Carlos V, o qual, como se viu, era tio direito do príncipe herdeiro). A inexistência de outros herdeiros (todos mortos, ou à nascença ou ainda em tenra idade) obrigava a colocar todas as apostas na continuidade sucessória sobre a capacidade reprodutiva do casal João e

Joana, porque a saúde habitual do príncipe não inspirava grande segurança – é a tomada desta consciência que origina o cognome de “o desejado”: para a garantia da independência de Portugal, era imperioso que estes dois gerassem e os receios da queda sob a dominação espanhola tornaram esta a mais desejada das crianças.

In extremis, a natural futura rainha concebe e já em fim de gestação o príncipe João cai doente, doença que o levará à morte. Não é certa qual foi a doença²⁸, mas extingue-se desta forma o último dos 9 filhos de D. João III e Catarina de Áustria – a sucessão fica assim dependente da boa conclusão da gravidez de D. Joana de Áustria, da esperança que do parto saísse varão e da sobrevivência deste até ele mesmo, por sua vez, procriar. Quis a fortuna que dezoito dias depois, em dia de S. Sebastião, a rainha desse à luz um varão!

Com a morte do príncipe – que estaria destinado a governar como o quarto João de Portugal – Carlos V chama de regresso a Espanha a enviuvada princesa: nos termos dos acordos nupciais (usuais para a época, sublinhe-se), podia fazê-lo, visto que a viuvez libertava a consorte de todos os compromissos nupciais, e o rei seu pai fê-lo argumentando com a sua necessidade de se ausentar de Espanha e a necessidade de a nomear como regente. Outras correntes afirmam que o verdadeiro motivo teria raiz em inconvenientes inclinações pró-portuguesas atribuídas a D. Joana, pelo que seria preferível afastá-la da corte lusitana.

Carlos V podia mandar recolher D. Joana, mas quem ele não podia retirar de Portugal era o recém-nascido Sebastião, o qual ficava então aos cuidados dos avós paternos, D. João III e D. Catarina de Áustria, irmã de Carlos V e vista como excessivamente próxima de Espanha.

A morte de D. João III abre caminho à regência de D. Catarina, a qual pode assim influenciar a educação do futuro rei português e o país fica então refém de um futuro varão que este pudesse vir a gerar, ou tornava-se mais que previsível que cairia sob a coroa espanhola – é a consciência desta possibilidade que pode estar na génese de algumas atitudes posteriores do Rei de Espanha, quer no que respeita às iniciativas

²⁸ Segundo Maria Augusta Cruz, “*Tudo indica, à luz de conhecimentos posteriores, que D. João padeceria, na realidade, de diabetes juvenil*” in *D. Sebastião* / Maria Augusta Lima Cruz. - Temas e Debates, 2009 – pág. 26

matrimoniais a partir de Lisboa, quer no que respeita a compromentimentos militares em apoio da coroa portuguesa...

Quem cresce no meio de intrigas, ou as ignora ou as encara com naturalidade... desde que tenha consciência delas. É isto que também não é certo, mas tudo leva a crer que, nem que fosse apenas numa fase posterior, D. Sebastião saberia (pelo menos) de parte delas.

Capítulo III: Nascimento – Educação - Governação

III. 1. Do nascimento à coroação

Data	Acontecimento	Idade do Rei
02Jan1554	Morte do príncipe D. João (pai de D. Sebastião)	–
20Jan1554	Nascimento de D. Sebastião	–
15Mai1554	Partida de D. Joana para Castela	4 meses
11Jun1557	Falecimento do Rei D. João III (avô de D. Sebastião)	3 anos e meio
16Jul1557	Coroação e aclamação de D. Sebastião	3 anos e meio
20Jun1568	Assumpção das funções reais de facto	14 anos
04Ago1578	Batalha de Alcácer-Quibir	24 anos

Tabela 1 – Datas mais marcantes para a vida de D. Sebastião

Não há grandes escritos sobre o período entre a chamada de D. Joana de regresso a Castela e a morte de D. João III. É de presumir que, até essa data, a alegada inclinação pró-espanhola de D. Catarina²⁹ tivesse sido moderada pela presença do

²⁹ Vd *D. João III* de Ana Isabel Buescu, págs 246 e 247 – a autora não refere explicitamente a inclinação da rainha, mas deixa-a implícita ao citar a aversão por um dos conselheiros preferidos do rei seu marido, o Conde de Castanheira, e ao descrever o novo protagonismo assumido por ela após a morte de D. João III. Quanto à moderação da influência exercida pela rainha, a autora diz explicitamente que “*nos*

marido. No entanto, à data da morte de D. João III já a sua influência era significativa, muito por via do progressivo envolvimento nas questões governativas em que a partir dos anos 40 o rei a fazia cada vez mais envolver.³⁰

Também, diga-se em abono da verdade, uma criança, mesmo tratando-se de um príncipe herdeiro, até aos 3 anos de idade ainda é pouco influenciável seja por que tendências forem – talvez por isso tenha havido tão pouco que contar.

Os testemunhos coevos referem o príncipe como uma criança de pele esbranquiçada e cabelo loiro, o que lhe acentuava um aspecto também descrito como frágil e delicado. O seu crescimento não foi isento de sobressaltos, já que foram várias as doenças que o afectaram, felizmente, todas se limitando a algumas caídas ao leito real e às dores e desconforto que lhes eram inerentes³¹.

É importante não perder de vista a natureza humana, na análise do percurso de D. Sebastião, mas olhando-a no contexto da época. Nascido depois da morte do pai, afastado da mãe desde os 4 meses, entregue aos cuidados mecânicos de educadores selecionados, é inevitável que os traços de carácter que ele virá a evidenciar se tenham formado a partir das influências únicas a que esteve sujeito e pelas quais foi condicionado desde o berço. É difícil juntar a esta equação o factor afectos (ou a ausência deles, neste caso), num tempo em que estes talvez não tivessem assim tanta importância e mesmo não fossem uma preocupação habitual, mas dificilmente se conseguiria um produto diferente daquele revelado, quando tudo na formação e educação do futuro rei girava em torno da consciencialização da importância das funções que irá desempenhar, em torno da religião e em torno das armas.

Afastada a mãe³² – que o embaixador espanhol reputara de mais ligada a Portugal que a Espanha – por um prudente e habilidoso Carlos V, chamando-a a Castela

primeiros anos de rainha... D. João tê-la-á mantido, de forma deliberada, afastada de alguns assuntos.../... embora a rainha procurasse claramente intervir...” (pág. 247).

³⁰ Vd *D. João III* de Ana Isabel Buescu, págs 248 e 249

³¹ Embora o rei tenha padecido de uma doença então não identificada, esse quadro é aqui intencionalmente ignorado porquanto nunca foi incapacitante por períodos prolongados

³² Este afastamento da mãe foi causa de uma das peculiaridades da história deste rei: ele foi dos mais retratados durante a infância e crescimento, e boa parte desses retratos encontram-se em Espanha – eram encomendados por D. Joana, que assim ia acompanhando o crescimento físico do filho.

para o exercício de funções “mais importantes”, é a avó quem assume os cordelinhos da educação do petiz, tendo procurado influenciar (quando não impor) a escolha dos tutores e de todos os membros que constituirão a casa do Príncipe. Ficou, portanto, o filho afastado da mãe desde os 4 meses de idade e também tão afastado quanto as circunstâncias o permitiam de alguma influência pró-lusitana por parte de quem quer que fosse, com ou sem peso e autoridade na Corte portuguesa. De uma posição inatacável, o rei do país vizinho garantia que o futuro rei de Portugal fosse influenciado na sua educação para uma atitude, se não pró-espanhola, pelo menos de aceitação da sua influência.

Com 3 anos de idade, no dia 16 de Julho de 1557, na sala grande do Paço da Ribeira, minuciosamente preparada pelo secretário Pêro de Alcáçova Carneiro, tinha lugar a cerimónia de coroação de D. Sebastião – o menino chegara ao colo de D. Lopo de Almeida, a quem coube ajudar o pequeno Soberano a segurar o pesado ceptro cuja entrega marcou o início da cerimónia e durante todo o decurso da mesma: sem perceber nada do que lhe estava a acontecer, o pueril D. Sebastião era “Rei de Portugal e dos Algarves d’Aquém e d’Além Mar em África, Senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia”!

Sem dúvida era demasiado reino para tão pequeno rei, mas o tempo (e os tutores e demais figuras próximas) se encarregariam de fazer o rei crescer à dimensão do reino.

III. 2. Em redor da coroação

A descrição do acto da coroação feita por Maria Augusta Cruz³³, não só pela riqueza do que diz, mas mais que tudo, pela riqueza do que subentende, em tudo quanto respeita aos antecedentes imediatamente próximos e à própria cerimónia da coroação do rei é bem demonstrativa do ambiente de intriga e de conspiração vivido em torno daquele momento.

³³ Vd. Maria Augusta Lima Cruz in *D. Sebastião*, Colecção Reis de Portugal, Círculo de Leitores - Temas e Debates, 2009 – págs 46 a 52

Em toda essa descrição, a autora nunca o refere abertamente, mas deixa mais que subentendido: a coroação foi um teatro, uma encenação pobre em enredo e em coreografia, mas na qual todos os actores, com maior ou menor boa vontade (e por razões, aí sim, nem sempre explícitas ou implícitas), representaram o seu papel:

Não deixa de ser estranho que, apesar de a altura do ano (fim da Primavera) se poder prestar ao acelerar da decomposição de um féretro, ser tão acelerado o processo de exalação de odores a tal ponto incomodativos – e este foi um dos argumentos invocados para acelerar todas as cerimónias decorrentes do passamento do rei: a reunião do conselho, o próprio funeral, a coroação de D. Sebastião. Não existia ainda medicina forense nem nesse tempo existia já o conceito de autópsias, pelo que as causas de morte nem mereciam qualquer averiguação, mas até a morte de D. João III, tendo sido repentina, presta-se a suspeitas: porquê a urgência no funeral e numa reunião magna em que boa parte dos conselheiros com assento previsto não estiveram?

Na reunião do conselho é lido um documento com alegadas indicações deixadas pelo finado antes de morrer, mas nada impedia que todo este discurso tivesse sido forjado pela rainha D. Catarina em conluio com o secretário.

Os motivos para suspeitar da lisura de todo o processo continuam a somar-se: às questões sobre a autenticidade destes “apontamentos” (a que se poderá chamar “questões de forma”) somam-se as dúvidas legítimas quanto ao conteúdo; embora existissem razões para que isto pudesse ter sido pacificamente aceite, persistirão sempre reservas, ainda que nem sempre explícitas, sobre a credibilidade do putativo documento: afinal, era a Rainha e o seu “amigo” secretário quem se escudava em algo que só eles tinham podido verificar antes, mas que lhes era tão benéfico para os próprios interesses. Por muito que os participantes pudessem afirmar a sua credibilidade na peça, eles não deixavam de ser parte do elenco da mesma.

Porquê a aceitação de um documento que, lendo as entrelinhas do relato, tinha tudo para ser contestado? Porquê a necessidade de “repartir responsabilidades” (o termo mais exacto seria transferir, ao invés de repartir), procurando o parecer de um órgão (a Câmara de Lisboa) que nem era o mais legítimo para as assumir? Quem tinha alguma coisa a perder? E o quê? Que se teria passado nos bastidores que tudo foi feito com pezinhos de lã por parte de quem podia ter decidido um rumo diferente, como se quisessem estar de bem com Deus e com o diabo?

Sublinhe-se que até o próprio facto de o Secretário ter sentido a necessidade de prestar juramento sobre todas as suas afirmações merece suspeitas. Embora o juramento fosse uma prática usual na época, como vínculo da palavra de um homem, ele era exigido em determinadas circunstâncias e como um formalismo a que o próprio era obrigado; aqui, terá sido o próprio a adoptá-lo para lá de qualquer exigência que lhe tivessem imposto, assim como uma necessidade de adicionar credibilidade a actos e palavras que só faz sentido quando se tem a consciência pesada relativamente ao que se está a fazer.

Sabendo que estamos a falar de um tempo que não excedeu 5 dias (D. João III morre no dia 11 e esta cerimónia tem lugar no dia 16), sabendo que o Secretário não delegaria este tipo de assuntos, sabendo que ele teria muitos outros trabalhos a efectuar no decurso destes dias (como o preparar e participar nas reuniões já descritas, mais o convocar atempadamente dezenas de dignitários para todas estas realizações), é legítimo questionar quando é que o secretário pensou e redigiu um regimento detalhado ao pormenor para uma coroação imprevista: teria tudo isto sido previsto antes? Estaria tudo planeado?

Naturalmente que a festividade pretendida seria pouco propensa ao júbilo normalmente associado a festejos, em vista da proximidade do passamento de D. João III, mas também dificilmente se pode descartar um pensamento como o aqui exposto. Sendo certo que tal pensamento ocorreria com mais facilidade a quem via em D. Catarina uma partidária de Espanha, não é menos certo que mesmo os seus adeptos teriam dificuldade em desculpar a sua ausência na cerimónia da coroação.

Tem-se, portanto, como garantido, que D. João III morre repentinamente e que D. Catarina, secretariada por Pêro de Alcáçova Carneiro, ascende à regência do reino de Portugal, ainda que sob alguma contestação, aberta ou dissimulada. Neste quadro, D. Sebastião é coroado e aclamado Rei, na tenra idade de 3 anos e meio. Seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique, aceita um papel coadjuvante da rainha-regente, mesmo sem saber dos limites legais que à mesma eram impostos (como se viu, não o foram) e portanto, com ainda maior indefinição quanto aos poderes que lhe competiriam.

Fica por provar a autenticidade de um documento invocado e lido, que serviu como base para a aceitação dos papéis atribuídos ou reivindicados para cada um dos actores que compuseram o elenco desta peça, representando papéis principais, de um lado, a própria rainha, o “seu” secretário Pêro de Alcáçova Carneiro, D. Julião de Alva

(bispo de Portalegre), o ex-governador da Índia Martim Afonso de Sousa e Jorge da Silva, e, do outro lado, o cardeal D. Henrique, e alguns fidalgos mais próximos como Lourenço de Távora, Álvaro de Castro e João Pereira Dantas. D. Sebastião, ainda que protagonista e centro do acto, mais não foi do que um mero figurante face aos constantes jogos de influência que o rei de Castela orquestrava nos bastidores.

Ficam por provar os interesses que se jogaram (se é que jogaram) e a forma como esses pretendiam projectar-se no futuro.

Premonitório, “... dois dias após o acto de aclamação de D. Sebastião e terminada a quebra dos escudos, manifestação integrante do cerimonial de luto pela morte de D. João III, Simão Gonçalves, corregedor da Corte, clamava em voz alta pelos corredores do paço que o Príncipe de Castela ainda havia de ser rei de Portugal, pois D. Sebastião “comia por mão dos castelhanos”...”³⁴

III. 3. O crescimento e a educação

Com a morte do avô paterno, em 1557, o príncipe é aclamado rei na tenra idade de 3 anos, pelo que o reino fica sob a regência da avó, tida como uma insidiosa partidária de Espanha. Desde logo, estava a regência em disputa entre ela e o cunhado – o cardeal D. Henrique – e não faltam registos da capacidade manipuladora de D. Catarina, da sua habilidade e tacto políticos. Não é certo que ela procurasse a unificação ibérica sob a coroa espanhola como um fim em si mesmo, mas tudo leva a crer que ela (no mínimo) olharia essa possibilidade como a menos nefasta das consequências para qualquer vicissitude. Nos bastidores da regência e da corte, eram discutidos quem seriam os educadores da criança, o modelo de educação, a nomeação do confessor e a proposta de vários nomes (sempre) vindos de Espanha para estas funções dificultam qualquer crença na boa-fé da regente em todo este processo.

Neste contexto, a corte portuguesa estava dividida entre dois partidos:

³⁴ Vd. Maria Augusta Lima Cruz, ob. citada, pág 52

- Do lado de D. Catarina, como vimos, pontificavam o Secretário de Estado, Pêro de Alcáçova Carneiro, o Bispo de Portalegre, D. Julião de Alva, o ex-governador da Índia, Martim Afonso de Sousa e o filho do regedor da Casa da Suplicação, Jorge da Silva;

- Por seu turno, do lado do Cardeal contava-se boa parte da antiga nobreza e do alto clero, e os fidalgos Lourenço Pires de Távora, Álvaro de Castro e João Pereira Dantas, homens de reputação talhada pela espada no alargamento e manutenção do império.

A imagem do avô materno será de grande influência para o petiz (imagem que terá sido, naturalmente, ampliada pela avó) e D. Sebastião nutrirá sempre por ele uma grande admiração devido aos constantes feitos militares e aos sucessos políticos.

Outro modelo que o jovem admirava era o tio-avô Luís (irmão de D. João III), que embora não tenha praticamente conhecido em vida, deixara no Paço memórias ainda recorrentes de façanhas cuja grandeza era suficiente para impressionar uma criança desejosa por merecer o reconhecimento dos que o rodeavam e ansiosa por conquistar o seu lugar próprio naquele mundo³⁵.

Seguem-se na linha dos mais influentes sobre a moldagem do futuro rei o próprio Cardeal D. Henrique e D. Aleixo de Menezes, designado educador da criança e instruído para incluir nas matérias a ensinar a exaltação dos feitos conseguidos pelos antecessores na construção do império e no combate aos infiéis. Não é difícil conceber o imaginário desta criança como estando repleto de heroicos feitos militares, por um lado, e de devoção religiosa, pelo outro. Contudo, querer restringir a educação e influências a estes dois vectores será necessariamente uma perspectiva redutora, porquanto existam referências a uma deficiente preparação política do rei que lhe limitaria a sagacidade para a governação e são precisamente essas referências que merecem um crédito limitado, ou não tivesse este rei, apesar da sua juventude e pouca experiência, tido iniciativas legislativas reveladoras de um entendimento muito profundo da realidade envolvente.

No que respeita à sua personalidade, a leitura dos relatos merece também alguma prudência e profundidade... e interpretada no contexto próprio do futuro que era imposto àquele ser: uma criança que cresce a ouvir um constante matraquear que lhe

³⁵ Vd. Maria Augusta Lima Cruz, ob. citada, pág 42

repete *ad nauseam* que vai ser rei e que vai exercer autoridade sobre todos os que o rodeiam é natural que tenha acessos de fúria sempre que seja contrariada. Mas se é verdade que segundo os relatos o moço tinha assomos temperamentais, também não é menos verdade que os mesmos relatos referem que ele rapidamente regressava à normalidade e que era, em regra, disciplinado.

Dele também se dizia que era de espírito vivo e que era naturalmente curioso – também isto é normal numa criança por todos estimulada a aprender e a quem se fala constantemente no futuro: é natural que pouco a pouco a criança queira perceber o que a espera e porque, muito provavelmente, teria sempre ao lado alguém que lhe respondesse, a criança que iria ser rei sentir-se-ia ainda mais estimulada a aprofundar as suas aprendizagens.

Recuando um pouco na história económica do país, vamos encontrar as primeiras referências à penúria real (e às suas causas, ou pelo menos a parte delas) ao tempo do Rei D. Fernando. Depois deste, sempre houve uma pequena multidão de nobres ou aspirantes a sê-lo a reclamar da não execução de boas promessas reais pelos serviços prestados à coroa – a realidade do país era a de um longo rol de compromissos insatisfeitos. Não é de excluir a possibilidade que a desilusão face à insatisfação resultante do incumprimento de promessas levasse muitos a acreditar na possibilidade de a resolução do problema vir de Castela – o que explicaria a quantidade de concelhos que, durante a crise de 1383-85, foram favoráveis aos castelhanos, conforme Lúcio de Azevedo³⁶ nos conta, citando a *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes³⁷ - no entanto, o mesmo Fernão Lopes nos dá a entender que o povo estava com a independência o que é um indicador da desconfiança popular relativamente às boas intenções de Castela, versão corroborada por Maria Helena Coelho - esta última vai mais longe no detalhe sobre as divisões que fracturavam a sociedade portuguesa³⁸, afirmando que “.../... Grande era, pois, a divisão do reino, às vozes contrárias de Castela ou do Mestre,

³⁶ Lúcio de Azevedo, “*Épocas de Portugal Económico*” (pag. 58)

³⁷ Fernão Lopes lista vários fidalgos e enumera 54 lugares que tomaram partido pelo rei de Castela; a posição inicial da Rainha D. Leonor, que mandava dar acolhimento àquele rei, terá também tido o seu peso na posição de muitos dos antagonistas do mestre de Aviz – vd. *Crónica de D. João I – Vol I*, Livraria Civilização, 1945, págs 125 e seguintes

³⁸ Maria Helena da Cruz Coelho in *D. João I – Colecção Reis de Portugal*, Ed. Circulo de Leitores, 2005, págs. 40 e 41

ameaçando mesmo a célula familiar, na oposição de pais a filhos, mulheres a maridos, irmãos a irmãs.../...”

Passada esta crise (resolvida com o ouro da Mina), e por motivos vários tendo engordado a fila dos credores da prometida gratidão real, o problema não só não se resolvera como vinha-se progressivamente agravando.

É certo: não há provas materiais de que o jovem monarca tivesse a consciência das dificuldades de tesouraria no reino, mas é difícil acreditar que não se tivesse apercebido da multidão de nobres e fidalgos de mão estendida às tenças e privilégios³⁹. D. Sebastião recebe os cofres reais num turbilhão contabilístico de encaixes financeiros, por um lado, mas pelo outro lado também de despesas sem fim, em que os gastos (os militares e os da navegação comercial) eram astronómicos, e os encargos de despesa corrente imensos. Repita-se: Era muito, muitíssimo, o dinheiro que entrava, mas era também muito, muitíssimo o dinheiro que saía.

A hipótese de algum dos seus educadores o ter induzido para a necessidade de resolver tal problema (se fossem eliminados alguns dos comensais do bolo, mais gordas fatias sobrariam para os restantes) dá sentido a que alguns dos diplomas régios que ele assinaria mais tarde, se devidamente respeitados e implementados, teriam seguramente um efeito redutor da pressão sobre o tesouro real.

Além de uma nobreza assustada com a hipótese da perda de privilégios, o jovem rei preparava-se já para enfrentar uma facção iberista (facção essa, cujos membros talvez acreditassem em melhores condições provindas da coroa castelhana), e tinha ainda que atender aos interesses do poderosíssimo clero – aliás, uma das possibilidades de acção anti-nobreza, cujos poderes e influência eram disputados, por exemplo, pelos jesuítas.

Contudo, parecem incontestáveis dois tipos de influências primárias – duas grandes linhas temáticas, na falta de melhor expressão – sempre presentes na educação do Rei e que alimentaram as narrativas caracterizadoras que sobre ele se foram tecendo: a religiosa e a política. Se não é certo que D. Sebastião (como qualquer dos seus

³⁹ Em reforço desta ideia, uma pesquisa na obra *Itinerários de D. Sebastião* coligida por Joaquim Veríssimo Serrão e publicada pela Academia Portuguesa de História em 1962/63 revela-nos um constante de despachos assinados por D. Sebastião para a atribuição de remunerações e outros privilégios (de natureza financeira ou outra) a muitos servidores da Coroa ou a familiares deles.

antecessores) tivesse regulado a sua acção política e militar em obediência aos ditames religiosos – por mais que se tivesse servido deles e que neles se tenha apoiado – já parece indiscutível que o monarca fosse um praticante devoto dos ritos cristãos, em público e em privado: era um crente fervoroso. E se não é certo que o Norte de África fosse uma sua obsessão ancorada na luta por Deus contra o infiel, ou alicerçada na sua tão propalada ambição de feitos militares, já parece difícil de contestar que havia um quadro político e geo-estratégico de manutenção do império que estava desenhado e para o qual uma presença estável no Norte de África era essencial⁴⁰. Naturalmente que a questão religiosa foi invocada – ela era instrumental, na medida em que o Rei a entendia como essencial para conseguir o apoio político e material da Santa Sé, mas também o apoio político e militar de outros países europeus, com a Espanha à cabeça.

Quanto à questão política/imperial, desde a mais tenra idade que o rei-menino ia sendo esclarecido sobre a extensão dos seus domínios e sobre a importância dos mesmos para a garantia da sua grandeza e glória. Também aqui, parece lícito acreditar que um jovem púbere cheio de testosterona tivesse a fogosidade própria da idade para procurar o respeito dos cortesãos através de feitos de armas que todos reconhecessem – mas é igualmente lícito questionar que um rei esclarecido quanto à arte da guerra e aos seus perigos e dificuldades, um rei rodeado de conselheiros experimentados na peleja, decidisse questões tão graves apenas para a satisfação do seu ego. Parece mais aceitável que na base da decisão tivesse estado uma visão mais favorável das circunstâncias do momento, por um lado, e a percepção da premência de uma solução militar imediata que fosse preventiva de males maiores no futuro e que solucionasse outros do presente. O que nos leva, inevitavelmente, à competência militar de D. Sebastião⁴¹, que indubitavelmente foi alguém que:

- passou anos a decidir sobre a organização e reestruturação do seu efectivo militar,
- estudou as últimas doutrinas militares

⁴⁰ Da compilação *Documentos de várias tipologias, relativos à história portuguesa, sobretudo do reinado de D. Sebastião* consta uma cópia de uma carta original d'el Rey D. Sebastião a João de Mendonça sobre a Jornada de África (pág. 97). Nesta, o rei confirma a sua intenção de reforçar a defesa das possessões no Norte de África e solicita o aconselhamento do seu experimentado interlocutor face aos desenvolvimentos político-militares em Marrocos. Uma reprodução e transcrição desta carta encontram-se no anexo 3

⁴¹ Vd *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da Guerra* de Gonçalo Couceiro Feio, e *Escrita e prática da guerra em Portugal: 1573-1612* (tese de doutoramento) e *A arte na Guerra - A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos* ambos de Luís Costa e Sousa

- impôs a adopção das técnicas e tácticas mais recentes (nomeadamente no que respeita quer à fortificação, quer ao uso das armas de fogo individuais e colectivas)
- obrigou ao – e em muitos casos supervisou – adestramento de quadros e tropas no uso correcto das técnicas e dos meios.

É altamente duvidoso que alguém com tal currículo tivesse tomado decisões militares, com tantas implicações, de ânimo leve ou apenas por bravata.

III. 4. A governação ⁴²

Parece não haver dúvidas que a aclamação foi unânime, pesem alegadas desavenças relativamente a quem ocuparia a regência até o jovem monarca poder assumir as rédeas da coroa: a aclamação foi um acto “forçado” quer pela data em que foi realizada quer pela tenra idade que o rei tinha e ocorre dessa forma por motivo do falecimento do Rei D. João III. Era uma exigência da continuidade sucessória em virtude do vazio deixado pela morte prematura do príncipe D. João, seu pai.

Precisamente na data acordada nas Cortes de 1562/63, a regência (iniciada por D. Catarina e entretanto passada para o Cardeal D. Henrique) entrega o ceptro ao Rei, que então o passou a ser não só de direito, mas também de facto. Corria o dia 20 de Janeiro de 1568.

Desde então e até ao seu desaparecimento, o tempo político do Rei repartia-se entre a produção legislativa⁴³, o despacho do expediente da governação, as relações

⁴² Para melhor compreensão da extensão da acção governativa de D. Sebastião, ver sobretudo:

- *Itinerários de D. Sebastião*, por Joaquim Veríssimo Serrão e publicada pela Academia Portuguesa de História (em 1962, o primeiro volume e 1963, o segundo)

- *Leys, e provisões, qve ELRey Dom Sebastião Nosso Senhor fez depois qve começou a governar*, impressas em Lisboa per Francisco Correa em 1570 (versão digitalizada da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Michigan).

⁴³ As leis e regulamentos de D. Sebastião estão transcritos numa publicação já aqui mencionada (*Leys, e provisões, qve ELRey Dom Sebastião Nosso Senhor fez depois qve começou a governar*, impressas em Lisboa por Francisco Correa em 1570) – Um extracto com a transcrição do “Privilégio” – uma espécie de preâmbulo de concessão de direitos de edição atribuídos pelo Rei – e do índice legislativo da obra pode ser lido no anexo 4.

diplomáticas e internacionais (o que inclui várias iniciativas tendentes a resolver o “problema” do seu casamento) e – a fazer fé na súmula documental elencada por J. Serrão⁴⁴ - na preparação da campanha do Norte de África (o que incluía a produção de vários éditos reais sobre a organização militar e sobre a sua preparação desde o tempo de paz e a supervisão do seu cumprimento).

Uma primeira constatação é a de que, pelo menos após o início da governação, D. Sebastião nunca visitou boa parte dos seus domínios: repartia o seu tempo entre a península de Lisboa e outras localidades estremenhas (ia com frequência para Almeirim e Salvaterra, ou Sintra e arredores, e ainda a Xabregas e Belém – que então ficavam fora de Lisboa), e foi-lhe citada uma ida a Coimbra que incluiu uma visita à Batalha e a algumas das povoações próximas, na que foi a deslocação mais a Norte que lhe está registada, outra a Constância (então chamada Punhete) embora não haja menção à possibilidade de ter subido mais um pouco até Abrantes⁴⁵ – à parte estas duas idas fugazes para Norte, D. Sebastião apenas conheceu o território a Sul do Tejo (e não todo).

Na segunda metade do seu reinado, ainda que continuando a repartir o seu tempo pelos seus locais de eleição (península de Lisboa, Salvaterra e Almeirim), as deslocações ao Alentejo e Algarve tornam-se mais frequentes, o que esteve relacionado com a preparação da campanha do Norte de África – neste período assinala-se uma ida a Portel, também sem indicação se teria o Rei procurado conhecer Portalegre⁴⁶, sendo bastante mais assíduas as suas estadias em Évora

A observação dos itinerários seguidos pelo rei permite inferir que a grande maioria do povo não o conhecia e dele só teria notícias a espaços – normalmente, aquando das colectas de impostos, ou quando os arautos iam anunciar éditos reais ou

⁴⁴ Boa parte deste capítulo do presente trabalho é baseada na obra “*Itinerários de D. Sebastião*”, já citada. Esta obra faz um recapitulativo cronológico dos lugares onde o rei esteve, descrevendo a correspondência ou outra documentação (nalguns casos transcrevendo-a) escrita ou apenas assinada por D. Sebastião ou escrita por terceiros mas com ele relacionada, bem como outros actos régios de maior relevo e que nos permitem hoje, não só caracterizar de forma mais sólida o exercício do reinado de D. Sebastião, como também perceber melhor o que era o dia-a-dia do rei nos formalismos e exigências que o uso da coroa impunham.

⁴⁵ Serrão, ob. Citada, Vol I

⁴⁶ Idem, vol II

decisões do rei cujo cumprimento devesse ser observado, ou em assuntos de justiça. Olhando ao relacionamento entre o rei e os súbditos, será difícil sustentar que estes estavam com ele, e só a intervenção dos senhores locais nesse sentido poderia levar o povo atrás do rei (imagina-se que sem grande entusiasmo).

Mas apesar de distante, existem referências várias que provam que o rei cuidava do seu povo.

São bastantes os registos de doações reais para distribuição pelos necessitados em várias alturas do reinado e em vários pontos do país (mesmo das partes que nunca visitou), doações de quantias significativas e cuja distribuição era ordenada, em regra, ao clero, o que prova que o Rei tinha consciência das dificuldades em que muitos viviam e procurava minorá-las. Reconheça-se: a grande maioria do acervo documental⁴⁷ associado a D. Sebastião hoje conhecido respeita a nomeações ou à concessão de privilégios (seja na forma de cargos remunerados, ou na atribuição de títulos ou prémios, pecuniários ou em géneros), mas há no acervo listado referências (com alguma regularidade, diga-se) à nomeação de oficiais da justiça – juízes e outros – ou à concessão da permissão para o exercício da medicina, e entre outros indicadores de menor importância, salienta-se, por exemplo, uma carta “*ao juiz, vereadores e procurador da cidade de Coimbra, ordenando que o corregedor da comarca vigiasse e guardasse o mosteiro de Santa Clara com a sua guarda e não obrigasse gente do povo a esse serviço*”⁴⁸ – este exemplo é um bom indicador da sensibilidade de el-Rei para as necessidades do povo (e do país), protegendo a capacidade de trabalhar nos campos e ofícios e evitando que essa capacidade fosse prejudicada por serviços não remunerados que lhe fossem impostos.

⁴⁷ De entre os documentos aqui considerados como acervo documental relevante contam-se cartas (do Rei ou que lhe diziam respeito), decisões assinadas pelo seu próprio punho ou a mando dele, leis e regulamentos que lhe são atribuídos e éditos reais de vária ordem. Muitos destes documentos – originais ou cópias – encontram-se em Espanha, no Arquivo Geral de Simancas, o que diz bastante sobre a atenção dada a este rei pelo país vizinho. Alguns documentos encontram-se em arquivos franceses e de entre estes, é com alguma estranheza que se observa a natureza de alguns dos ali encontrados, os quais não estão relacionados com quaisquer interesses franceses, nem directa, nem indirectamente – terão sido, provavelmente, levados de Portugal durante as invasões francesas. O espólio português é, comparativamente, pobre e boa parte encontra-se dispersa por colecções particulares e arquivos municipais. Era suposto que a colecção da Torre do Tombo fosse bastante mais expressiva, mas, como se sabe, boa parte terá sido perdida no terramoto de 1755.

⁴⁸ Serrão, ob. Citada, Vol I, pág. 68

Sim: D. Sebastião, por obcecado que pudesse ter sido com a sua ânsia por feitos militares, foi um Rei interessado pelo seu povo, ao qual devotava dedicação e cuidado.

No campo das relações internacionais, o Rei procurou sobretudo apoios para a manutenção do Império e a correspondência descrita mostra que dedicava particular atenção (sem uma particular ordem de prioridade) ao esforço diplomático junto dos seguintes:

- Inglaterra – o aliado indispensável, cuja hostilidade, se levantada, faria perigar o Império; já assim, sendo aliada, a Inglaterra ia exprimindo a sua relutância em reconhecer o Tratado de Tordesilhas que lhe tornava o resto do mundo inacessível, cuja validade internacional assentava na autoridade papal. Tendo a Inglaterra entrado em rotura com a Santa Sé, sentia-se automaticamente desobrigada de reconhecer o que quer que fosse emanado da autoridade papal. Além disso, caso as relações com Espanha voltassem ao plano da conflitualidade militar, o país iria precisar novamente do apoio inglês.
- Santa Sé – não obstante o alastrar dos movimentos contestatários, o Papa era ainda a grande autoridade internacional para muitos países europeus e Portugal dependia da anuência papal para o reconhecimento da sua autoridade sobre os territórios além-mar cuja posse reivindicava. Por outro lado, a constante invocação do esforço evangelizador também tinha como fim a angariação do apelo diplomático da Igreja junto de outras nações cristãs para que ajudassem Portugal (militarmente, materialmente, financeiramente, o que fosse), no fundo, a darem o seu contributo para o sucesso da missão evangélica que o país se dizia ter abraçado.
- Casa de Áustria – nada indica que pudesse haver alguma desconfiança da parte de D. Sebastião em relação ao tio. Contudo, o facto de não se encontrarem provas materiais de algum sentimento dessa natureza, não permite automaticamente assumir que ele não existisse, ainda que em menor grau: seguramente não faltaram avisos dos conselheiros de Estado sobre os perigos potenciais associados ao vizinho espanhol. Independentemente disso, e conhecedor da história pátria em geral e da da sua dinastia em particular, o Rei sabia que não poderia descuidar as boas relações com Filipe II: Desde logo, estava sempre presente o receio de um conflito entre ambos os países e o reino português, cujos braços de armas estavam, sobretudo, dispersos pelos mares, não estava em condições de defender a sua fronteira terrestre. Depois, mesmo

que sem acalantar grande esperança, ainda havia a possibilidade de uma parceria na campanha do Norte de África – D. Sebastião sabia da oposição espanhola a esta sua pretensão, mas apesar dela, o tio tinha-lhe prometido apoio militar através da cedência de um contingente de 2000 homens (nunca os enviou para Portugal e foram as sucessivas manobras dilatórias que terão desenganado D. Sebastião quanto à boa vontade do seu congénere, mas a verdade é que o rei português não parou de insistir junto de Madrid para que esse reforço militar lhe fosse cedido). E claro, havia ainda a questão da disputa dos mares e das Américas: o Tratado de Tordesilhas estava firme entre os dois, mas só assim se manteria enquanto as relações entre ambos se mantivessem amistosas, tal como os lucros do comércio com a China e Japão dependiam fortemente da não intromissão de competidores espanhóis e nesta matéria, registe-se a cooperação de Filipe II (de Castela) que mesmo depois da unificação “*o governo de Madrid aceitou geralmente a reivindicação feita pelos portugueses de que o Japão se situava dentro da sua esfera de influência (tal como fora demarcada no Tratado de Tordesilhas, em 1494) e de que o comércio japonês devia ser monopolizado por Macau e não por Manila*”⁴⁹.

- França – nomeadamente para questões matrimoniais relativamente ao projecto de casamento com Margarida de Valois de que se falará adiante
- Principados italianos

D. Sebastião manteve contactos com outros actores internacionais, mas julga-se que nenhum com o peso e importância dos citados, tirando talvez a correspondência com Mohammed Al Moutaouakil⁵⁰, o qual terá solicitado o apoio do Rei português contra Abdelmalek (o Mulei Maluko) e Ahmed Al Mansour – mais que pelo volume ou forma, esta correspondência é importante pelo conteúdo: uma autoridade marroquina (ou pretendente a autoridade) pede ajuda militar ao rei português!

A finalizar este capítulo, há que citar as diligências em torno do hipotético casamento. Sobre este, os documentos disponíveis prestam-se a leituras diversas no que respeita às verdadeiras intenções do rei. Não falta quem o acuse de misoginia (para não dizer pior) ou de manobras dilatórias para adiar algo que muitos queriam: um rei casado

⁴⁹ Charles R. Boxer in *O Império Marítimo Português*, pág. 76

⁵⁰ Grafia copiada de um correio electrónico recebido do historiador marroquino Othmane Mansouri

e procriador, capaz de assegurar a sucessão dinástica e por essa via, a independência nacional.

Sobre a sua atitude, documentos revelam que o seu estado de espírito relativamente a esta matéria terá alternado entre o desinteresse aberto e o entusiasmo muito moderado, mas é inegável que D. Sebastião deu atenção ao assunto e as pressões da avó e do tio foram constantes (o que talvez explique alguns dos recuos depois de outros tantos avanços – não faltava quem aconselhasse o rei sobre o enlace mais conveniente ao país, o que dificilmente coincidiria com os patrocinados pela coroa espanhola).

Já em 1569 – tinha o Rei 15 anos recém-completados – o Cardeal D. Henrique escrevia a Filipe II pedindo-lhe brevidade na conclusão do processo de casamento de D. Sebastião, processo esse que era relativo ao casamento com Margarida de Valois, princesa de França. O facto de uma união entre um Rei português e uma princesa de França ser mediado pelo rei espanhol poderá estar ligado ao facto de Filipe II ser casado com Isabel de Valois, irmã da pretendida – a celebrar-se este novo casamento, tio e sobrinho tornar-se-iam cunhados, o que é apenas uma curiosidade histórica, mas que, independentemente disso, deixa uma especulação que é lícito levantar: existindo uma carta de D. Catarina para D. Joana em que a autora declara a aceitação de D. Sebastião da princesa Margarida (datada de Março também desse ano), porque terão falhado as negociações com os franceses?

A explicação é simples: A morte prematura de Isabel de Valois fez o rei Filipe II voltar-se para Ana de Áustria, até aí prometida ao rei de França, o que, por sua vez, o levou a “compensar” este rei prometendo-lhe a sua irmã, Isabel de Áustria, esta sim, até aqui prometida ao rei português – foi assim que para Sebastião “apenas” restava Margarida de Valois. Evidentemente que a simplicidade da explicação não evita que se suspeite da lisura de Filipe II – afinal de contas, o processo contribuiria para retardar a sucessão na coroa portuguesa.

Terá o mediador sido tão solícito quanto mostrava aos portugueses? É bom recordar que já o pai, Carlos V, mostrara interesse na condução dos assuntos portugueses e que terá industriado o filho sobre a forma de os tomar em mãos, pelo que Filipe II, sem grande margem para dúvidas, terá ficado com as ambições do pai recebidas no conjunto da herança dinástica. E basta pensarmos que se entre essas

ambições transferidas por herança se contasse a união ibérica sob a coroa de Espanha facilmente se conclui que o rei de lá estaria muito pouco interessado no patrocínio de quaisquer actos que aumentassem a probabilidade de sucesso no desígnio de uma sucessão portuguesa pelo rei de cá.

O *affaire* Margarida de Valois é encerrado pelo Rei, quando em carta de 27 de Setembro (ainda do mesmo ano de 1569) dirigida a sua mãe, D. Joana, ele lhe escreve que “*espantou-me muito o persuadir-me V. A. tanto que eu envie os poderes para se tratar do meu casamento em França, havendo antes trabalhado tanto para o estorvar... e he escusado tratar agora mais, por minha parte deste casamento*”⁵¹. Contudo, este processo virá a ser reaberto e a voltar aos anteriores avanços e recuos – entre muitas outras referências, realça-se uma carta a João Gomes da Silva (então embaixador em França) de Junho de 1571 “*ordenando-lhe que entretivesse na corte francesa a questão do seu casamento «até que outra coisa lhe mandasse» e ordenando que o correio régio não se detivesse na corte espanhola*”⁵² – há aqui há uma observação da maior importância: tomando como verdade que o Rei não estava propriamente apressado, esta recomendação de o correio contornar a corte madrilena não poderá ser atribuída à urgência em fazer o correio chegar a Paris. Se assim foi, a única leitura possível é que D. Sebastião queria o tio afastado das negociações.

O projecto acabará por ser definitivamente abandonado, e as únicas razões avançadas para o desfecho são relacionadas com a aproximação da coroa francesa aos huguenotes, o que, sendo uma explicação aceitável, não tem em conta o facto de que, entretanto, Margarida de Valois e Henrique de Bourbon e Navarra tivessem firmado noivado..

Nos projectos matrimoniais seguintes, contam-se:

- Maximiliana Maria, filha do Duque da Baviera
- Isabel de Castela (filha de Filipe II, e portanto prima de D. Sebastião). Esta foi uma das pretendidas mais consensuais (entre a predisposição de D. Sebastião e D. Catarina e D. Henrique).

⁵¹ Joaquim Veríssimo Serrão in *Itinerários de El-Rei D. Sebastião*, edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa – 1962, Vol I – pág 112

⁵² Idem, pág 200

Goradas as negociações para a primeira, todas as atenções se voltam para a segunda, o que iria fortalecer os laços diplomáticos com os Habsburgo (e a dependência portuguesa em relação a Castela)... a união ficará por consumir devido ao desfecho de Alcácer-Quibir.

Face ao que precede, julga-se lícito afirmar que – não obstante o rigor e cuidado postos na educação do Rei, e apesar das diferentes correntes de influências a que esteve sujeito – são mais os indicadores de que tudo nele era meditado e obedecia a um plano estruturado do que a ideia oposta que a narrativa mais divulgada tem procurado passar.

Capítulo IV: A conjuntura interna e internacional

IV. 1. Evolução da situação internacional em terra e no mar

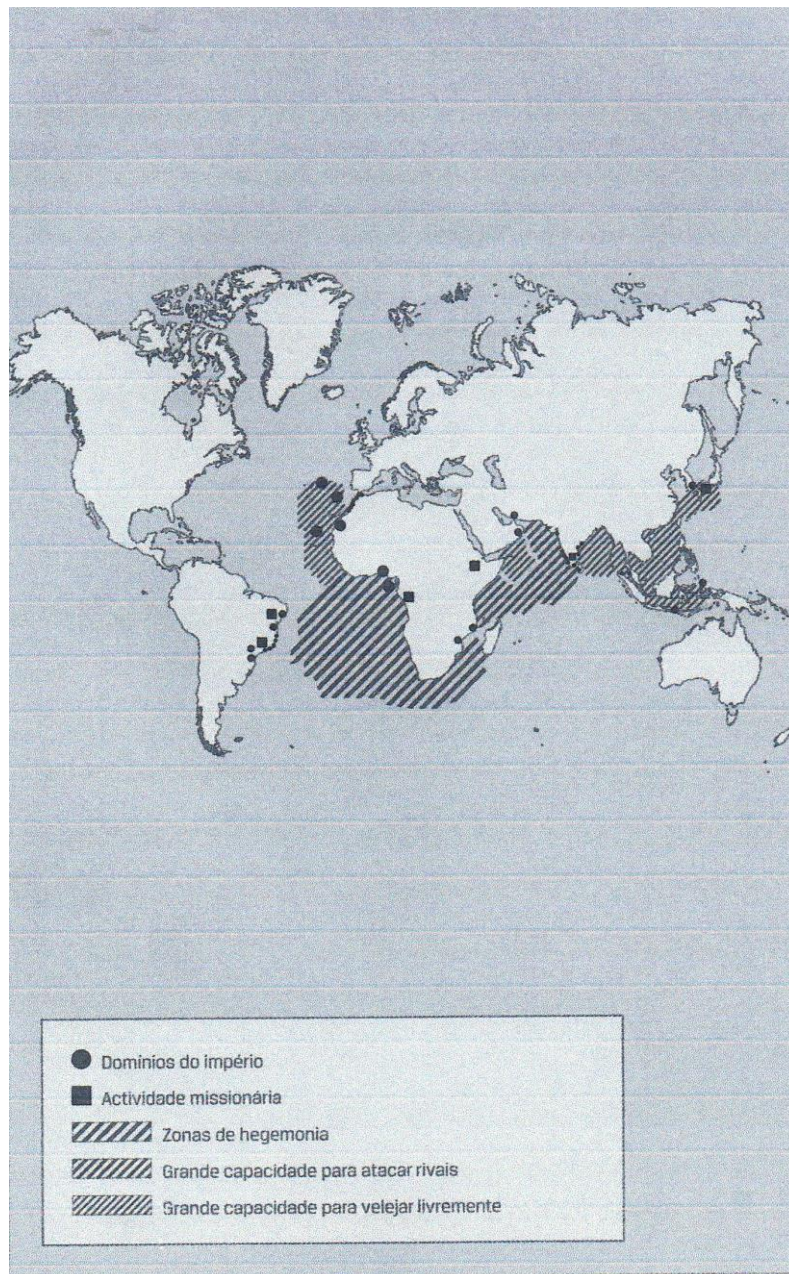


Fig. 2 – O império marítimo e terrestre português em 1575⁵³

⁵³ Fonte: *História da Expansão e do Império Português*, de João Paulo Oliveira e Costa, José Damião Rodrigues e Pedro Aires Oliveira

O Séc XVI é profundamente marcado por revoluções – tecnológicas, culturais e, em menor grau, políticas – com impacto profundo nas relações entre os estados, o que, por sua vez, irá afectar a balança comercial. Portugal irá sofrer bastante com estas mudanças e é errado atribuir (apenas) à batalha de Alcácer-Quibir o seu declínio na cena internacional – mesmo que tivesse vencido, estava já apanhado pela marcha dos tempos e sem força (entenda-se efectivo humano) para lhe influenciar o curso.

O país vivia em paz com o inimigo tradicional – Castela – mas uma paz periclitante, e havia a consciência de que a mínima fragilidade exibida seria de imediato explorada (como foi). Estava longe dos conflitos ideológicos que convulsionavam o coração da Europa, mas insistia em não lhes ficar indiferente e na sua soberba nem se preocupava em manter-se-lhes neutral.

Observava os conflitos políticos com interesse, mas sem ter qualquer intervenção directa nos mesmos – por absurdo, a Europa era uma realidade mais distante que o Império, e esse sim, já dava preocupações de sobra. Os antecessores de D. Sebastião mantinham-se, em regra, prudentemente afastados das guerras no Mediterrâneo, o qual estava dominado pelos turcos. Contudo, disputas políticas com conotações religiosas acabariam por afectar este pequeno povo, não pelo envolvimento directo, mas pelas consequências que deles derivaram.

Em primeiro lugar, importa recordar um facto relativamente ao qual o país não está isento de culpas, mas que desencadeará uma hecatombe de acções com repercussões na balança de poderes: a expulsão dos judeus (falar em perseguição é igualmente próprio, mas insuficiente para o efeito pretendido) foi um acto trágico para Portugal: os judeus detinham parte importante dos segredos das descobertas, nomeadamente no que respeita à navegação, mas também no que respeitava ao armamento e à construção naval, e ao fugir do país puseram esses conhecimentos (até aí quase exclusivos) ao serviço de quem os acolheu. E quem os acolheu? Precisamente as nações em divórcio com o Cristianismo, e que ainda por cima tinham tradição mareante e ambições marítimas. Não surpreende que os mares que inicialmente eram portugueses e depois luso-hispânicos comessem a enfrentar o curso com origem na Holanda, França e Inglaterra... mas não só: adquirida a capacidade de navegar cada vez mais

longe, cada vez mais rápido, estas nações começam a disputar territórios além-mar e a competir abertamente com os portugueses e espanhóis.

As cartas de navegação multiplicaram-se, as técnicas de construção naval evoluíram, o armamento de fogo – o colectivo, mas também o individual – torna-se comum no mar e em terra e a corrida à ocupação territorial e ao trato comercial estava lançada. Não eram boas notícias para um reino que se reclamava detentor de um dos mais vastos impérios de que havia conhecimento, um reino que não tinha gente nem para o seu território original.

No plano cultural, a primeira metade do Século XVI fica marcada pela expansão do Renascimento, o qual atravessa os Alpes e se difunde pelo resto da Europa e pelo cisma religioso pontificado por Martinho Lutero e João Calvino que dá origem ao movimento conhecido como a Reforma (e à Igreja Protestante).

Inicialmente o maior impacto do Renascimento faz-se sentir principalmente nos planos académico e prático (nomeadamente sobre as ciências e a tecnologia) e nas artes. Contudo, os efeitos do renascimento também serão sensíveis a uma escala política e social, ainda que mais tarde. No entanto, o cisma religioso que daí emergiu punha problemas imediatos:

Até aqui, com mais aceitação ou mais relutância, a autoridade papal servia de mediadora nas relações entre os Estados. Para Portugal, a ausência de uma autoridade forte, reconhecida, como a do Papa implicava preocupações acrescidas para a segurança e manutenção do Império, a qual, em boa medida, assentava na aprovação do preceituado no Tratado de Tordesilhas.

De imediato, a Inglaterra, ao tornar-se protestante e ao deixar de reconhecer a autoridade papal, deixava, automaticamente e por consequência, de se sentir obrigada a reconhecer o tratado aqui referido e sentia-se no direito de disputar os territórios cobertos pelo mesmo. A França, em guerra com Carlos V, manifestava idêntica atitude, mas ia evitando hostilizar os portugueses, receando que isso pudesse somar-se à questão religiosa e que os pudesse levar a aliar-se militarmente à coroa castelhana, que por si só já lhes dava problemas suficientes. No entanto, isso não a tinha impedido de uma primeira tentativa de ocupação do Brasil, por alturas de 1555.

A verdade é que ambos – Inglaterra e França – vinham manifestando ambições crescentes, quer de possessões no novo mundo, quer de intervenção activa no comércio do ouro da Mina e do tráfico negreiro, o que trazia consigo a tendência a ocupar também territórios africanos, e que, por sua vez, poderia conduzir a disputas sobre territórios neste continente já reclamados pelos portugueses.

Politicamente, a primeira metade do Século XVI encerra com uma Europa Central pacificada, praticamente nas mãos de Carlos V, mas enfrentando os turcos a Oriente (cujo avanço terrestre estava à porta de Viena e até aos Cárpatos) e a Sul, a quem o mesmo Rei procurava derrotar no Mediterrâneo – todavia, abdicaria antes de conseguir subjugar a ameaça. Esta, além de outras razões históricas, só por si justifica as ambições hispânicas de alargar o seu domínio também a Portugal: duma assentada ficaria com toda a Península Ibérica, mais os territórios da conquista e a posse da mais formidável frota naval militar e mercante que o mundo tinha visto até então – e com a junção da frota portuguesa à espanhola seria bem mais fácil a aniquilação dos turcos no Mediterrâneo.

A Europa que D. Sebastião podia ver, mostrava-se pacificada mas dividida (como sempre e ainda hoje, apesar das aparências), e pior, encapotada nas habituais hipocrisias em que se mostravam amigáveis em terra patrocinando inimizades no mar: boa parte das monarquias produziam abundantes diplomas condenando o corso, mas sub-repticiamente iam-no apoiando, onde e quando lhes convinha (ou seja, quando praticado pelos seus). França e Inglaterra eram dos mais activos, mas também a Itália, entre outros. Já para não falar das pretensões inglesas e francesas respectivamente na costa africana e no Brasil.

Os ingleses, não só se mostravam (muito) interessados na parte do Novo Mundo que é hoje a América do Norte – felizmente fora das ambições lusas – como também no ouro da Mina e já também no trato negreiro (este, até aqui, um monopólio nosso). Os franceses, na viragem para a segunda metade do Século, já se tinham atrevido no Brasil (de onde vieram a ser expulsos, não sem esforço). Todos alimentando sub-repticiamente o seu próprio corso (ou, no mínimo, consentindo-o).

A inicial hegemonia transatlântica portuguesa, depois partilhada com Espanha, estava já posta em causa e as necessidades de segurança militar à navegação mercantil cresciam em contínuo.

E se as coisas no mar não estavam famosas, em terra também não estavam para melhor: no Norte de África, na Península Arábica, no sertão Norte de Moçambique, o desequilíbrio tecnológico que antes nos dera vantagem pendia cada vez mais para o nivelamento e os brios dos nossos, que antes bastavam para que poucos se batessem contra muitos devido à enorme superioridade material, iam ficando cada vez mais curtos face à aproximação da paridade tecnológica e considerando a enorme desvantagem numérica – a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué (hoje Agadir), em 1541, demonstrava a inadequação das velhas fortificações para resistir aos armamentos que à altura da construção os inimigos não possuíam. Perdidos uns, o reino realizou intervenções nos que ficaram⁵⁴: Luís Costa e Sousa escreve que “.../... o intervalo de tempo entre os anos de 1545-1560 abarca várias intervenções no âmbito da fortificação onde é notória a utilização desta nova tipologia, desde as campanhas de obras em Tânger, a cintura fortificada de S. Salvador no Brasil, o alargamento das praças de Ormuz, Barém ou as fortificações do porto de Cascais.../...”⁵⁵. Segundo o mesmo autor, D. Sebastião continuará este esforço na adaptação deste modelo da arquitectura militar às construções existentes, tendo inclusivamente contratado a vinda do Arquitecto Filippo Terzi⁵⁶ para Portugal, em 1576.

Contudo, no Norte de África nem tudo corria mal aos portugueses uma vez que o território estava assolado por uma guerra civil que não só mantinha os exércitos locais tão ocupados quanto dispersos, como uma das facções em confronto chegou a pedir auxílio militar a Portugal, o que perspectivava um aliado seguro no caso de um reassumir de pretensões de ocupação naquela área (cujas costas eram importantes para o apoio à nossa navegação) e diminuía as ameaças naquelas paragens.

Portugal contava com um aliado local (Al Moutaouakil) e parceiros europeus não lhe faltavam (ainda que o seu concurso fosse pago), mas é também um

⁵⁴ Vd. Anexo 5 - Tabela das fortalezas erigidas ou intervencionadas durante os 2º e 3º quartéis do Sec. XVI

⁵⁵ In *A arte na guerra – a arquitectura nos campos de batalha no Portugal de 500*, págs. 96 e 97, referindo-se à nova construção angular com muralhas em panos formando ângulos muito abertos entre baluartes adjacentes

⁵⁶ Ibidem, pág 106 – Filippo Terzi foi um arquitecto e engenheiro militar milanês autor do tratado sobre as Ordens da Arquitectura que desenvolveu vários trabalhos às ordens de D. Sebastião e mais tarde de Filipe II

facto que naquelas paragens ou se estava a favor ou contra e não havia neutrais – e havia muitos contra, com a agravante de apoiados militarmente pelo Turco. Depois, havia a considerar também que a expansão turca tinha relançado as rotas terrestres, o que retirava competitividade ao trato da especiaria: redução dos lucros quando se perspectiva a necessidade de aumento dos gastos nunca é bom para nenhum negócio (ainda que se mantivesse lucrativo para todos, devido à enorme procura europeia) e no que tocava à tão propalada expansão da fé, também começava a ser notório que era mais propaganda que resultados concretos. O número de convertidos era ridículo e os poucos trazidos para comprovar o sucesso desta cristianização eram míseras amostras (em termos quantitativos e não só) vindas à força de grilhões e menos ainda os oriundos do Norte de África. No caso concreto de Marrocos, a verdade é que os portugueses não conseguiam ir para o interior mais que uns míseros quilómetros, o que contribuiu para a atribuição da fama de falta de experiência do guerrear em terra firme em batalha em campo aberto e à falta de sucesso no domínio religioso iam-se somando os sucessivos reveses militares.

Economicamente, devido ao aparecimento de competidores que desviavam o metal das rotas do interior para S. Jorge da Mina, as receitas de ouro daí provenientes estavam em decréscimo, mas eram compensadas pelo açúcar agora chegado da América. Também a menor produção de açúcar madeirense será compensada com a produção das novas plantações em S. Tomé (e logo em seguida no Brasil) e a corrida ao Novo Mundo abriu novas perspectivas para o trato negreiro, com as primeiras rotas entre África e as Américas exclusivamente em mãos portuguesas.

Neste contexto, com o avô de D. Sebastião começa a assistir-se à alteração do paradigma do Império, que de marítimo começa lentamente a metamorfosear-se em terrestre. Na Ásia, a colónia portuguesa começou com a ocupação da chamada Província do Norte, centrada em Baçaim, progressivamente alargada ainda mais para Norte mas também para Sul, respectivamente até Bardez e Salsete, e a que virá a juntar-se Diu⁵⁷. Em simultâneo com o esforço de criação de domínios territoriais na Índia, é iniciada a

⁵⁷ João Paulo Oliveira e Costa na *História da Expansão e do Império Português* afirma que a ocupação destas terras não se tratou de uma política idealizada pela coroa, mas antes de um aproveitamento da superioridade militar dos portugueses (vd. Pág 135) – não é linear definir o que foi causa e o que foi efeito: seguramente que a superioridade militar possibilitou a ocupação, mas ela acontece sob a alçada da Coroa e de acordo com as instruções dadas a D. João de Castro.

ocupação do Brasil – esta, é iniciada segundo o modelo já testado das capitânias donatárias, mas as ameaças em terra (postas pelos indígenas) e no mar (os franceses) demonstraram a incapacidade de privados organizarem uma defesa eficaz, pelo que D. João III decide criar um governo-geral para o Brasil, a cujo governador confere as competências e meios para, em nome do Rei, acorrer às zonas em maior dificuldade.

Apesar do que foi dito, com D. João III o carácter marítimo do império foi ainda o traço dominante – a transição para terrestre foi gradual, não imediata – e a consolidação da ocupação indiana e da expansão no Brasil foi acompanhada do domínio do mar do Ceilão e da derrota infligida aos turcos no Golfo Pérsico em 1554, o que anulava, no imediato, as ambições dos otomanos relativamente ao domínio do Índico Ocidental. Por outro lado, no Extremo Oriente, os portugueses tornavam-se intermediários comerciais entre a China e o Japão, com benefício das contas do Estado da Índia.

Merece também menção o facto de que, embora a administração do império fosse pontificada por nobres nomeados pelo Rei, estes iam assistindo a que progressivamente os destinos do mesmo passassem para as mãos de outros grupos sociais (a burguesia emergente, por exemplo, mas também o Clero, nomeadamente através dos Jesuítas) e a própria nobreza começava a ser premiada com permissões para a condução e controlo de sectores de negócio, ao invés de favores reais na forma de tenças ou de novas nomeações.

Em resumo, na viragem para a segunda metade do século XVI, o mundo em geral e o império em particular mostravam a D. Sebastião:

- Uma Europa em revolução cultural espalhando novos conceitos de sociedade e da organização em geral, novas teorias científicas, novas técnicas e tendências nas artes e nas letras;
- Uma Europa dominada pelo Sacro Império Romano-Germânico, cujo ceptro, até 1555, tinha estado nas mãos do avô, o qual fora também o rei de Espanha, a grande potência militar rival dos portugueses no mar, ainda que os dois países aparentassem estar em paz – nesse ano, o avô abdica, deixando a Espanha ao filho Filipe e, no ano seguinte, o Império Romano-Germânico ao irmão
- Uma Europa repartida por um cisma religioso em que pela primeira vez em vários séculos a autoridade papal é contestada por vários Estados;

- Um cristianismo intolerante, que ao perseguir os judeus na península provocou a difusão de conhecimentos que até aí estavam apenas nas mãos de portugueses e espanhóis, o que por um lado levou ao progressivo anulamento da superioridade tecnológica dos portugueses sobre outros povos e por outro lado abriu caminho à competição pelos mares por parte de outras nações;
- O aumento e diversificação das nações sobre os mares, e o avolumar da ameaça do corso sobre a navegação portuguesa, provocando o aumento das necessidades militares de protecção da mesma
- A “vulgarização” das armas de fogo individuais e colectivas, estas últimas a impor a necessidade de reavaliação das fortificações construídas, a maioria a necessitar reconstrução, reforço ou substituição (o que já vinha sendo feito desde D. João III)
- O começo da viragem de império marítimo comercial para império terrestre colonial, através da ocupação de áreas na Índia e da expansão da ocupação no Brasil
- A estonteante lucratividade da actividade comercial no Oriente e entre as costas atlânticas da África, da América e europeia
- Uma corte dividida quanto à construção do império, mas também quanto à continuidade política de Portugal, que uns viam como entidade autónoma e independente, outros como parte de Espanha

D. Sebastião, rei-menino, tinha motivos para preocupação, mas também motivos de regozijo e de entusiasmo: recebia o ceptro de um império pujante e para o manter bastava-lhe estar atento às ameaças e antecipá-las...

IV. 2. Situação militar – as alterações de D. Sebastião

“Ora, as principais bases dos Estados, quer antigos, quer modernos, quer mistos, são as boas leis e as boas tropas; mas como não pode haver boas leis sem bom exército, e como estes dois elementos do poderio político nunca andam um sem o outro, bastará que fale de um deles. As tropas que servem para a defesa de um Estado são nacionais ou estrangeiras, ou ainda

mistas. As da segunda classe servem em qualidade de auxiliares ou como mercenárias, são inúteis e perigosas, e o príncipe que confiar em tais soldados nunca estará em segurança, porque estas tropas são desunidas, ambiciosas e indisciplinadas, infiéis, valorosas com os amigos e cobardes com os inimigos, não crêem em Deus nem têm fé nos homens; de modo que um príncipe que confiar nestas tropas só adia a sua queda, demorando o tempo de as pôr à prova. Poderemos resumir a atitude de tais tropas nestas simples palavras: pilham o país em tempo de paz, como o inimigo em tempo de guerra. Como poderia ser de outra maneira? Esta espécie de gente não pode servir um Estado senão no interesse de uma paga, que nunca é a bastante para lhes dar o desejo de sacrificarem a sua vida pelo Estado. Quando em tempo de paz, gostam de bem servir, mas mal a guerra é declarada, é impossível mantê-los sob as mesmas bandeiras”.

(Maquiavel – O príncipe)⁵⁸

A organização militar na idade média é um tema que poucos aprofundaram, e que – talvez por isso – se julga incipiente. No que respeita ao dealbar da idade moderna, não são muitos os autores que se debruçaram sobre o assunto, mas já se encontram estudos com mais facilidade: Naturalmente que a organização militar no final da idade média era algo muito distante (em complexidade e ainda mais em sofisticação) daquilo que é hoje, mas já estava muito à frente do conceito de horda de guerreiros cada um com sua arma e vestimenta, encabeçados por um Rei – e esta é a narrativa que perpassa da maioria dos relatos. E na transição para a idade moderna, essa organização desenvolveu-se ainda mais.

No século XVI, ela já existia, e com orgânicas definidas embora nem sempre respeitadas (tal como hoje), em que cada corpo ou elemento tinha um efectivo próprio, uma posição definida e um papel específico no combate. E não obstante a

⁵⁸ Citado por Gonçalo Feio in *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da Guerra* – Doutoramento em História – História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – 2013

lentidão própria do tempo, havia uma evolução perceptível – evolução que tanto advinha da reflexão sobre as soluções anteriores, cujas limitações para a solução de novos problemas eram inevitáveis, como das exigências impostas pelo que eram (nesse tempo como hoje) as capacidades emergentes das novas tecnologias.

A principal novidade – do ponto de vista de tecnologia dos armamentos – a influenciar a organização foi a disseminação das armas de fogo, individuais e colectivas, pelos campos de batalha. A este propósito, Gonçalo Feio refere uma “*Revolução Militar*” cuja nota mais marcante foi o crescente emprego da artilharia e o seu contínuo melhoramento técnico, afirmando que “*àquele aumento do poder de fogo correspondeu, como já se disse, uma substancial melhoria da capacidade de defesa e fortificação. Um pequeno episódio ocorrido em Pisa no ano de 1500, quando os florentinos cercavam a cidade utilizando artilharia, viria a ter consequências bastante profundas na própria história da Europa (...) descobriram os sitiados que um monte de terra solta era muito mais eficaz na defesa contra os projecteis da artilharia do que os velhos panos de muralha em pedra. Trataram os pisanos de abrir valas em torno das muralhas para extrair terra, utilizando o fosso criado pela extracção, uma espécie de muralha em negativo, a chamada retirata, para instalar no seu topo pequenas obras exteriores à muralha primitiva, revelins e bastiões para responder ao fogo. Ou seja, baixar as muralhas em altura, aumentar a sua espessura e, nesta primeira fase, rodeá-las com montes de terra solta. Nasce assim aquilo que ficou conhecido por trace italienne (...) estilo que rapidamente se disseminou um pouco por toda a Europa, e que, sumariamente, resultou no seguinte: a capacidade de resistência de uma cidade fortificada ou fortaleza aumentou consideravelmente, fazendo assim aumentar quer o tempo da campanha militar para a subjugar, quer os efectivos militares necessários para sitiados e sitiantes, o que fez disparar as despesas financeiras com a guerra. O sucesso desta trace italienne foi tal que, depois da batalha de Pavia, em 1525, poucas foram, e durante muito tempo, as grandes batalhas travadas em campo aberto.*”⁵⁹ – esta última frase é de extrema importância porque anula uma das mais injustas acusações atiradas a D. Sebastião, e que foi a de o exército português não ter experiência de batalha terrestre em campo aberto: não sendo mentira na sua totalidade,

⁵⁹ FEIO, Gonçalo Couceiro – *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da Guerra* – Doutoramento em História – História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – 2013, págs 18 a 22

tal afirmação descarta o facto de que essa tipologia de combate, essa forma de fazer a guerra, era algo que não estava nos padrões militares da época, e portanto, talvez algo que não estivesse no horizonte táctico do Rei.

Era notória a aposta de D. Sebastião na actualização da estrutura militar, quer no âmbito da táctica, quer no da técnica. Basta olhar ao texto do *Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem*, assinado em 1570, para se perceber que o rei levava a utilização das armas de fogo muito a sério e reconhecia a utilidade e eficácia das mesmas em combate⁶⁰ – também se percebe do mesmo diploma que quando D. Sebastião impunha às autarquias o pagamento quer da pólvora, quer dos projecteis gastos nos treinos, haveria a consciência do esforço financeiro exigido pelo treino militar, esforço que não estaria à altura dos cofres da coroa no momento.

Antes de analisar o que existia antes, relembremos o que foi a produção legislativa de D. Sebastião no que respeita às questões militares⁶¹ (por ordem cronológica):

- 1) Capitania-mor da cidade do Porto (1568)
- 2) Capitania-mor e Capitánias da cidade de Lisboa (16Mai1569)
- 3) Lei das armas que cada pessoa é obrigada a ter em todos os Reinos e Senhorios de Portugal (6Dez1569)⁶²
- 4) Provisão sobre as rendas aplicadas para a fortificação dos lugares de África (3Jan1570)
- 5) Regimento das Alçadas (28Jan1570)⁶³

⁶⁰ Por outro lado, as armas de fogo eram muito mal recebidas pela fidalguia – elas significavam o fim do “heroísmo da espada”, ou seja, o fim da justificação da atribuição de privilégios em gratidão real pelos feitos de guerra

⁶¹ Segundo Luís Costa e SOUSA, in *A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos*, pág. 39; também verificável nas *Leys, e provisões, qve ELRey Dom Sebastião Nosso Senhor fez depois qve começou a governar*.

⁶² Na obra *Itinerários de D. Sebastião* esta Lei não aparece especificamente mencionada. Contudo, numa entrada com data de 21Dez1569 cita-se que “*D. Sebastião comunica às autoridades de Coimbra a publicação de uma lei sobre armas e cavalos, cuja cópia fara enviar posteriormente*” – julga-se que será a mesma.

⁶³ Segundo a origem desta lista, este diploma “*não se tratando de legislação com carácter especificamente militar, regulamentava contudo a vistoria e reparação das fortificações dos portos*”

- 6) Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem (10Dez1570)⁶⁴
- 7) Provisão sobre os oficiais de fazer limpar e guarnecer as armas (14Ago1571)
- 8) Lei de como hão-de ir armados os navios que deste reino navegam (3Nov1571)
- 9) Regimento e Estatutos sobre a Reformação das três Ordens Militares (6Fev1572)
- 10) Provisão sobre as ordenanças (15Mai1574)

Olhando à falta de experiência – natural, quando se pensa na juventude do rei – é lícito duvidar da autoria material de tais diplomas (aqui, apenas se listam os relacionados com a organização militar, mas o rei promulgou muitos outros⁶⁵ sobre os mais variados assuntos, quer relacionados com a administração interna, quer relacionados com a administração do Império e das questões que dele emergiam). Ainda que o que a história registre é que foi ele quem assinou, é mais provável que tenha recorrido aos seus conselheiros para a redacção de tais textos. Contudo, menos credível (mas mais importante) é pensar que ele tenha assinado o que quer que fosse apenas com base na boa-fé. É mais provável que estes documentos tenham sido redigidos em obediência a orientações muito específicas, independentemente de antes ter discutido os assuntos com os seus conselheiros ou não, o que, se lhe pode retirar a autoria material, não lhe nega a autoria moral – o simples facto de ordenar um levantamento das leis e ordenações dos reinados de D. Manuel e D. João III que estavam em uso acompanhado de um relatório da substância das mesmas, denuncia uma clara intenção de perceber as leis por que se regia o país para decidir quais alterar ou que leis acrescentar – por isto mesmo, ao observar a extensão da lista de leis e regulamentos promulgados por este

⁶⁴ Independentemente de uma adenda posterior (listada com o nº 10), os *Itinerários de D. Sebastião* citam uma regulamentação adicional, mais tardia, relacionada com este regimento, que data de 24Ago1571 (*Alvará que proíbe apelações nas causas sobre resistência dos soldados das Ordenanças, despachadas pelos capitães-mores com os corregedores da comarca ou juiz de Fora*) – olhando ao título e a outros relatos sobre a necessidade de o Rei insistir no respeito pelo que tinha preceituado, é de crer que haveria alguma tendência para o incumprimento deste Regimento, se não geral, pelo menos em algumas partes do país

⁶⁵ Vd lista dos principais diplomas constante da introdução à presente tese

monarca e ao espaço de tempo em que esta produção legislativa foi registada e ao conteúdo desta produção, é impossível ignorar a intenção reformista que ele imprimiu ao seu reinado e que constitui a sua imagem de marca.

No caso do *Regimento de Ordenanças* (...) por exemplo, que é um documento razoavelmente extenso e complexo – e sabendo que ele aprimorava um outro semelhante promulgado por seu avô, D. João III, o qual também pretendia refinar uma iniciativa tão incipiente quanto inconseguida de seu pai, D. Manuel I – há uma clara intenção de constituir os exércitos à custa do povo e em obediência directa ao Rei, o que permitiria dispensar muitos serviços da nobreza, a qual não se inibia de cobrar a sua “lealdade” à coroa. Se este Regimento fosse implementado com sucesso, o Rei passaria a ser o senhor dos exércitos e deixaria de depender da boa vontade da fidalguia para assegurar a defesa dos seus domínios (ou mesmo para combater pelo seu alargamento). O facto de o mesmo Regulamento incluir uma cláusula que impunha às autarquias o pagamento dos custos com o treino militar (o que incluía a, à época, bastante onerosa pólvora e projecteis para as armas de fogo) indicia bem que o rei tinha previsto as questões financeiras e operacionais que a medida iria levantar.

No que à guerra dizia respeito, além da organização militar, deve sublinhar-se que o Rei D. Sebastião não se preocupava apenas com esta em si, mas estava igualmente preocupado com a capacidade de projecção desta para o Império: assim o atestam os diplomas régios em 4), 5) e 8) listados nas páginas 64 e 65, atrás.

Alguns autores mencionam uma mudança da orientação do Império, pretendendo ver o Norte de África novamente como o centro de gravidade da expansão ultramarina⁶⁶, uma tendência que – segundo os mesmos – se terá tornado mais notada a partir das cortes de 1562/63. A ser verdade, isso colocaria a sede pelo Norte de África nas gargantas daqueles que seriam os conselheiros do Rei, e não nele próprio – em 1563, recorde-se, D. Sebastião tinha apenas 9 anos de idade e é altamente improvável que já nutrisse alguma ideia sobre o império.

⁶⁶ In *A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos*, Luís Costa e Sousa escreve “*Em Portugal, sobretudo a partir das cortes de 1562/63 foi perceptível um recrudescimento do movimento favorável a uma reorientação no império, pretendendo-se novamente transformar o Norte de África como o centro de gravidade da expansão ultramarina*” (vd. Pág. 38)

Contudo, o facto é irrelevante. A verdade é que Portugal há muito que rapava o fundo ao tacho em termos de braços – a demografia teimava em não crescer ao ritmo necessário (quando as epidemias não provocavam mesmo um decréscimo do efectivo populacional) e quer fruto da dispersão pelos navios e costas de um império sem igual, quer fruto das periódicas crises de peste e outras doenças que dizimavam a população, quer porque as necessidades continuavam crescentes – por um lado, devido ao aumento dramático das ameaças em terra e mar, e por outro lado devido ao facto de o Império ainda estar em expansão. As gentes eram poucas para a grandeza da empresa. Não foi por acaso que várias praças no Norte de África já tinham sido abandonadas e o que era então notório é que o domínio dos mares era cada vez mais questionado (para não dizer perdido) e que o paradigma do império, de marítimo estava lentamente a converter-se em terrestre – uma das consequências (na falta de provas de ter sido intencional) foi a mestiçagem, da qual redundou um reforço de braços com mistura de sangue luso e autóctone, capazes de auxiliar no esforço da empresa (económico, mas também militar).

A situação impunha, por conseguinte, uma criteriosa selecção de objectivos a conseguir e um judicioso emprego dos meios que estava evidente aos olhos de todos serem escassos.

No pressuposto de ser válida a tese da importância estratégica do Norte de África (independentemente da cabeça de quem a defendia), rapidamente se visualiza a coerência dos esforços de D. Sebastião – no plano interno e no plano diplomático – quer para reunir os meios, quer para os preparar para o que julgava esperá-los, quer relativamente ao objectivo militar que delineou.

Internamente, o acompanhamento da situação militar do país e a redacção e promulgação dos vários diplomas reais dedicados à organização militar, ao treino, ao armamento e à fortificação (já enumerados) dizem bem da atenção dedicada ao assunto durante a governação de D. Sebastião. Claramente que houve a influência dos textos da época sobre a temática militar – anteriores a D. Sebastião – ou seus contemporâneos – e conhecidos no país, logo, com grande probabilidade de terem feito parte da bibliografia segundo a qual foi educado. Merecem citação⁶⁷:

⁶⁷ Vd *A arte na Guerra – a arquitectura dos campos de batalha no Portugal de 500* de Luís Costa e Sousa, pp. 53 a 72

(Da literatura estrangeira)

- O tratado de Maquiavel *A arte da guerra*, precursor e influenciador dos autores ibéricos que se lhe seguiram e que dele beberam
- Diego Salazar com o “De re militari” datado de 1536
- Diego Gracián com um título igual mas datado de 1565,

(Da produção nacional)

- O “4º livro de Isidoro de Almeida das instruções militares”, este, perfeitamente datado de 1573,
- O “Regimento de guerra” de Martim Afonso de Melo, sobre o qual a datação é imprecisa, mas provavelmente anterior a 1570

Importa aqui mencionar um facto que D. Sebastião terá escamoteado: ao tempo do seu reinado, os reis europeus assumiam-se já apenas como líderes políticos e estratégicos, e tinha-se perdido o hábito de estarem no terreno a liderar as batalhas. Havia já a percepção de que a manutenção da estabilidade governativa era mais importante que arriscar a vida do rei no terreno. Sendo este o maior pecado de D. Sebastião e o que lhe ditou a perdição, e atendendo à cuidada e completa educação que recebeu, a única razão que se vê para ele ter decidido comandar no terreno e estar ao lado da tropa terá sido a insegurança natural a quem se vê como um jovem imaturo rodeado de velhos falcões experimentados e que, portanto, necessita de algo que o faça definitivamente impor-se perante estes – um feito militar em que a sua bravura e inteligência fosse testemunhada e reconhecida eliminaria esta fragilidade (quicá percebida por mais gente que apenas ele próprio).

É notória a influência hispânica nas obras portuguesas, mas mais que isso, em todas se nota uma actualização das doutrinas militares delineadas por Maquiavel, designadamente na evolução dos efectivos das unidades e no aumento da importância dada ao armamento de fogo individual.

Externamente, os esforços diplomáticos encetados por D. Sebastião deduzem-se, por um lado, da correspondência e dos contactos, quer com a Santa Sé, quer com o vizinho e tio do Rei, Filipe II de Espanha, em quem D. Sebastião aparentava

depositar uma confiança quase cega, e por outro lado, também dos pouco mencionados contactos com o Mulei Mohamed Al Moutaoukil, o qual teria solicitado o apoio dos portugueses no combate contra o Mulei Maluko e que terão tido um peso significativo, não na organização militar impressa por D. Sebastião mas antes na orientação das suas decisões.

Mas voltemos à situação militar: Quando D. Sebastião assume a coroa, é já conhecedor das debilidades económicas e militares do país; ele sabe também que não pode sangrar indiscriminadamente as populações dos seus braços, os quais eram absolutamente necessários para os campos e para os ofícios – adoptando a influência espanhola⁶⁸ reconhecida na orgânica das milícias e na importância dada à adopção das armas de fogo portáteis (o arcabuz e o mosquete), a redução das companhias de ordenanças dos 300 para os 250 homens reflecte já uma preocupação de redução de efectivos que assegurasse uma sensível economia de meios sem prejuízo da capacidade de manobra ou do poder de fogo das suas unidades. Não será por acaso que, reconhecidamente, D. Sebastião foi o rei português que mais legislou sobre a organização e preparação militar do país – ainda que isto possa ser aproveitado pelos defensores da teoria da obsessão por feitos de guerra, a verdade é que o seu legado perdurou para lá do seu reinado e mesmo que o não fosse, os empenhamentos militares do Império exigiam uma actualização das técnicas, tácticas, organização e procedimentos, algo que há muito era evidente e que todos, conselheiros e rei, percebiam sem dificuldade.

Ao publicar o *Regimento de Ordenanças*, já aqui foi dito, o Rei procurava levantar os seus próprios exércitos à custa da população, afastando, de algum modo, a nobreza das tarefas de recrutamento e mobilização (continuará a precisar de fidalgos para o comando e controlo durante o combate, mas aí devia-lhes bastante menos e

⁶⁸ FEIO, Gonçalo Couceiro – *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da Guerra* – Doutoramento em História – História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – 2013, pág 24 – o autor atribui aos espanhóis a génese da optimização da combinação das forças de artilharia, cavalaria e infantaria, bem como a génese da adopção de um conceito de “*contingentes militares permanentes, a que as «ordenanzas» de 1493, 1496 e 1503 deram forma*” – mais adiante diz que “*as reformas de 1534-36, complementadas em 1562, assentaram o modelo do «Tercio» até meados do século XVII*” (vd. FEIO, Gonçalo Couceiro – *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da Guerra* – Doutoramento em História – História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – 2013, pág 24

muitas relações de comando ficavam alteradas a favor do rei) – como afirma o mesmo Gonçalo Feio “há um elemento fundamental na tipologia organizacional e funcional militar desde o regimento de D. Manuel nunca tinha estado presente (...) o da formação de um aparelho militar nacional, fora das lógicas clientelares senhoriais, dependente inteiramente da Coroa para efeitos de comando, assente no mérito e não no nascimento”⁶⁹. O mesmo autor (citando outro⁷⁰) refere que “a resistência que Dom João III encontra na fidalguia em apoiar militarmente a Coroa segundo um novo modelo é, mais uma vez, enorme” e logo no parágrafo seguinte acrescenta que “D. Sebastião encontrará ainda mais, tal o alcance e profundidade das reformas que pôs em marcha”⁷¹.

De toda a produção legislativa sobre questões militares, a primeira a merecer destaque é a, de forma abreviada, Lei das Armas de 1569 – esta, não sendo uma lei que se destacasse pelo ineditismo do conteúdo, destacava-se pela inovação na forma: a Lei pretendia impor, pela primeira vez, a obrigatoriedade de determinados tipos de armas para uso exclusivo militar, por um lado, e por outro lado, por definir as armas a possuir e usar em função dos rendimentos, área geográfica de residência, classe e profissão dos conscritos. Acresce que o mesmo diploma detalhava as coimas a aplicar em caso de incumprimento.

Contudo, a Lei mais importante relacionada com questões militares assinada por D. Sebastião – também não necessariamente inovadora, mas constituindo em si um aperfeiçoamento significativo das congéneres que a precederam – foi o *Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem* (10Dez1570). Este decreto constitui um marco na história dos regulamentos militares em Portugal por razões várias (estranhamente, até

⁶⁹ Idem, pág 38

⁷⁰ Idem, pag. 40 – o autor cita um “Godinho, op. Cit. Pag 104”, mas, talvez por lapso, não se encontra nem referência anterior nem nenhum Godinho na bibliografia do texto aqui citado

⁷¹ Idem, ibidem – em nota de rodapé nesta página surge uma quase clonagem de uma outra transcrição na introdução no prólogo da presente tese e por se achar curioso o facto de vir de um autor diferente, transcreve-se igualmente esta: “«A Índia não era considerada com o mesmo estatuto de defesa do reino como Marrocos. Quando, em 1537, o rei se assusta com a iminência de um ataque turco, decide enviar uma imensa frota de 40 naus e 8000 homens, sob o comando do infante D. Luís. Chama então os fidalgos velhos e ricos, para participarem na expedição, e «quis obrigar os Morgados a o acompanharem, como costumava fazer aos socorros de África». A isto se recusam, com agravos para a Mesa de Consciência e Ordens. E este tribunal superior deu como sentença «que El-Rei não podia obrigar os Morgados a irem à Índia; porque como aquela terra fora descoberta pera comercio e trato, não tinham os Morgados obrigação de acudir a ela; e que só aos lugares de África, por serem fronteiros, os podem obrigar».

nos círculos militares ele é quase ignorado) e ainda que os historiadores que o referem mantenham em suspenso a questão da autoria formal (ninguém se atreve a garantir que um documento desta complexidade saísse da cabeça de um jovem de 16 anos) nenhum lhe nega a autoria moral.

E este Regimento é importante pelo seguinte:

- Este regulamento teve a clara intenção de “decalcar” um modelo organizativo com provas dadas no plano tático – copiava o modelo espanhol em vigor à época (e a Espanha era a maior potência militar desse tempo). É aliás, dos espanholíssimos “tércios” que nascem os portuguesesíssimos terços⁷².
- Esta é a primeira tentativa séria de estabelecimento de um verdadeiro serviço militar obrigatório, ainda que um sistema de conscrição apoiado no poder local (civil) para efeitos de recrutamento e treino⁷³.
- Este é o primeiro regulamento a levar a sério um modelo de organização militar e um programa de treinos de prontidão operacional: definia quer a periodicidade dos treinos, quer as responsabilidades de condução dos mesmos.⁷⁴

⁷² Luís Costa e Sousa (A arte na guerra...) – pág 125 – “*um dos aspectos do sistema militar castelhano a sofrer alterações com as reformas de Filipe II foi a orgânica do exército... e será esta nova estrutura aquela depois adoptada – passados três anos – pelas ordenanças instituídas por D. Sebastião. Desde 1567 cada terço da “primeira plana” deveria contar com duas companhias de arcabuzeiros para 10 companhias de cossoletes(...) em 1568 ainda preconizava 300 homens, enquanto três anos mais tarde Francisco de Valdés já refere 250 soldados... Em Portugal assiste-se a uma situação semelhante, uma vez que o regimento de 1570 altera para 250 o anterior efectivo das companhias(...) o que revela que os portugueses seguiam de perto a realidade militar espanhola*”

⁷³ Contudo, não se pense que tudo correu conforme o disposto pelo Rei – nem sempre o recrutamento atingia os objectivos previstos e em muitos casos ficava aquém das possibilidades, nomeadamente, quando estavam previstas expedições militares, o que não era um exclusivo português.

⁷⁴ “*E para a dita gente se exercitar na ordenança, e uso das armas, e bom tratamento, e limpeza dellas. Ey por bem que cada oito dias aja exercício, em Domingo ou dia Santo. E no lugar onde ouver huma so bandeira, iraõ ao exercício duas esquadras, que saõ cincoenta homens, a hum Domingo, e outras duas ao outro, até irem todas. E a gente desta bandeira se exercitará toda junta ao cabo do mez. E onde ouver duas bandeiras, iraõ cada Domingo cinco esquadras, de maneira que cada quinze dias se exercite huma bandeira toda junta (...)*

Os cabos de esquadra teraõ cuidado de ajuntar cada hum a gente da sua esquadra, e ir com ella em ordenança de cinco em cinco, ou de tres em tres, todos com suas armas, assi arcabuzeiros, e besteiros, com os lanceiros, e piqueiros onde estiver o Capitão de sua companhia, e com ele na dita ordenança iraõ com sua bandeira, e atambor ao lugar onde se houver de fazer exercício, que será no campo”

- Este é o primeiro regulamento a definir uma orgânica e uma estrutura de comando aproveitando estruturas administrativas existentes: o Rei e quem o aconselhou, pensou em questões práticas como a exequibilidade e o custo humano e financeiro.
- Este é um regulamento em que outras questões logísticas como a aquisição do armamento e as custas dos treinos militares estão previstos.⁷⁵
- Este é um regulamento que pela primeira vez procura que a guerra passe a ser combatida pelo povo na defesa de um interesse colectivo conforme definido pelo rei, e não por quem a combatia por condição de nascimento e sempre à custa de prémios pesados a conceder pela Coroa.

Ou seja, este regulamento sobressai não só pelo carácter inovador, não só pelo detalhe e complexidade, não só pelas implicações militares, civis e sociais, mas também porque foi o primeiro por cujo cumprimento e resultados o rei se empenhou directamente em observar. Como relata Frei Manuel dos Santos: *“Pelo S. João do anno seguinte, o de 1570. mandou ElRey tomar o rol dos moradores todos da cidade, e as armas que tinham, e que de cada huma das Freguesias se formasse huma companhia de milicianos com seu Capitaõ, e Officiaes; e para ensinar, e exercitar esta gente, chamou de Italia Sargentos peritos, que ao depois repartiu pelo Reyno. A Primeira Parochia, que sahio com a sua Companhia, foy a de S. Nicolao, da qual foy Capitaõ Braz Lourenço; a segunda a da Magdalena, seu Capitaõ Joaõ Machado; os quaes aos 30. do mez de Julho benzerão nas suas Igrejas as novas bandeiras, e de lá sahiraõ ao campo da Forca a fazer o primeiro exercicio, a que concorreu innumeravel povo pela novidade”*.

O relato do parágrafo anterior é bem ilustrativo da importância que D. Sebastião dava a este treino militar e da atenção que lhe dedicava – ir ao ponto de chamar sargentos de Itália para conduzir os treinos (todos eles com experiência de campanha) – diz bem do cuidado que o Rei punha em todos os pormenores: constatando algumas insuficiências, e revelando já a consciência sobre a importância da conservação

⁷⁵ “A despeza que se ha de fazer com a polvora, e chumbo, que aos arcabuzeiros, e espingardeiros se ha de dar para o tiro que cada hum ha de tirar aos tempos de seus alardos... se pagará das rendas do conselho de cada Cidade, Villa, ou lugar, não bastando para isso o dinheiro das penas, que para a dita despeza se haõ de aplicar...” Mais adiante, este autor acrescenta que “o terço era uma organização com carácter administrativo, enquanto que o esquadrão era uma unidade com um cunho essencialmente tático” – o esquadrão seria, segundo a descrição, uma companhia dividida em varias esquadras sem composição orgânica fixa, apenas adaptada à melhor forma de combater no momento.

e manutenção de armas e equipamentos, no ano seguinte D. Sebastião publica um aditamento ao Regulamento das Companhias cujo título é “*Prouisão sobre os officiaes de fazer alimpar e guarnecer armas q S. M. Ordenou ouhessem em seus Reynos*” (14 de Agosto de 1571), um diploma que estipula um efectivo de oficiais mecânicos destinados ao fabrico e manutenção de armas (de fogo, mas não só) e a distribuição dos mesmos pelo reino e pelo Império.

E conforme já aqui foi referido, as reformas não se limitaram ao problema da constituição, organização e treino dos exércitos. D. Sebastião procurou dar seguimento à reforma das infra-estruturas de defesa (os fortes em geral, mas os litorâneos em particular, em linha com a percepção da ameaça que à época se sentia), impondo que quer as existentes quer as a construir se adequassem aos novos armamentos já em uso, também por diplomas régios: salientam-se a *Provisão sobre as rendas aplicadas para a fortificação dos lugares de África* (3Jan1570) e o *Regimento das Alçadas* (28Jan1570). Estes diplomas reflectem as preocupações de D. Sebastião relativamente à defesa do Império e às debilidades identificadas – há uma nítida consciência das fragilidades militares do reino, a qual aparece vertida na legislação produzida e que não se limitava à organização e treino das forças. As ameaças crescentes a um território repartido pelo reino original e pelas demais possessões de um Império litorâneo traziam consigo a consciência do problema da segurança costeira e já aqui foi aflorada a questão da inadequação dos fortes antigos, construídos a pensar em resistir aos cercos e às tentativas de assalto terrestre, mas incapazes de resistir à moderna artilharia.

Num levantamento feito por Luís Costa e Sousa, listam-se vários fortes construídos ou intervencionados durante o reinado de D. Sebastião (anexo 5) – não é garantido, face ao que escreve o autor e do resultado de outras pesquisas, que as empreitadas listadas tenham sido realizadas em obediência a indicações específicas do rei, mas olhando à frequência com que fluía a correspondência entre o rei e os seus servidores aquém e além-mar, é aceitável defender que o monarca difundia instruções que se enquadravam num plano estratégico de consolidação e defesa dos domínios da coroa. Durante o seu reinado ou imediatamente após – no que se está a considerar ainda a década de 80 do séc. XVI, visto que as ordens do rei enviadas até ao fatídico 4 de Agosto poderiam levar meses a atingir os destinatários e anos até à sua consequente implementação prática – foram realizadas obras de fortificação em diversos pontos da

costa metropolitana, nos arquipélagos dos Açores e Madeira e em vários pontos de África e no Oriente.

Evidentemente, o esforço durante o reinado é efectuado em reacção às ameaças já consumadas (quer por ataques de pirataria, quer por ataques de guerra), mas era revelador da constatação das debilidades e da necessidade de garantir a soberania nos pontos estratégicos e a construção de fortes novos onde antes não havia pode ser entendida como um primeiro sinal da mudança de paradigma do império, um continuar da conversão de império marítimo comercial em império terrestre colonial.

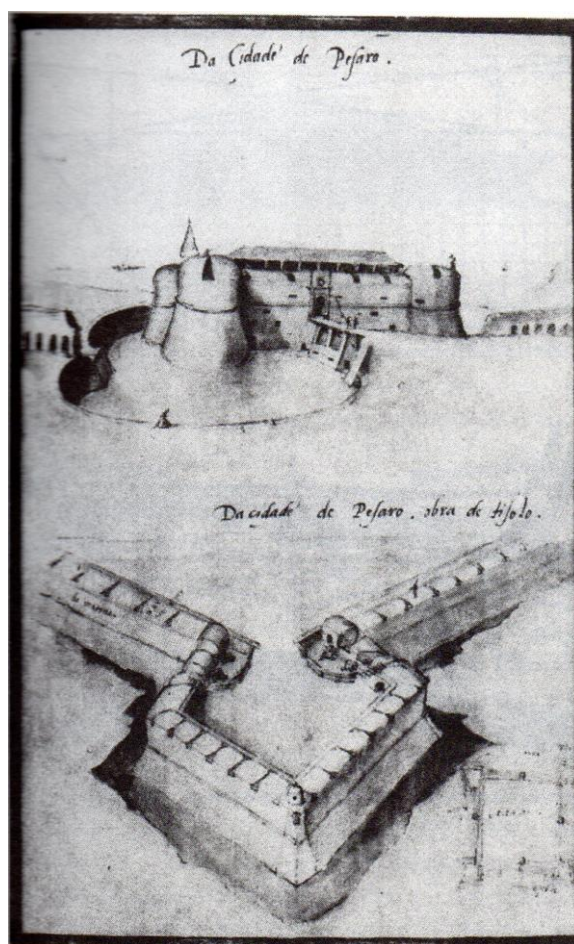


Fig. 3 – Esboço comparativo entre os fortes construídos com baluartes circulares ou com baluartes angulares (fonte: *A arte na Guerra - A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos*)

É assim que se encara com naturalidade a redacção e publicação de disposições como a *Provisão sobre as rendas aplicadas para a fortificação dos lugares*

de África (3Jan1570) e o *Regimento das Alçadas* (28Jan1570), um e outro visando colmatar insuficiências detectadas na defesa do litoral.

Do ponto de vista da arquitectura militar, embora a reabilitação dos fortes existentes já viesse sendo feita, com D. Sebastião não só ela continua, como adopta definitivamente a traça que caracterizou a construção iniciada na primeira metade do Século XVI, a qual era dominada pelo formato poligonal de lados côncavos (principalmente pentágonos e hexágonos, mas não só) com baluartes nos vértices, influência da escola italiana que à época dominava e que foi trazida para a engenharia militar portuguesa não só pelas obras já aqui citadas mas também pela vinda de vários arquitectos e engenheiros militares italianos como Pompeo Arditti, Filippo Terzi e Benedetto de Ravena⁷⁶ – esta construção visava abrir o ângulo de impacto da artilharia atacante (evitando que os projectéis atingissem as muralhas segundo uma trajectória perpendicular – a mais eficaz) e permitia que dos baluartes os defensores fizessem fogo cruzado de forma mais protegida sobre os atacantes.

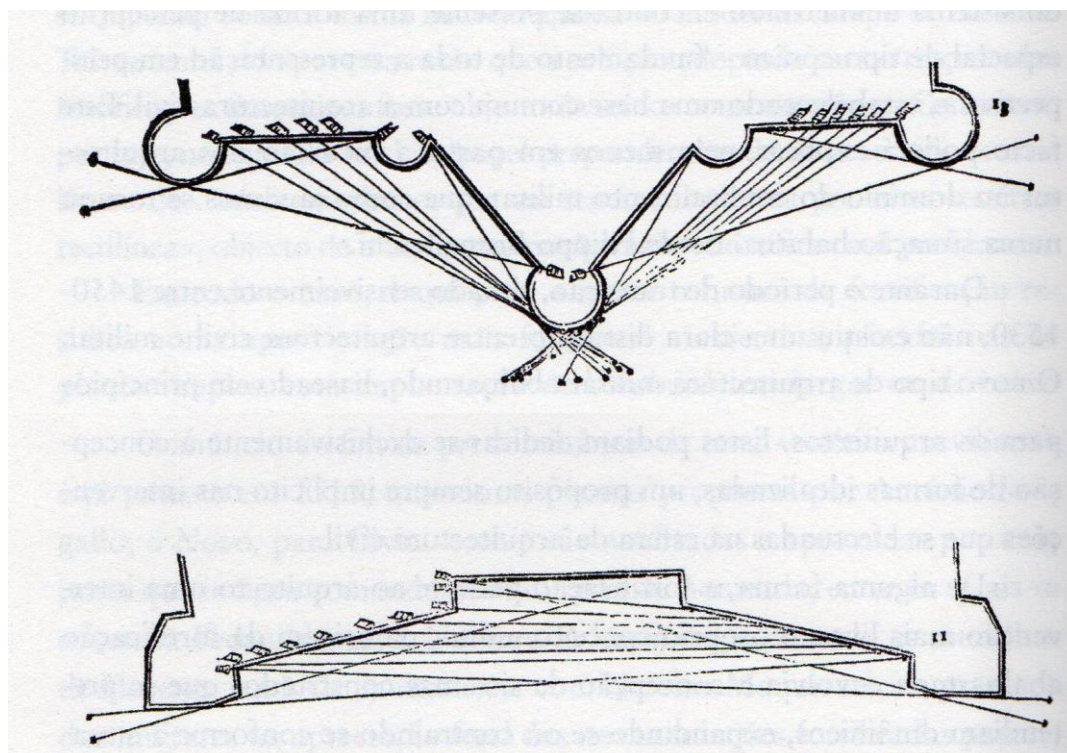


Fig. 4 – Esboços atribuídos a Girolamo Maggi (1564) representando o cruzamento de fogos realizáveis a partir de baluartes circulares ou de baluartes angulares (fonte: *A arte na Guerra - A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos*)

⁷⁶ Vd. Anexo 5

E a finalizar, merece igual destaque o cuidado posto por D. Sebastião na concepção das suas capacidades militares no mar – é nesta linha que ele redige a “*Lei de como hão-de ir armados os navios que deste reino navegam*” (3Nov1571), curiosamente uma iniciativa não restrita aos navios militares – aliás, um conceito ainda vago nesse tempo, considerando que os próprios navios prioritariamente dedicados ao comércio também tinham funções guerreiras, e vice-versa, embora num caso, a intenção do armamento fosse meramente defensiva, enquanto que no outro era a comercial a intenção primária, a qual era materializada pela carga de especiarias e outros bens transacionáveis. Evidentemente, embora se chamasse “Lei”, esta era sobretudo aplicada aos vasos das frotas reais, já que o tráfego dos privados não era a maior preocupação da coroa – contudo, havia em toda esta legislação uma intenção dissuasora de atrevimentos do corso: era importante que passasse a imagem de que não havia navios portugueses desarmados e que quem os quisesse afrontar poderia esperar resposta – sorte ou consequência, o facto é que durante a sua governação a carreira da Índia quase não teve perdas..

O Rei impulsionou e fomentou a reforma e melhoria de muitas fortalezas costeiras por todo o império, aumentando a segurança das conquistas e da navegação ao proporcionar-lhes portos de abrigo melhor defendidos e dando seguimento à política de progressiva conversão do império marítimo comercial em império terrestre colonial.

Em resumo: fosse por iniciativa própria, fosse em continuação das intenções dos seus antecessores, D. Sebastião procurou inteirar-se da natureza das ameaças que (internamente e não só) se punham à Coroa e que externamente se punham ao Império e buscou implementar as soluções que melhor lhes fizessem face. Nesse sentido, procurou modernizar o aparelho militar do país e fazer uma gestão mais adequada dos recursos humanos e materiais – era importante aumentar a capacidade militar minimizando o impacto desta sobre as actividades produtivas na origem do Império. Desdobrou-se em iniciativas diplomáticas e legislativas para manter o Império e assegurar a sua continuidade. Demonstrou – ainda que não estivesse só – grande capacidade governativa... só o destino o poderia fazer perder-se!

Capítulo V: O desígnio do Norte de África – a preparação e partida

D. Sebastião realizou uma preparação da campanha do Norte de África que tem que ser observada sob diferentes prismas:

- I. O da sua própria preparação (pessoal, como comandante que desde sempre se assumiu) – D. Sebastião cultivava o seu próprio manejo de armas, mas também a sua educação militar, havendo relatos que o davam como versado nos grandes autores sobre temas militares em voga na época
- II. O da preparação do seu próprio potencial militar – não só pela publicação e insistência na implementação do já aqui citado “regulamento de ordenanças”, visando um contingente nacional em quantidade e qualidade, mas também mandando reunir o armamento e a logística necessária à empreitada, e reunindo igualmente um contingente de mercenários experimentados na peleja. Tratou igualmente da organização impondo que no máximo número de corpos existissem homens com experiência de guerra.
- III. O da diplomacia e política internacional - fez uma preparação externa, quer em termos de apoio diplomático, quer em termos de apoio militar, garantindo o indispensável apoio da Santa Sé, a neutralidade de potências potencialmente competidoras e a não oposição do vizinho e principal rival.

Nem sempre conseguiu atingir os objectivos a que se propôs (falhou nos que não dependiam apenas dele – lá iremos!), mas é inegável o concerto das acções que desenvolveu.

A montante, há que entender os porquês desta, por muitos assim entendida, obsessão:

Por um lado, é inútil tentar negar os traços da personalidade do Rei e as influências que os desenharam: estamos em presença de um jovem com as inseguranças próprias de alguém que cresceu a ouvir dizer que iria ter poder, mas precisamente subordinado ao poder de quem lhe dizia o mesmo, o que era agravado pelo facto de ter sido igualmente educado no respeito pelos mais velhos, precisamente aqueles sobre quem ele teria que exercer o poder de que o diziam investido – o episódio da visita do representante do Hidalcão⁷⁷ é revelador desta insegurança⁷⁸. Não sendo garantida, a hipótese de o púbere rei sentir a necessidade de se afirmar perante os homens feitos não é, de todo, descabida. A sua alegada ânsia por feitos militares, tão invocada pela tradição historiográfica, encaixa perfeitamente nesta possibilidade – aos olhos do jovem, a realização de um qualquer feito heroico testemunhado pelos antigos dar-lhe-ia o reconhecimento e autoridade que poderia sentir questionada.

Por outro lado, há a questão do orgulho no Império – quando Camões conclui os *Lusíadas*⁷⁹, já D. Sebastião estaria mais que ciente da extensão dos seus domínios e do esforço que era exigido para os manter, mas também do prestígio que representava ser o Rei de tamanha extensão. E a dificuldade assentava precisamente nos inimigos – os conhecidos e os percebidos – coisa que os conselheiros não se coibiram de mostrar ao Rei: fosse sentida ou apenas instrumental, a invocação da motivação religiosa despertava inimizades e os turcos representavam uma ameaça religiosa e comercial a que era preciso opor-se – e os turcos tanto dificultavam a vida aos portugueses no Índico e no Mar Árábico, como no Norte de África, onde apoiavam militarmente os marroquinos. A tão propalada “obsessão” não era apenas uma qualquer birra infantil mas antes uma questão de opção estratégica vista como essencial para os desígnios do Império.

⁷⁷ Segundo algumas versões, Hidalcão terá sido uma corruptela de Adil Khan, nome de um dignitário indiano (alegadamente iniciador da dinastia Adil Shahi que governou o Sultanato de Bijapur) e que os portugueses, na sua ignorância do idioma e costumes locais, terão tomado por título que terão perpetuado

⁷⁸ In *Itinerários de D. Sebastião*, pode ler-se que “*Recebeo elRey ao Embaxador do Hidalcão, deitado na cama, não tanto por mal disposto como por encubrir sua pouca hidade com que não representava muito...*” (Vol II - Pag 10 entrada datada de 10Out1575)

⁷⁹ A lenda afirma que Camões leu a obra a D. Sebastião, mas tal acto é provável que não passe de lenda mesmo. A tença atribuída por D. Sebastião ao vate é possível ter-se devido apenas aos feitos dele em combate nas diversas praças do Império onde defendeu a coroa. Não foram ainda encontradas provas irrefutáveis de que a leitura d’Os *Lusíadas* a D. Sebastião tivesse sido feita

E D. Sebastião optou.

Olhando aos resultados, é mais fácil dizer que optou mal.

Olhando a montante, já tal leitura não é tão imediata:

Uma consulta rápida à legislação produzida em tão poucos anos de imediato nos leva a concluir que, por moto próprio ou por aconselhamento avisado, D. Sebastião estava atento quer à realidade civil do país, quer à realidade militar, a interna e a externa – a tese da impulsividade e da obsessão imatura tal qual tem sido veiculada tem pouca sustentabilidade.

O jovem rei procurou desenvolver o aparelho militar do país e mais que isso, procurou torná-lo independente de interesses particulares. Estudou as mais modernas tácticas de emprego dos meios e procurou o concurso dos técnicos mais actualizados e experientes para a consecução do objectivo de um exército moderno e eficaz – a contratação de sargentos italianos para conduzir os treinos militares é disso um bom exemplo. Leu e difundiu internamente os escritos mais recentes sobre organização militar e emprego táctico das diferentes unidades no terreno – a adopção das companhias a 250 homens é uma clara clonagem da organização espanhola desse tempo⁸⁰, algo a que o facto de a Espanha ser a maior potência militar terrestre desse tempo não pode ser alheio. Não deixou a preparação militar do país apenas entregue a técnicos locais ou importados, mas o próprio foi verificar o andamento da preparação, assistindo a diversos exercícios militares em variadas localidades. Este esforço produzia resultados reconhecidos, como o demonstra uma alusão do embaixador espanhol, D. Juan da Silva, em que, relatando uma saída do rei para o campo de Santo Amaro onde era costume realizarem-se os alardos da capital, para ver um treino da infantaria local num efectivo de cerca de 2500 infantes distribuídos por 13 companhias, notava o diplomata que *“por esta altura, os soldados já começavam a perder «el miedo al*

⁸⁰ “O texto de Sancho Londoño, escrito em 1568, já refere 250 soldados (...) Em Portugal assiste-se a uma redução semelhante, uma vez que o regimento de 1570 altera para 250 o anterior efectivo das companhias de ordenanças que haviam sido instituídas em 1568/69 (...) o que revela que os portugueses seguiam de perto a realidade espanhola” (Luís Costa e Sousa in *A arte na guerra – a arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos*)

arcabuz», o que indicava que o adestramento tinha lugar há algum tempo e com alguns resultados positivos”⁸¹.

Contudo – e uma vez mais em oposição à teoria da “atitude obsessiva” – o Rei não procurava a militarização do país, nem a eficácia militar a todo o custo: ele impôs um modelo de organização, mas flexibilizou a sua aplicação de acordo com as realidades locais, exigindo o respeito por aquilo que impunha, mas cedendo quando a informação que lhe chegava recomendava que pontualmente se aliviasse o esforço militar nas localidades mais carenciadas de força de trabalho.

No que respeitava à sua própria preparação, o rei não se limitou às leituras sobre a temática militar, ou à visualização da “tropa” com que poderia vir a contar. Há uma primeira incursão a Marrocos realizada em 1574, a qual, olhando aos relatos que descreveram a mesma, foi uma evidente operação de reconhecimento, onde o rei foi verificar por si mesmo as condições do terreno, o clima, olhar às gentes, ver as praças portuguesas e o que poderia esperar delas⁸². É certo: o rei fez constituir um corpo expedicionário considerável que o precedesse, e depois o acompanhasse, na missão. Segundo Luís Costa e Sousa⁸³, alegadamente parafraseando o próprio rei, este contingente tinha como objectivo “*que se exercitasse nesta guerra, e do exercício sairiam Capitães e soldados experimentados com que melhor se pudesse prosseguir e fazer ao diante*”. Julga-se que este objectivo seria real, mas não o único: o Rei não foi sem um corpo de segurança dissuasor de problemas, embora existam relatos de um comportamento entre o temerário e o irresponsável da parte dele durante esta estadia – o facto de ele ter, por mais que uma vez, abandonado a segurança da sua força de protecção em incursões exploratórias (curtas, é certo, mas irresponsáveis, sem questão) e de ter regressado ileso poderá ter-lhe causado uma sensação illusória de intocabilidade (não a si pessoalmente, mas aos portugueses e ao seu exército) – contudo, e conforme já referido na introdução a este texto, a verdade é que as ameaças que ele pretendia enfrentar estavam percebidas como enfraquecidas pela dispersão e desgaste causados

⁸¹ Vd Luís Costa e Sousa, ob. cit., pag 49

⁸² In *Itinerários de D. Sebastião – Vol II* dá-se conta que o embaixador espanhol conta a Filipe II que o rei escreveu à mãe anunciando a intenção de regressar a Portugal, mas realça-se a menção ao que tinha ido fazer ao Norte de África “...avendo visto ya aquellos lugares que era lo que pretendia para poder mejor ordenar lo que en ellos se ha de hazer...” (Vol II – pág 74, entrada datada de 18Out1574)

⁸³ Idem, pág 46

por uma guerra civil que debilitava aquela nação há anos. Terá o jovem rei pensado que o que viu, aliado ao que lhe contavam, era informação suficiente para planejar uma campanha?

As acções seguintes levam a crer que sim.

Nos meses após o regresso desta primeira expedição, D. Sebastião tudo faz para adiantar os preparativos do raide – procura fontes de financiamento, acelera a construção naval para o levantamento da frota necessária ao transporte de todo o efectivo e mais a logística indispensável, desdobra-se em contactos diplomáticos, insiste com o seu homólogo e tio espanhol para a cedência da força militar prometida – um efectivo militar que nunca chegará: nesse tempo, Filipe II e os turcos procuravam refazer-se do desgaste e das perdas sofridas, o primeiro, no Norte de África, os segundos no Mediterrâneo, ambos negociando tréguas e buscando um entendimento que permitisse a cada um concentrar esforços contra outras ameaças. A ser verdade, é inegável que um sucesso militar português apoiado militarmente por Espanha, contra marroquinos apoiados militarmente por turcos era algo que contrariava toda a política externa espanhola e os interesses do rei de Espanha. Tal como é inegável que os turcos viam os portugueses como uma ameaça à liberdade de comércio entre a Península Arábica e a Ásia Menor, um escolho à liberdade de movimentos das suas rotas comerciais tradicionais – ou seja, esta alegada vontade de entendimento ia ao encontro dos interesses de ambos.

Que outras razões não houvesse, esta já era suficiente para justificar as manobras dilatórias por parte do rei de Espanha para não ceder (de todo) qualquer apoio militar a Portugal para uma campanha em que sabia os turcos estarem também empenhados contra o reino cristão. Terá Filipe II alguma vez informado D. Sebastião destas suas *démarches* diplomáticas? Se o fez, disso não há registos (ou não foram encontrados durante as pesquisas para este trabalho), mas que esta seria uma indicação da maior relevância para D. Sebastião e o seu Conselho é um ponto sem discussão. Contudo, a fazer fé em alguns relatos⁸⁴, o próprio D. Sebastião tentara iludir (pelo menos uma vez) o rei espanhol, o que não tem nada de surpreendente quando se pensa

⁸⁴ In *Itinerários de D. Sebastião* é também relatada uma viagem do rei ao Algarve, e o considerável volume de meios navais de que se fazia acompanhar. Por alguma razão não esclarecida, o monarca procurava iludir o rei de Espanha, transmitindo a imagem de que teria a intenção de se dirigir novamente ao Norte de África...” (Vol II, pág. 100 – entrada datada de 11Ago1575)

em relações internacionais e nos meandros nebulosos em que as mesmas se desenvolvem.

Independentemente do reforço espanhol (ou da ausência deste), D. Sebastião contrata mercenários alemães e italianos, ainda que não tenham sido conseguidos os efectivos desejados (pretendia o rei a contratação de 3000 de cada uma destas nacionalidades; mais tarde dará ordens para se conseguir o concurso de mais 2000 soldados espanhóis) e no capítulo da logística, mandara o rei adquirir munições em Espanha e pólvora em Itália.

Já próximo do desfecho deste capítulo da história, mostra-se o rei preocupado com o segredo da operação, enviando ao embaixador em Madrid indicações para que este solicitasse a Filipe II “*o encerramento dos portos de Peñon e Melilha a fim de por ali não passarem notícias para Molei Moluco*”⁸⁵ – também aqui, não consta que o monarca espanhol tenha dado algum passo no sentido de satisfazer as pretensões do sobrinho. Não é certo que a medida fosse eficaz (do ponto de vista da finalidade – negar informações ao inimigo), mas é mais um indicador da postura do rei vizinho relativamente ao auxílio à aventura do rei português.

E no capítulo das informações, é sabido que o rei mantinha constante a pressão de pesquisa⁸⁶. Também não se tem por certo que as fontes fossem as mais fiáveis, mas o que importa – para efeitos da presente tese – era o que chegava aos olhos e aos ouvidos de D. Sebastião, e que essas informações o encorajavam a desenhar o mais favorável dos cenários. Tudo apontava para um inimigo desgastado e disperso, e as notícias da impossibilidade de ser reforçado só animavam ainda mais um rei cada vez mais propenso a acreditar numa campanha fácil.

Reúne o rei uma frota das maiores até então vistas⁸⁷ para o embarque da força combatente e do apoio logístico entendido como necessário (mais um sinal de que a expedição não era um acto de um qualquer tresloucado, mas sim de alguém que

⁸⁵ In *Itinerários de D. Sebastião* (Vol II, Pag 211 – entrada datada de 1Mai1578)

⁸⁶ In *Itinerários de D. Sebastião*, entre outras coisas, o embaixador espanhol escrevia a Filipe II que “*Hoy me ha buuelto a decir S. M. que los avisos de Berberia por diversas partes concuerdan en que Meluco esta imposibilitado de moverse de Marruecos, y desengañado de tener socorro de Argel...*” (Vol II, pág. 213 – entrada datada de 13Mai1578)

⁸⁷ Luís Costa e Sousa refere mais de 700 navios (in *Alcácer-Quibir – visão ou delírio de um rei*, pág. 45)

planeava tudo ao detalhe). As suas hostes contariam um efectivo entre os 18.000 e os 25.000 homens, embora os números variem segundo os relatos e autores, números que incluem os 1100 a 1500 cavaleiros (dos quais, uns 250 seriam marroquinos leais ao Mulei Mahamet) e entre 5000 e 6000 mercenários e voluntários, entre espanhóis, alemães, italianos e marroquinos – a maioria destes mercenários, diga-se, eram homens experimentados na peleja em batalha campal.⁸⁸

E não obstante as citadas inseguranças do rei devido à sua pouca idade comparativamente à veteranaria dos seus oficiais, pese o facto de ele os ouvir em conselho de guerra, a sua autoridade nunca foi posta em causa, mesmo quando se ouviam discordâncias de pontos de vista, sendo sempre prontamente obedecido.

Seguramente, ninguém pode, com honestidade, criticar a decisão de D. Sebastião de intervir em África:

- os motivos para a intervenção eram vários e enquadrados na política de conservação do império e da facilidade do apoio à sua manutenção
- o momento não podia ser mais oportuno, devido ao desgaste das forças locais provocado por longas disputas internas, fazendo esperar um inimigo enfraquecido e dividido
- a conjuntura era favorável, quer pelo facto de se poder contar com um aliado local (o que sempre ajudava ao esforço no combate, mas igualmente prometia facilidades logísticas no território), quer pela baixa probabilidade de o adversário poder ser auxiliado a partir do exterior
- a preparação foi longa e cuidada, tendo permitido pensar em todos os detalhes, incluindo a questão do treino militar e da prontidão das forças

Em suma: tudo (olhando as informações disponíveis) parecia jogar a favor!

⁸⁸ Vd Luís Costa e Sousa, ob. cit. págs. 62 a 69.

Conclusão e Nota Final

Nem sempre uma história se encerra com o seu próprio desfecho. E quando uma história é um capítulo da História, isso ainda é mais raro.

No caso vertente, é sabido que a Estrada para Alcácer-Quibir conduziu um Rei à sua própria perdição e o seu reino ao precipício.

No ocaso desta história (como em qualquer outra), não interessa o que podia ter sido, mas tão somente o que aconteceu. Não interessa o que pode ter acontecido, mas apenas o que se sabe que aconteceu. E nesta história, pode não se saber como foi perdida a batalha – foi-o, e basta (por enquanto e face ao conhecimento disponível) – e pode nem se saber o que aconteceu ao Rei – não voltou a usar a coroa nem regressou aos seus subditos e isso chega (por enquanto... e face ao conhecimento disponível, repita-se).

Mas há aqui uma nuance que pode fazer a diferença e que alguns autores têm defendido:

- É certo que a perda do rei implicou a perda da independência;
- É certo que foi a dominação espanhola que enviou a armada portuguesa para combater a inglesa na batalha de Gravelines, onde se perdeu à fúria dos elementos naturais;
- É certo que a perda da independência limitou a capacidade dos portugueses decidirem os seus destinos e os do Império;
- É certo que os portugueses experimentaram dificuldades acrescidas na manutenção do Império tal qual era antes conhecido, e que perderam mesmo alguns territórios que antes controlavam...

... mas... será certo que tudo isso foi consequência do desfecho de Alcácer-Quibir? Tirando a questão da perda da independência (quicá até essa), não eram todas as restantes apenas uma questão de tempo?

Quer os historiadores quer o senso comum continuam a afirmar que tudo se deveu ao facto de o Rei morrer (ou ter desaparecido – para o efeito, é indiferente) sem deixar descendência. Este raciocínio deixa implícita a certeza de que se o rei voltasse do

Norte de África viria a procriar – o que não é certo. Tivesse o rei falhado na questão da descendência (mais tarde) e o problema da sucessão manter-se-ia e Castela iria de igual modo assaltar a Coroa portuguesa.

Tiveram os portugueses dificuldades acrescidas na manutenção do Império? Claro que sim. E iria isso ser diferente porquê? França, Holanda, Inglaterra (entre outros actores menores na cena marítima) emergiam já como potências dos mares e todas, com mais ética ou mais atropelo, pretendiam o seu quinhão nos novos espaços recém-descobertos. O domínio dos mares era cada vez mais disputado e a supremacia portuguesa (no sentido militar do termo⁸⁹) há muito tinha sido perdida. O caminho era o das dificuldades acrescidas e não o das facilidades crescentes.

Conforme se citou no início do capítulo I, a verdadeira fraqueza do reino estava nas suas elites, as quais estavam apenas interessadas em lucrar, mas eram avessas aos perigos e riscos que isso impunha: as elites não apoiavam os esforços do rei! Além disso, o Império não só não estava ainda consolidado, como ainda estava em expansão, isto quando a demografia teimava em não descolar da estagnação, ou crescia a uma taxa insignificante – um império que já tinha falta de braços para a dimensão anterior, mais iria sentir essa insuficiência depois de se ampliar sem ver esse número de braços crescer. O recurso à mestiçagem, de que já se falou, era importante no minorar da carência de gentes para o mar e para a terra (e aqui, quer para o guerrear, quer para a criação de bens de consumo), mas esta tinha o inconveniente de demorar demasiado tempo a produzir efeito sensível e de, ainda assim, ser insuficiente para tantas necessidades.

Ou seja: é inegável a relação causa-efeito existente entre o antes e o depois da batalha de Alcácer-Quibir, mas pensar que as consequências sofridas se devem apenas e exclusivamente ao desfecho duma batalha – essa batalha – é ignorar todas as tendências que se vinham manifestando e que já eram impossíveis de ignorar. Mais que a causa final do que se seguiu, o resultado da batalha foi apenas um catalizador que acelerou o que seria, provavelmente, inevitável.

É difícil isolar as conclusões do presente estudo do resultado dos factos que o mesmo analisa: numa batalha, Portugal perde o rei, e depois a independência!

⁸⁹ Em termos militares, diz-se que uma força tem superioridade num dado teatro de operações quando consegue operar por períodos curtos sem ser afectada pelas capacidades adversárias nesse teatro, e que tem supremacia quando consegue impedir as operações adversárias, ou torná-las inofensivas.

Talvez por isso, seja fundamental analisar as duas decisões mais determinantes neste processo, isolando-as uma da outra, e que são, afinal de contas, a razão de ser deste trabalho:

- Porquê o Norte de África?
- Porquê aquela batalha, naquele terreno?

Persiste ainda uma ideia que insiste no discurso tradicional que descreve este rei como alguém imaturo, inexperiente, obcecado, a roçar o desequilibrado e que é a esses traços de personalidade que se deve o desfecho que se conhece a este capítulo da história de Portugal e do Império. De facto, tivesse o rei recusado a batalha, tivesse ele seguido alguns conselhos de prudência – ou tivesse ele assegurado a sucessão ao invés de seguir a imprudência – e tudo poderia ter sido diferente. Contudo a História escreve-se a partir dos factos que aconteceram e não dos que poderiam ter acontecido. Apesar disso, e neste caso concreto, o conhecimento disponível dos factos não é ainda suficiente para nos dar todas as respostas – deixa este trabalho ainda muitas perguntas em aberto.

No pressuposto de ser válida a tese da importância estratégica do Norte de África (independentemente da cabeça de quem a defendia), é inegável a coerência dos esforços desenvolvidos D. Sebastião – no plano interno e no plano diplomático – quer para reunir os meios, quer para os preparar para o que julgava esperá-los, quer pelo objectivo militar que delineou.

Sobre a preparação, não terá sido casual a primeira deslocação ao Norte de África realizada por D. Sebastião em 1574 (que aliás, já era para ter sido realizada em 1572) – é indiscutível que o próprio rei quis, pessoalmente, inteirar-se da natureza e características daquele teatro de operações e que essa primeira visita não foi mais do que um reconhecimento do terreno... limitado, é certo, mas ainda assim revelador da competência militar do Rei, conhecedor dos princípios da guerra. D. Sebastião não iria “às cegas” e tanto procurou obter informações sobre o teatro e o inimigo, como procurou negar-lhe a capacidade de conhecer as nossas capacidades, possibilidades e intenções.

No plano interno, o rei procurou a construção de uma força militar terrestre que, pese a inevitável falta de experiência de combate dos seus corpos, tivesse o treino

necessário para enfrentar as exigências do combate, individual e colectivamente. Esse treino foi realizado e produziu efeitos reconhecidos por observadores nacionais e estrangeiros, reconhecimento documentado em correspondência hoje conhecida. Mas não se limitou a isso: D. Sebastião procurou que em todos os corpos da força estivessem incluídos elementos experimentados no pelejar, mesmo que não em batalha em campo aberto – aliás, e como já atrás se alvitrou, é bem provável que uma batalha campal “à antiga” não estivesse nas intenções do Rei durante a fase de aprontamento da força.

No plano externo, D. Sebastião procurou a contratação de corpos a que hoje chamaríamos mercenários, formados por gente com experiência de combate e que dispusessem do armamento e equipamento adequados às exigências do campo de batalha de então (o que dispensaria a sua aquisição pela coroa) e por outro lado contava com o apoio militar do tio, apoio que lhe ia sendo prometido mas nunca seria concretizado – o rei conseguiu a reunião do potencial militar considerado suficiente, face ao objectivo delineado e de acordo com as informações reunidas sobre ele.

Quanto à delineação do objectivo, há que notar que não só o momento da acção dificilmente poderia ser mais oportuno – os marroquinos estavam divididos por disputas internas e uma das facções tinha solicitado o apoio do rei português, o que indicaria que se lhe aliaria no terreno, e nada faria pressupor que um exército organizado o iria esperar (a menos que avisado em tempo oportuno). E se podemos apreciar a justeza no tempo, não é menos digna de nota a justeza do espaço: tendo definido como objectivo a conquista da fortaleza de Larache, D. Sebastião procurava cimentar a sustentabilidade militar da posição portuguesa em Marrocos (cada vez mais vulnerável) e aliciar o tio a apoiar materialmente a expedição – com efeito, no plano geoestratégico, a articulação do triângulo Ceuta – Tanger – Larache facilitava sobremaneira o controlo do reino de Fez, o que de algum modo assegurava uma zona-tampão do acesso mourisco à costa portuguesa a Sul, e por outro lado, no plano diplomático, piscava o olho ao apoio espanhol, dado que Larache era um notório porto de abrigo ao corso ilegal, um flagelo para a navegação transatlântica espanhola.

Terão sido só decisões maduramente avaliadas e meditadas?

Seguramente não como o demonstrou o resultado – mas isso é hoje mais fácil de avaliar do que o seria naquele tempo. Desde logo, é incompreensível a insistência do rei em fazer as tropas marcharem com todo o desconforto e através de

território pouco hospitaleiro – uma penosa e extenuante caminhada de quase 90 km em terras que pouco davam que comer, ainda menos que beber, e com a carga do pesado e desconfortável armamento e equipamento militar, sob um Sol impiedoso (durante o dia) e enfrentando o acentuado arrefecimento noturno, numa amplitude térmica a que os portugueses não estavam acostumados. A moral das hostes não seria a mais elevada e os cavalos não estariam na sua maior frescura para enfrentar um combate.

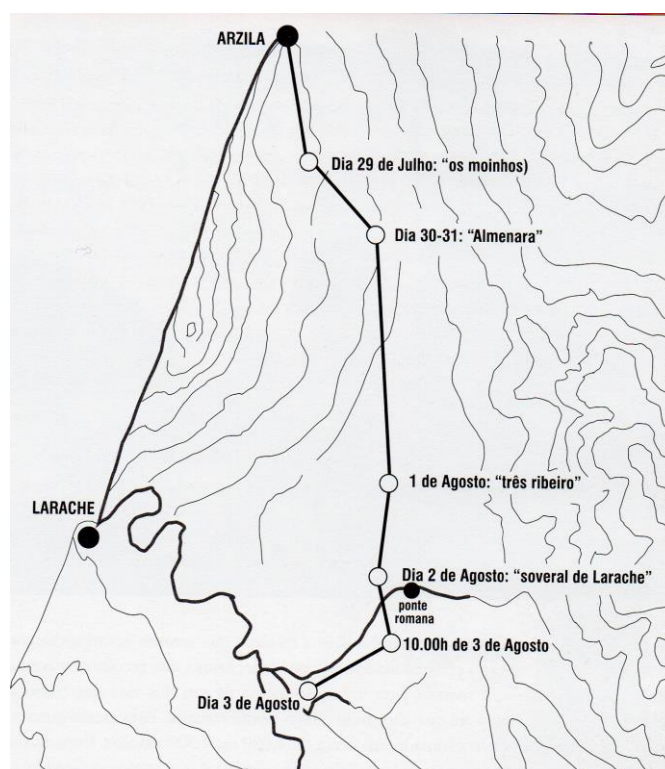


Fig. 5 – Esquema do movimento dos portugueses até ao local do encontro

(Fonte: *Alcácer-Quibir – Visão ou delírio de um Rei*, pág. 53)

Depois, é igualmente difícil de explicar a decisão do Rei de aceitar combate contra um inimigo que reunia a seu favor algumas vantagens não despreciandas – e uma delas, o ter escolhido o terreno, e logo um terreno que não favorecia em nada os movimentos do atacante, o qual era forçado a uma longa e demorada aproximação a descoberto – os relatos que hoje nos chegam todos falam de terem havido vozes de prudência recomendando ao rei que recusasse a batalha... e é aqui que a dúvida surge: se D. Sebastião tinha já demonstrado conhecer e dominar a teoria da ciência da guerra, porque teria aceitado combater um inimigo cuja dimensão desconhecia e em terreno e condições que não lhe eram favoráveis? Teria D. Sebastião tido algum delírio conforme

interroga Luís Costa e Sousa⁹⁰? Ou terá sido traído? Ou mera vítima de erro de avaliação devido a factores de vária ordem?

É sabido que nem todos os que o acompanhavam partilhavam do entusiasmo do Rei, mas sustentar que esses o traíssem sabendo que seriam os primeiros a sofrer as consequências é pouco lógico.

Um “delírio” não era impossível (nunca é) e tem sido a possibilidade mais acarinhada pela historiografia tradicional, mas parece igualmente difícil de advogar face ao que sobre ele se descreveu.

Restam as possibilidades de traição por parte de alguém externo à campanha ou o erro de avaliação. E para um erro de avaliação bastava algo tão simples quanto a possibilidade de até conhecer suficientemente bem o volume da tropa inimiga mas ignorar a sua disposição no terreno – e as posições das tropas a enfrentar dificilmente seriam conhecidas com exactidão antes da batalha, além de poderem ser reposicionadas durante a aproximação da força portuguesa... mas deve também recordar-se que no cenário de guerra civil vivido nessa altura em Marrocos, os exércitos das facções em confronto andavam dispersos e não seria fácil reuni-los e organizá-los em tempo oportuno, a menos que alguém os avisasse antecipadamente. As informações disponíveis davam como impossível um reforço do exterior e indiciavam a menor probabilidade de se deparar com uma força organizada e com volume ameaçador.

Ainda quanto à possibilidade de traição, até que novas provas credíveis venham à luz do dia, fica por responder a pergunta: Mas quem? Os interessados são vários e não apenas o mais óbvio (Filipe II de Espanha). Entre as facções da nobreza portuguesa, existiam os simplesmente descontentes com a perda de privilégios ou com as promessas reais por cumprir e os que – por esta ou por outras razões – eram favoráveis a uma união ibérica. Evidentemente, um conluio entre traidores portugueses e o rei Filipe era igualmente provável. Não restam dúvidas que o desfecho e consequência imediata da batalha abriram caminho à concretização do sonho ibérico sob a coroa de Espanha, mesmo que essa concretização tenha demorado ainda dois anos. Aquilo a que se chamou a monarquia dual em que o rei vizinho garantia a

⁹⁰ Vd *Alcácer Quibir 1578. Visão ou delírio de um rei?*, autor citado, Editora Tribuna da História

independência de Portugal sob a sua coroa foi de facto um protectorado indigente em que a independência portuguesa não passou de um título vazio.

Mas tudo isto são especulações e não é disso que se faz a História (pelo menos até que alguém as converta em hipóteses e consiga provar ou negar qualquer uma delas).

Tudo em redor das razões da batalha e do seu desfecho (e do consequente desaparecimento de D. Sebastião) é incerto.

– Porquê o Norte de África?

Porque Portugal precisava desesperadamente de enfraquecer a oposição à sua presença e consolidar as suas posições para apoio à navegação, com o que poderia reduzir ali as suas necessidades militares, o que possibilitaria o emprego de mais forças noutras paragens (outro dos princípios da guerra: economia de forças num sítio, para poder concentrar noutro); porque o adversário lhe era mostrado como estando vulnerável; porque o adversário era um inimigo da cristandade e por essa via era mais fácil angariar apoios financeiros, morais, militares

– Porquê aquela batalha, naquele terreno?

Esta é a resposta mais difícil de dar. Não havia ali nenhum objectivo militar e a força inimiga podia muito mais facilmente ser contornada.

Terá tido D. Sebastião o receio de que ao chegar a Larache ficasse entre o fogo da praça e o desta força? Esta é uma hipótese com alguma credibilidade no puro campo da táctica militar e uma possibilidade destas é o maior pesadelo de qualquer comandante, algo a evitar a todo o custo. Depois, o dar batalha prematuramente ao inimigo naquele ponto consubstanciava o respeito por um dos mais milenares princípios da guerra que era (ainda é) o “bater o inimigo por partes”. Se D. Sebastião desbaratasse ali a força que lhe fazia frente, teria o caminho livre até ao seu objectivo que poderia atacar isoladamente e sem receio de que pudesse ser reforçado por estas tropas.

Terá D. Sebastião pecado por optimismo exagerado face ao historial de informações que antes fora recolhendo? Segundo Luís Costa e Sousa⁹¹, ao longo da

⁹¹ Obra citada (pag. 60)

marcha entre o porto de desembarque e o terreno da batalha foram-se juntando às hostes portuguesas uns poucos desertores do campo adversário. Estes, tanto poderiam ter sido, de facto, agentes infiltrados com o propósito de iludir os portugueses, como ter passado informações reais e verdadeiras e algumas sabe-se hoje que o eram: as dissidências entre o exército adversário existiam, a “doença”⁹² de Abdelmaleque era conhecida entre os seus homens (só a sua morte na noite que antecedeu a batalha lhes foi escondida) e os sinais de moral fraco entre as tropas marroquinas eram sensíveis.

Pretenderia D. Sebastião apenas desgastar o que acreditava serem remanescentes de exércitos já desgastados pela guerra civil e assim reduzir a ameaça na região durante uns tempos? Embora fosse do conhecimento do rei a existência de forças mouriscas nas proximidades (que foram fazendo constantes flagelações sobre a coluna cristã) não é certo que tivesse a noção do volume destas – o dispositivo de marcha português manteve guardas de flanco ao longo de todo o deslocamento e ninguém relatou a presença de uma força da dimensão da que se opôs ao rei português e um exército superior a 40.000 homens (incluindo milhares de cavalos) não se desloca facilmente em segredo... a menos que o grosso do mesmo não se tivesse deslocado mas antes estivesse já à espera em terreno previamente escolhido.

Traição ou erro? Não se sabe (ainda)⁹³...

Ignora-se até que ponto será curial a apresentação de um estudo académico desta natureza em que as perguntas em aberto são mais do que as respostas encontradas. Até que novos documentos sejam encontrados, por mais que os indícios apontem numa dada direcção, essa direcção não passará de mais uma hipótese que – o método científico assim o impõe – poderá vir a ser confirmada ou negada.

Julga-se importante para o deslindar deste caso a consulta de arquivos marroquinos e espanhóis. Sabendo-se hoje que Filipe II de Espanha mantinha relações e estabelecera acordos diversos com os Turcos e Marroquinos no pós-batalha de Lepanto, a consulta exaustiva da correspondência entre as autoridades políticas e diplomáticas destas duas entidades políticas poderá contribuir para o deslindar do caso.

São duas, no entender pessoal do autor do estudo, as perguntas essenciais ainda não esclarecidas:

⁹² Ibidem – suspeita de envenenamento

⁹³ Outmane Mansouri, historiador marroquino e por inerência insuspeito nesta análise, afirmou que *“hoje, face ao resultado, é fácil a todos culparem o rei pelas decisões tomadas, mas a verdade é que naquela altura ele tinha tudo a seu favor e tivesse o desfecho sido outro e todos o considerariam um herói”*.

- Qual era a composição e efectivos do exército marroquino?
- Que aconteceu ao rei português?

Mas acima de tudo, fica por confirmar a mais importante de todas:

Quem traiu D. Sebastião?⁹⁴

A decepção de não ter conseguido (por impossibilidade material) proceder às pesquisas necessárias fica aqui registada. As tentativas de contacto com o Arquivo General de Simancas ficaram sem resposta, pelo que a opção restante seria uma incerta visita ao local (não é garantido que o Estado Espanhol consinta a consulta de toda a documentação conservada). Quanto ao lado marroquino, apesar da registada (e reconhecida) abertura de Outmane Mansouri, nada mais foi tentado e ignora-se o que o acervo histórico do país possa revelar. Acredita-se que esteja aqui, entre Espanha e Marrocos, a resposta esclarecedora.

Com os votos de boa sorte para quem se propuser terminar o que aqui foi continuado...

⁹⁴ O leque de respostas possíveis inclui a opção “ninguém”!

Anexo 1 (**Carta de D. Sebastião a Gabriel de Almeida sobre o lavramento de prata**)
à tese de mestrado intitulada “A estrada para Alcácer-Quibir – razões para uma decisão controversa”

Gabriel d almeida Eu ElRei uos enuio muito saudar Ey por bem que daqui endiente em quanto eu não ordenar outra cousa se laure nesa casa da moeda a prata que se a ella leuar da lei que se ora laura a rezão de dous mil e seiscentos e sincoenta reaes o marco, os dous mil e quinhentos e setenta reaes pera se darem ás partes que a trouxerem a casa, segundo ordenança dela, e oytenta reaes pera a despeza e lauramento de cada marco da dita prata, diloeis asy as pessoas que tiuerem prata e quiserem que se lhe laure em moeda e será em segredo porque por alguns rspeitos ho ey agora asi por meu serviço e eu tenho mandado que se faça prouisão de modo em que se a de laurar a dita moeda com as declarações necessárias que uos irá brevemente. Gaspar Rebelo a fez en Almeirim a vinte e nove de Novembro de 573. Foi tresladada por my Tiofilo homẽ, juis da balança desta casa da moeda e concertada com o dito tesoureiro. Gauriell dalmeida. Tiofilo homẽ

In “*Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*”, de Teixeira de Aragão – Livraria Fernando Machado, 2ª Edição, 1964, Vol. I, pág 419⁹⁵

⁹⁵ Segundo nota ao texto, recolhido do Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, registo geral, livro I, fol. 74

Anexo 2 – (Batalha de Lepanto – o antes e o depois do ponto de vista geo-estratégico) à tese de mestrado intitulada “A estrada para Alcácer-Quibir – razões para uma decisão controversa”

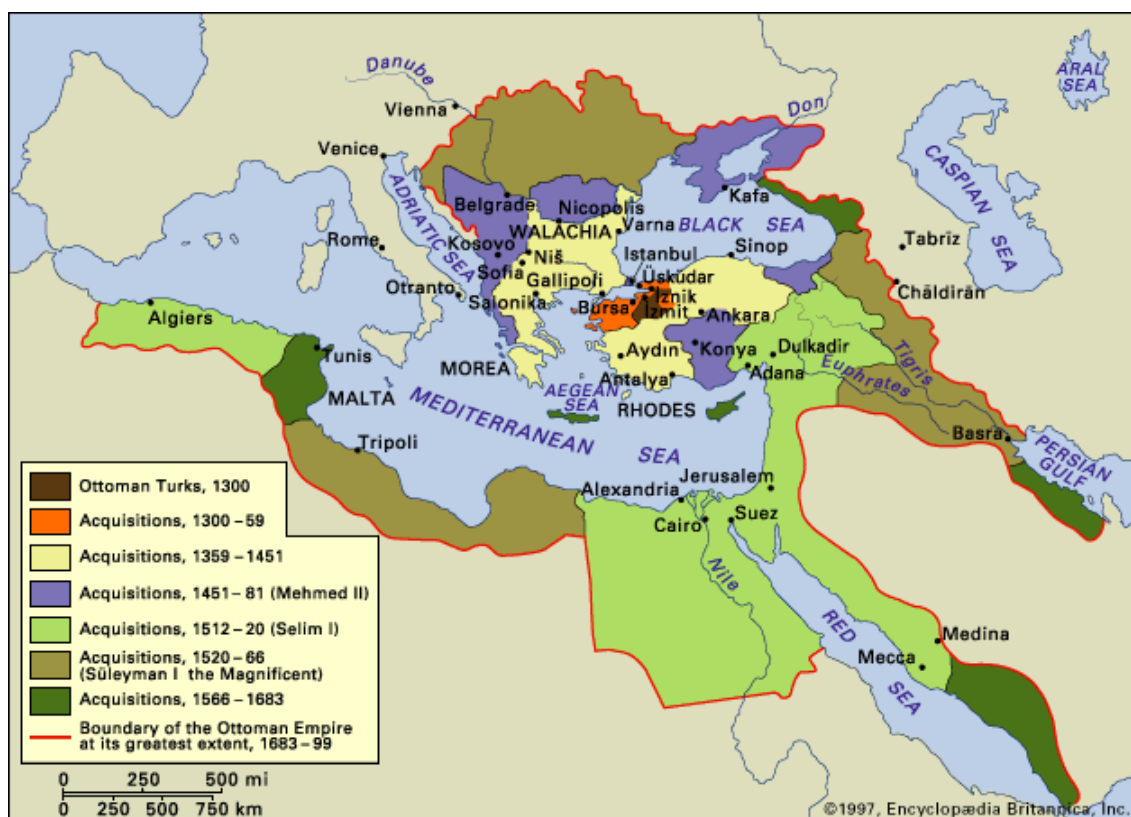


Fig. 1 – Mapa da evolução do Império Otomano entre os Séc. XIV e XVII⁹⁶

1 – Antecedentes

A sempre transitória paz europeia vivia no meio de tensões permanentes entre os Estados e fazia-se de breves períodos na sequência de tratados em que inimigos de ontem eram aliados hoje e poderiam voltar a ser inimigos amanhã. O primeiro quartel do Séc. XVI é testemunha de uma primeira paz assinada em 1518 em Londres, constatada a ameaça representada por um Império Otomano ocupando uma área geográfica cada vez maior e apertando uma tenaz em torno da Europa, com o controlo

⁹⁶ Fonte: <http://margymuses.blogspot.pt/2010/07/suez-canal.html> (consultado em 5Dez2017)

de vastas extensões de costa mediterrânica no Norte de África, Turquia, Grécia e costa adriática na península balcânica e boa parte do Mar Negro.

Contudo, paz militar não significava paz social e ainda neste período assiste-se a uma profunda revolução religiosa e cultural que mergulha a Europa numa nova sucessão de guerras e disputas que fragmentaram aquilo que era, por excelência, o território de implantação da cristandade.

Martinho Lutero, clérigo e professor de teologia na Universidade de Wittenberg (Alemanha) inicia no debate de Leipzig em Julho de 1519, aquilo que culminará no protestantismo, onde são lançadas as bases do que será conhecido como o movimento da Reforma.

Uma vez mais, a paz entre as nações europeias colapsa, deixando a Solimão, o Magnífico, toda a liberdade de movimentos para prosseguir com o expansionismo do império Muçulmano, o que lhe facilitou, a Sul, praticamente o fechar da linha ao longo do Norte de África até àquilo que é hoje a fronteira entre Marrocos e a Argélia, e a Norte progredir pela Europa até às portas de Viena. O Império Otomano detinha o controlo das rotas terrestres para o comércio com a Ásia e dominava o Mediterrâneo Sul e Oriental, acossando constantemente a navegação europeia.

Novamente, a percepção da ameaça leva Europeus a por de lado as suas dissensões, e com o patrocínio de Carlos V é assinada a paz de Augsburg, em 25 de Setembro de 1555. A Europa podia, novamente, voltar-se para enfrentar a principal ameaça que se lhe punha.

O processo não será imediato e será já com Filipe II de Espanha que finalmente os europeus se reúnem numa liga (a Santa Liga, ou Liga Santa do Mediterrâneo) para dar combate ao Império Otomano no mar e recuperar a liberdade de movimentos no Mediterrâneo. Esta liga foi formalmente constituída em 25 de Maio de 1571 por vários estados europeus – com particular ênfase para a Espanha e a República de Veneza, na sequência de um apelo do Papa Pio V, vista a iminência da conquista da ilha de Chipre, último bastião cristão no mediterrâneo oriental, pelos muçulmanos.

2 – A batalha⁹⁷

Esta batalha tinha a finalidade de ajudar os venezianos na defesa de Chipre, embora este desiderato não tenha sido bem-sucedido: a 3 de Agosto de 1571 a ilha tinha sido tomada. Mas não só! Para a República de Veneza (um dos maiores participantes no conflito), a destruição da armada otomana era fundamental. Desde a Idade Média que os venezianos tinham construído os seus principais eixos de comunicação económica através do estabelecimento de entrepostos comerciais no Levante, garantindo a liderança no comércio mediterrânico até ao Séc. XV – para os venezianos a costa leste do Adriático era a porta de acesso às suas principais fontes de rendimento. Veneza ia garantindo a segurança da navegação através de tratados com os demais Estados relevantes, mas viu-se impotente para fazer frente às cada vez mais numerosas incursões otomanas no Adriático. Para os muçulmanos, a ideia era empurrar a marinha veneziana para a defesa da sua própria costa o que aumentaria as possibilidades de vencer a guerra, mas cometeram um erro fatal: em vez de atacar e empenhar a força naval da Santa Liga, a esquadra otomana optou por uma tática de corso, atacando fortes venezianos secundários e perdendo a possibilidade de enfraquecer as forças cristãs antes de se reunirem em Messina.

A Santa Liga consegue reunir mais de duzentas embarcações de guerra de vários tipos, entre os quais 6 de um novo tipo de galé bastante maior que as tradicionais e com muito maior poder de fogo em todas as direcções (algo que o comandante otomano, Ali Pascha, desconhecia) e no dia 16 de Setembro de 1571 zarpam de Messina rumo a Corfu. Os otomanos tinham cerca de 240 galés, mas confiavam mais nos seus bem treinados e experientes arqueiros que no poder de fogo dos canhões; além destes, dispunham ainda de cerca de 100 embarcações menores destinadas ao flanqueamento e a movimentos de assédio. Do lado da Santa Liga, o navio almirante era comandado por D. João de Áustria. Do lado otomano, Ali Pasha seguia no navio identificado por um enorme pavilhão verde bordado com versículos corânicos destinados a inspirar os seus homens.

⁹⁷ PUST, Klemen (2012) " 'Defending the Christian Faith with Our Blood'. The Battle of Lepanto (1571) and the Venetian Eastern Adriatic: Impact of a Global Conflict on the Mediterranean Periphery" Athens: ATINER'S Conference Paper Series, No: MDT2012-0036.

A 7 de Outubro, a maior batalha naval do Renascimento envolvendo entre outras, embarcações a remos, no Mediterrâneo a opor forças cristãs e muçulmanas saldou-se pela maior derrota destas últimas.⁹⁸

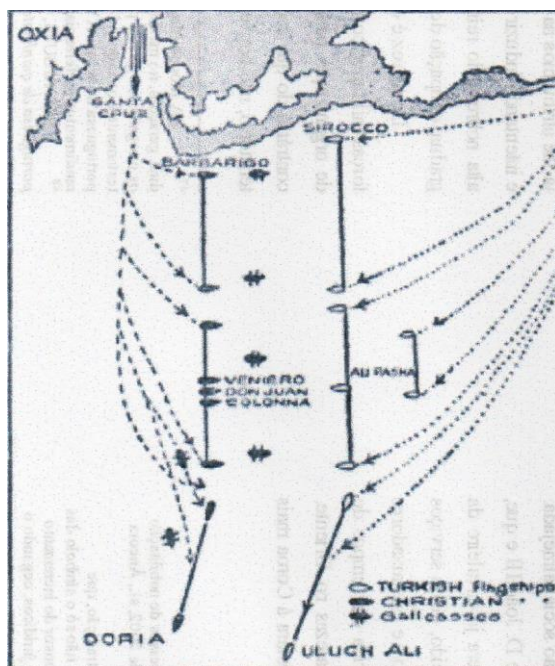


Fig. 2 – Esquema das posições iniciais

A armada cristã entra por ocidente no estreito que separa o golfo de Patras do golfo de Corinto, onde a esperava a armada otomana em frente à cidade que dá o nome à batalha. Os vasos avançaram em linha com o flanco Norte junto à costa, enquanto o centro se estendia para Sul e à direita o flanco Sul, fazendo um ângulo para fora, prevenia a tentativa de flanqueamento pelos muçulmanos. As 6 grandes galés foram repartidas em pares por estas 3 secções, mas o par do flanco Sul não conseguiu entrar em posição antes do início do combate.

Em realidade, a batalha mais se assemelhou a 3 batalhas separadas em simultâneo visto que as 3 secções, em boa medida, combateram separadamente. Nas secções Norte e Centro as grandes galés mantinham-se inexpugnáveis, optando os otomanos por as contornar, o que os expôs ao fogo desorganizante vindo das mesmas. No extremo Norte, os otomanos tentaram utilizar as embarcações menores para um

⁹⁸ Segundo William McLaughlin in “1571 Battle of Lepanto: The Pope’s Naval Crusade – Destroying the Ottoman Empire Naval Supremacy” num artigo para a página War History Online (<https://www.warhistoryonline.com/featured/battle-of-lepanto.html> consultado em 14Dez2017)

amplo movimento flanqueante pelas águas rasas junto à costa. Vendo isto, o comandante desta ala – o veneziano Agostino Barbarigo – ordenou ao seu próprio navio que se deslocasse para impedir a tentativa. Ele morreu neste movimento, mas toda a sua secção conseguiu rodar e empurrar os otomanos para as águas rasas; o poder de fogo de uma das galés que conseguiu posicionar-se foi determinante para a vitória da Santa Liga neste sector.

O centro assistiu ao combate mais feroz porque mesmo desorganizados pela passagem pelas galés, os turcos tinham muito mais unidades e com os seus navios mais ligeiros lograram acostar aos navios da Santa Liga. As embarcações chocavam bordo com bordo formando plataformas que transformavam a batalha naval em combates isolados misturando canhões, espingardas e setas.

Vários navios da Santa Liga identificam o navio almirante da esquadra otomana devido ao enorme pavilhão verde hasteado e de imediato o transformam no alvo preferencial. Os homens de Ali Pasha batem-se com bravura, mas o seu comandante acaba morto e o navio capturado.

Os navios da Santa Liga já se assemelhavam a ouriços, tantas eram as setas cravadas nos cascos e pouco a pouco os navios otomanos vão sendo capturados ou afundados no ardor da luta mais dura da batalha. Os janízaros que formavam a elite otomana recusaram a rendição, mesmo depois de a morte de Ali Pasha ter levado aqueles que estavam junto a ele a render-se de imediato. Diz-se que quando se acabaram as munições aos janízaros estes começaram a atirar tudo o que podiam contra aqueles que lhes abordavam os navios. As galés tinham feito o suficiente logo no começo e a sua localização impediu quer o reagrupar, quer uma retirada organizada.

No lado Sul houve mais movimento do que combate propriamente dito. Procurando o envolvimento, os otomanos rumaram a Sul, mas foram acompanhados pela Santa Liga – isto abriu um intervalo entre as secções Sul e Centro da esquadra cristã, o que foi prontamente explorado pelos otomanos que se precipitaram para a brecha e atacaram o novo flanco exposto ao mesmo tempo que atacavam o flanco Sul da secção central. Os otomanos tiveram grande sucesso e chegaram a quase provocar a debandada da secção Sul até os cristãos se aperceberem que a batalha estava longe de estar perdida. Os muçulmanos que o conseguiram limitaram-se a fugir pela abertura e através da retaguarda das linhas da Santa Liga.

O saldo final cifrou-se na captura de mais de uma centena de navios muçulmanos e a libertação de muitos cristãos escravizados como remadores para os infiéis. Os otomanos perderam cerca de 20.000 homens, entre marinheiros e arqueiros, contra cerca de 7000 baixas entre os cristãos e 17 navios perdidos por estes.

3 – Depois da batalha

Esta foi a primeira e a mais retumbante derrota sofrida pelos turcos. Contudo, os ecos que da mesma ressoaram pela cristandade foram algo exagerados.

É certo: a esquadra Otomana levou anos a recompor (e o treino de novas guarnições demorou ainda mais) e com isso também perderam a supremacia naval que até aí detinham neste mar – a expansão naval e as incursões otomanas ficaram impedidas por uns tempos. Os cristãos recuperaram a liberdade de movimentos no Mediterrâneo e a capacidade de corso dos infiéis ficou quase aniquilada. No mar, as coisas mudaram.

Mas em terra?

Desde logo, a intenção inicial de Pio V foi gorada – não só não evitou a queda de Chipre em mãos turcas, como não a recuperou depois desta batalha. Depois, a expansão terrestre do império otomano também não se ficou por aqui e ainda levaria mais umas décadas até o seu avanço ser definitivamente parado. O exército terrestre otomano continuava intacto.

Às portas de Viena, o Império Otomano confrontava-se com os Habsburgos, o que levará Filipe II de Espanha a procurar a paz com os turcos.

É esta paz que será tão prejudicial a D. Sebastião em Alcácer Quibir. Desde logo, porque permitiu aos otomanos vir em socorro dos marroquinos e intervir militarmente no Norte de África. Depois... bem, depois porque a vontade de paz de Filipe II o levou a negociar a paz com os otomanos e, se outra razão não houvesse, a negar ao rei Português o apoio militar que lhe tinha prometido.

E aqui, ficam no ar as suspeitas...

Anexo 3 – (Carta d’ El Rey D. Sebastião a João de Mendonça sobre a jornada de África) à tese de mestrado intitulada “A estrada para Alcácer-Quibir – razões para uma decisão controversa”

Nota: O presente anexo é composto pela digitalização do texto relevante conforme a obra de onde é extraído, seguido de uma transcrição legível do mesmo, respeitando, tanto quanto possível, a grafia e pontuação aí constante.

Cópia da carta original Velly D. Sebastião
a João de Mendonça sobre a jornada de
África

João de Mendonça amigo. Vi. Ser cartas de D. Diniz de Meneses
meu Capitão de Langue sobre como Condeij Molue Ti. D.
deuise entrar em foz e do gito ou nove mil Turcos que de
Argel trouxera crissos por ordem e mandado do Turco e com
outros domos q se com elle juntarão desbaratarão o Xarife
o q se retirara a domos Condeij Molue fira pacifica
recabido por foz e do gito. E por estas novas sem da Cali-
dade e importancia q vedei e poderis considerar, ou para
ceis fazerdes logo a saber, ansando de vos e de vossa pru-
dencia, fareis nellas aquelles discursos q convier, afli para
o q eu deuo acerca de fto ao presente mandar fazer, como fa-
oze p reuerir, e ordenar, para q ao diante pode succeder
e q he rajado e si q se ouje e espere de inimigos tam
vestinhos aos meus lugares, e tam poderfos e tanta
industria, e experiencia nas cousas da guerra, como são
os Turcos, anormente considerando q a vida delles a fer
nas he de se poder a foz d'aquelle dijs as Ti. D. Xarife
nas principais confundam de ofazard tributacis e vlla
fho do Turco, e o Turco se fazer. E de toda Africa, e de todos
os portos de domo dello, tanto em cada hu d'elles on os galeis que
hesera facit de por em effeito, afli p esta natureza da mesma
terra, como por seu grande poder q quando afli acnecisse, o q
do mar por mitta, visto he quantos maty quasi a remedio

pueras exoritur a toda esparha, q' da Chustandade se
 pode dizer q' he de a melhor e maior parte, e do este intado
 q'oria q' biao temente. Enydafeei nesta materia e adico
 trofeus para me nella dar del parecer, e contello nã fazer
 e deo fazer, mas ovas e accidentes presentes, mas inda
 naquelles q' em tempo finca potencia, estado de poder ao
 diante acontecer. E tambem quom q' faibai, q' agora ordenij
 delos, q' he mandado proseguir a fortificacao naquelles mous
 lugares, e por velos de mantimento e municoes, e reforcar, e
 a prestar omisthas aradas, e apercebor gente e algumas comar
 cas do Reyno. Mas todo isto nã descansa, ne devetiar ne
 aliviar este Enydafe, q' obriga a começar a apercebor delos;
 fados q' pode succeder. E eu espen na misericordia de N.
 Sr, q' recebereis nos delle, quando afi de nossa parte nos
 dispozermos, e as nossas for. etam grandes victorias, q'
 reciba de vros os servicos, q' he eu m' de feto fazer, nã to
 damente na defenfa de sua fee, mas tambe na amplia
 cao della. Com vros encarecendo q' me respondais logo
 a esta carta, e por certo tempo q' sera tal a resposta
 com de vos esperar e confio, e do mais q' succeder tereij
 lembranca de vos mandado avisar. E cetta em belaval
 a 24 de Abril de 1576.

Rey

(transcrição)

Cópia da carta original d'el Rey D. Sebastiao a Joao de Mendoca sobre a
 jornada de África

Joao de Mendoca amigo (*) Per cartas de D. Duarte de Menezes meu capitao em Tanger
 soube como Muley Moluc tio do Xarife entrava em Fez e co oyto ou nove mil turcos
 (que de Argel trouxera consigo per ordem e mandado do Turco) e com outros mouros q

se com elle juntarao desbaratara o Xarife o qual (*) se retirara a Marrocos O Muley Moluc fora pacificamente recebido como Rey e SM de Fez. E por estas novas serem da calidade e importancia q vedes e podeis confirmar me pareceo fazervolas logo a saber, confiando de vos e de vossa prudência fareis nellas aqueles discursos q convem aqui para o que eu devo acerca disto ao presente (*) mandar fazer como já me prevenio, condenar para o q ao diante pode succeder e q he razao esijo (*) q se cuyde e espera de imigos tam vezinhos aos meus lugares, e tam poderosos e de tanta industria e experiencia nas cousas da guerra, como sao os turcos, mormente considerando a vinda delles a Fez nao he do fadar (*) a posse (*) daquelle reyno ao tio do xarife mas principalmente com fundamento de o fazer (*) do turco e o turco se fazer S. de toda a Africa e de todos os portos de mais della, tendo em cada hum delles muitas galés que lhe sera facil de por em efeito, asi pela natureza da mesma barra como por seu grande poder, (*) quando ahi (*) Deus nao permita visto he quantos males quali (*) se remedio poderiao recrescer a toda espanha que da christandade se pode dezer que he (*) melhor e mayor parte e co este inteto queria que nao somente cuydareis nesta materia e a discorrereis para me nella dardes parecer e conselho no q farei e devo fazer, nas novas e accidentes (*) presentes mas inda naqueles q em tam profunda potencia (*) estao de poder ao diante acontecer, e também quero q saibais o q agora ordeney de logo q he mandar prosseguir a fortificação naqueles meus lugares e provelos de mantimentos e munições, e reforçar e aprestar minhas armadas, e aperceber gente e nalgumas comarcas do reyno. Mas tudo isto nao descansa ne deve tirar ne aliviar este cuydado q obriga a começar a aperceber de logo; pa tudo o q pode succeder. E eu espero na misericórdia de N. S.^{or} q recebemos delle quando ahi de nossa parte nos disposemos, tamanhos dons e tam grandes vittorias, q receba de nos os serviços que lhe eu mto desejo fazer, nao somente na defensao de sua fee, mas também na ampliação della. E mto vos encomendo q me respondais logo a esta carta, e por certo tenho q será tal a resposta como de vos espero e confio, e do mais que socceder terey lembrança de vos mandar avisar. Escrita em Setubal a 27 de Abril de 576

Rey

(fim da transcrição)

(*) – grafia não interpretada ou em dúvida

Anexo 4 – (Transcrição da nota de privilegio conferida por D. Sebastião ao impressor da colectânea das Leis e Regulamentos e demais diplomas por si redigidos e/ou promulgados ao longo do seu reinado, tal qual aparece nas “Leys e provisões que ElRey D. Sebastião .../... fez depois que começou a governar”) à tese de mestrado intitulada “A estrada para Alcácer-Quibir – razões para uma decisão controversa”

Privilegio

Ev ELREY faço saber aos que este Aluara virem, que auendo respeyto a Francisco Correa Impressor, imprimir ora á sua própria custa o livros das Leys e Prouisões, que eu passey , e fiz depois que comecey a governar meus Reynos atégora: E por lhe fazer mercê, ey por bem, e me praz que por tempo de cinco annos Impressor , nem Liureyro algum, nem outra pessoa , de qualquer qualidade que seja , não possa imprimir , nem vender em todos meus Reynos e senhorios , nem trazer de fora deles o dito livro , saluo o dito Francisco Correa, ou aquellas pessoas , que pera isso tiuerem seu poder e licença. E qualquer Impressor , Liureyro , ou pessoa , que durado o dito tempo de cinco annos , imprimir , ou vender o dito liuro nos ditos meus Reynos e senhorios , ou o trouxer de fora delles , sem licença do dito Francisco Correa , perderá pera elle todos os volumes, que assi imprimir , vender , ou de fora trouxer , e além disso encorrerá em pena de conçoenta cruzados , ametade pera minha camara , e a outra ametade pera quem o accusar. E isto se comprira assi , tendo elle sempre copia dos ditos liuros em abastança , porque nam a tendo , este Aluara se nam comprirá (*); e nam poderá vender cada hum dos ditos liuros em papel por mais de dous vinténs. E mando a todas minhas justiças , officiaes e pessoas , a quem o conhecimento disto pertencer , que cumpram e guardem inteiramente este Aluara , como se nelle contem. O qual hey por bem que valha , e tenha força e vigor , como se fosse carta feita em meu nome , por mim assinada , e passada por minha Chancellaria , e posto que por ella nam seja passado , sem embargo das ordenações em contrario. Gaspar de seyexas o fez em Sintra, a quatorze de Setembro , de Mil , quinhentos e setenta. Iorge da Costa o fez escreuer.

(*) E a esta conta he que o Impressor fez segunda edição debaixo do mesmo anno e privilegio , como o observamos nos dous exemplares , que temos , d'uma e outra edição.

Estas sam as Leys e Provisões , que se contem neste livro: As quaes nam se imprimiram todas pela ordem do tempo , em que forão feitas , mas como se podéram ajuntar pera a Impressam

- Regimento sobre alguns casos , e Provisões , que se ora despacham , e assinam pelos Desembargadores do Paço
- Prouisam , que os Prelados , e Iuyzes Ecclesiasticos possão por seus próprios ministros vsar contra os leigos da jurdiçam , que lhes da o sagrado Concilio Tridentino
- Prouisam em favor do Concilio provincial da India , que se fez na cidade de Goa
- Prouisam que nam vão Christãos novos morar , nem residir na Ilha de sam Thomé , nem tenham nella officios de Iustiça
- Ley das armas , que cada pessoa he obrigada ter em todos Reynos e Senhorios de Portugal
- Prouisam sobre as rendas applicadas pera a fortificação dos lugares de Africa
- Ley sobre os Cambios , Onzenas , e Trapaças
- Ho Regimento das Alçadas
- Regimento do trato da Pimenta , Drogas , e Mercadorias da India , que ora elRey nosso senhor alarga
- Ley sobre a liberdade dos Gentios do Brasil: e em que casos se podem , ou nam podem captiuar

- Alçada , e assinaturas dos Corregedores das comarcas , e Ouvidores dos Mestrados , e Iuyzes de fora das terras de S. A.
- Prouisam sobre as moedas de Prata
- Ley sobre os gastos demasiados , sedas , e outras cousas , que pertencem á reformação dos costumes
- Prouisam sobre os depositos , que se fazem em juyzos da cidade de Lyxboa , assim Ordinarios , como dos Residos , Orfãos , e Alfandega, da maneyra que se ham de fazer
- Prouisam sobre as pessoas ociosas e vadias
- Prouisam sobre as pessoas , que na cidade de Lixboa se passão de huma Freguesia pera outra : e Molheres , que ensinam moças a ler , coser, e laurar. E pessoas, que tem tavernas , e vendajem fora dos lugares pera isso assinados
- Prouisam sobre os Bayrros , em que ham de viuer as molheres solteiras de Lixboa
- Ley sobre os Cambios , e Interesse do Dinheyro
- Ley sobre as Mulas, Facas e Quartaes
- Prouisam , que os Reys Christãos , e os Gentios , que fauroecem a Christandade nas partes da India , China , Iapão , e Maluco , possam nauegar de humas partes pera outras
- Prouisam , que os Portugueses não possam comprar , nem catiuar Iapão algum: e que os que forem a Iapão , comprem , e vendam per hum mesmo peso , e balança
- Prouisam , que os que se conuerterem a nossa sancta Fé nas partes da India , China , Iapam; e Maluco , sejam escusos de pagar dízimos per tempo de quinze annos
- Regimento dos Capitães móres , e mais Capitães , e officiaes das companhias da gente de cavallo e de pé; e da ordem , que terem em se exercitarem
- Lei sobre o pecado de Sodomia

- Lei sobre os liuros dos hereges, e defesos
- Lei de como ham de ir armados os Nauios , que destes Reinos navegarem
- Regimento, e statutos sobre a refrmaçam das tres ordens militares
- Prouisam sobre as Ordenanças
- Ordenações da noua ordem do juízo , sobre o abreciar das demandas , e execuções dellas
- Determinaçõis , que se tomaram per mandado delRei nosso senhor , sobre as duuidas , que auia antre os Prelados , e Jostiças Ecclesiasticas , e Seculares

Anexo 5 – (Tabela das fortalezas erigidas ou intervencionadas durante os 2º e 3º quartéis do Sec. XVI) à tese de mestrado intitulada “A estrada para Alcácer-Quibir – razões para uma decisão controversa”

A tabela seguinte (em 6 páginas incluindo esta) foi extraída da obra “Construir e desconstruir a guerra em Portugal (1568-1598)” (Luís Costa e Sousa) e lista os fortes reparados, recondicionados ou construídos de raiz no período entre os 2º e 3º quartéis do Séc. XVI. As obras imputáveis ao período do reinado de D. Sebastião aparecem em azul. Note-se que o Autor não é peremptório relativamente a algumas datas e responsáveis, o que, como o próprio confidencia, se deve ao facto de este levantamento ainda estar a ser estudado.

Fortificação	Autor	Início dos trabalhos	Nota
Portugal continental			
S. João da Foz (Porto)	Simão de Ruão	c. 1570	
Santiago da Barra (Viana)	?	1568 - 1572	
S. João Baptista (Vila do Conde)	Filipo Terzi (?)	1570 - 1576	
Peniche	Luís Fernandes (?)	1557 – 1558	
S. Sebastião (Caparica)	Afonso Álvares	1569 – 1572	(*)

S. Julião da Barra	Miguel de Arruda	1559	Segundo o autor da tabela, a construção do forte foi decidida antes de D. Sebastião e os trabalhos terão começado uns anos depois; o arquitecto aqui nomeado foi o vedor a partir de 1559
Ancua (Sesimbra)	Afonso Álvares	c. 1570	(*)
Forte do Outão	Afonso Álvares	Concluído em 1572	(*) – embora nestas 3 obras se trate do mesmo arquitecto, tal pode ser admitido sabendo que todas estas intervenções demoravam anos entre início e conclusão e atendendo a que, além da proximidade geográfica, o autor da tabela não tem uma datação precisa para o início e conclusão de cada
Baluarte S. Jorge / Santiago (Faro)	?	?	
Forte do Pinhão (Lagos)	?	1554 – 1555	
Alcantarilha	Benedetto de Ravena (?)	1571 – 1577	
Santo António/Rato (Ilha das Lebres – Tavira)	?	Concluído em 1573	
S.to António do Beliche	?	Reinado de D. Sebastião	

Sagres	?	Em curso em 1573	
Ceilão Indonésia e Molucas			
Baía Solor	?	1566	
Nossa Sra da Anunciada (Amboíno)	Sancho Vasconcelos	1576-1588	
Reis Magos (Tidore)	Sancho Vasconcelos (?)	1578	
África			
Ceuta	Benedetto de Ravena	1541 – 1549	
Tânger	André Rodrigues	1558-1565	
S. Sebastião (Ilha de Moçambique)	Miguel de Arruda	1558	
S. Jorge da Mina (Gana)	Lopo Machado (?)	?	Uma cerca com 2 baluartes sobre o mar foi posteriormente levantada em 1556 por João Leal ou Marcos Gomes
Luanda (Angola)	?	1576	
S. Sebastião (S. Tomé)	?	Concluída em 1575	Após 1566 D. Sebastião mandou construir 2 linhas de trincheiras (defesa do ancoradouro)

Açores e Madeira			
Funchal	P. Arditti e M. Fernandes	1570	
S. Lourenço (Funchal)	Mateus Fernandes	1572	
S. Sebastião (S. Miguel – Pta Delgada)	Isidoro de Almeida / Pedro de Maeda	1552- 1553 (?)	
S. Brás (S. Miguel – Pta Delgada)	Manuel Machado	(1551)	Os planos do arquitecto aqui nomeado terão sido revistos posteriormente por Isidoro de Almeida (em 1552) e por Pedro de Maeda e Tommaso Benedetto (entre 1567 e 1569)
S.to António (Monte Brasil – Angra do Heroísmo)	Arditi e Ravena	1567	
S. Sebastião (Porto de Pipas – Angra do Heroísmo)	?	1570	
S.to António (Porto Judeu – Angra do Heroísmo)	?	1573	
Brasil			
Baía	Lopo Machado	1553-1558	
Rio de Janeiro	Francisco Gonçalves	1559	

Índia			
Diu	?	Depois de 1546	
Baçaím	?	1552-1582	
Mangalor	?	1568	
Barçalor	Filipe Brias, flamengo	1569	
Damão	?	Anos 70-82	
Onor	Simão de Ruão (?)	1565	
Chaul	?	1571-1582	
Barém	Inofre de Carvalho	1558-1560	
Ormuz	Inofre de Carvalho	1559-1560	
Malaca	Tomé do Rego	1564	Segundo o autor desta lista, as muralhas NO e SO foram concluídas por 1577, mas em 1582 ainda decorriam trabalhos

Anexo 6 (**La Bataille d’el Ksar el Kebir “Oued el Makhasen” – et le besoin de nouvelles approches**) à tese de mestrado intitulada “A estrada para Alcácer-Quibir – razões para uma decisão controversa”⁹⁹

As 10 páginas seguintes contém uma tradução de um artigo da autoria do historiador marroquino Outmane Mansouri publicado nas actas do 4º colóquio de História Luso-Marroquina.

⁹⁹ MANSOURI, Otmane, Portugal e o Magreb, actas do 4º colóquio de História Luso-Marroquina, publicação do centro de História de Além- Mar (CHAM), Lisboa-Braga, 2011

A batalha de Alcácer-Quibir “Oued El Makhazen”

(e a necessidade de novas abordagens)

Há 430 anos, a batalha conhecida pelos portugueses pelo nome de Alcácer-Quibir, e pelos marroquinos pelo nome de Oued El Makhazen, teve lugar na vizinhança da localidade que lhe leva o nome. E desde então que numerosos estudos lhe são consagrados. Isto poderia significar que tudo o que se devesse ter dito ou levantado como detalhes, interrogações e clarificações já foi feito e que nada mais de essencial falta juntar ao assunto.

No entanto, somos levados a interrogarmo-nos se será isso exacto? Não teríamos necessidade de reestudar esta batalha sem os preconceitos dos nossos antecessores? Não deveríamos nós reler a sua história sem as respostas mais fáceis dadas às numerosas perguntas que ela coloca?

Se nos libertássemos da influência dos escritos efectuados desde o Séc. XVI e se recomeçássemos o trabalho segundo abordagens diferentes que não negligenciem todos os escritos que tenham em conta outros aspectos e pontos de vista, se dedicássemos mais tempo aos detalhes e narrativas desta batalha, nós desembocaríamos seguramente em resultados diferentes.

Esta intervenção é, de facto, um convite a rever e a reler o que está escrito sobre esta batalha à luz de alguns comentários extraídos duma primeira leitura apressada.

I – A história da batalha de Oued El Makhazen, como outros episódios da nossa história comum, está escrita com duas abordagens e em várias versões.

Se começássemos pelo nome desta batalha nós já constataríamos que ela é designada por Oued El Makhazen entre os marroquinos, e por Alcácer-Quibir entre os portugueses. Outros chamam-lhe a batalha dos 3 reis (4 se lhe juntarmos Al Mansour).

Juntemos a isso o nome local do sítio que na época conheceu a batalha: Tamda¹⁰⁰, que é, ainda que autêntico, raramente utilizado.

As causas para esta dualidade de análise encontramos-las em diferentes factores:

A – A influência dos escritos e circunstâncias que acompanharam e seguiram a batalha até aos nossos dias: os marroquinos (os antigos cronistas e os historiadores tradicionais) consideraram a batalha como um milagre, uma grande vitória santa contra o inimigo infiel. Eles deram-lhe um cariz religioso, e o Estado Saadida soube aproveitar para consolidar a sua posição contra os seus inimigos a nível local e internacional¹⁰¹. Os cronistas marroquinos atribuíram milagres “karamats¹⁰²” a esta batalha¹⁰³ que eles compararam à grande batalha de “Ghazouat Badr” da época do profeta¹⁰⁴. O espírito religioso dominava, portanto, os escritos pois os marroquinos consideravam esta batalha como uma continuidade das guerras que opunham muçulmanos a cristãos durante séculos. A batalha, por conseguinte, pôs fim a este perigo que ameaçava, não só a sua existência, mas sobretudo a sua religião. Encontramos os ecos deste pensar mesmo em escritos contemporâneos e recentes. Os investigadores portugueses negligenciaram este espírito que animava os marroquinos à época desta batalha. Abdelmaleque não

¹⁰⁰ Mohammed Al-Arbi AL-FASSI, “*Miraat Al Mahassen...*”: «A batalha foi em Tamda na proximidade de Alcácer-Quibir(...)» pág. 34

¹⁰¹ Abou Al-Mahassen Youssef Al-Fassi, um grande “Sufi” participou nesta batalha, tal como outros “sufis e awliya (NT: santos)” como o Cheikh Al-Yadri e o famoso Abou Al-Abass Assabti. Aquele foi visto montando o seu cavalo doirado encorajando os combatentes a avançar. M. AL-FASSI, “*Miraat Al Mahassen...*” cit. Pág.34; Mohammed Essaghir AL-IFRANI, *Nouzhat Al Hadi*, apresentado e anotado por Abdellatif Chdli, Casablanca, 1998, pp. 139-141

¹⁰² NT: maravilhas sobrenaturais operadas por santos muçulmanos

¹⁰³ Segundo Al-Miraat, é o Cheikh Youssef que pede aos habitantes de Alcácer-Quibir que fiquem em casa, explicando que o rei de Portugal não poderá avançar para além do lugar onde se encontra até à chegada do sultão Mulei Abdelmaleque. Ele assegura-lhes a vitória dos marroquinos e fixa mesmo o preço de compra dos portugueses cativos. M. AL-FASSI, “*Miraat Al Mahassen...*” cit. pág. 82. Fachтали também conta que al Mansour foi atingido no peito mas que, como que por uma espécie de milagre, não sentiu nada (*Manahil Assafa...*, apresentado e anotado por Abdelkarim Kriem, Rabat, 1972, p. 38). O mesmo Almansour estava bastante confiante, malgrado a inquietação dos seus oficiais, e malgrado o pânico geral porque ele se lembrara de um sonho antigo onde o profeta Maomé lhe anunciara que ele seria rei aos 30 anos de idade e que ele completaria os 30 anos no dia da batalha! (Abdelaziz AL-FACHTALI, *Manahil Assafa...* cit. p.27)

¹⁰⁴ M.AL-IFRANI, *Nouzhat Al Hadi* cit. p. 39

conseguiu acabar com Almoutawakil depois de mais de 24 batalhas. Entretanto, desde que este pedira ajuda aos cristãos, e depois da vinda do rei de Portugal, em pessoa, a Marrocos, com um exército enorme, ele pode reunir a seu lado todos os marroquinos. Estes últimos sentiram que não se tratava apenas de um conflito entre pretendentes ao trono, mas do destino de toda uma nação. Aliás, a noção de nação e nacionalismo era frequentemente ligada à pertença ao país do Islão e à religião muçulmana, e dirigida contra os cristãos, que eram os ocupantes (espanhois, portugueses, franceses). Recordemos que Marrocos nunca conheceu ocupação turca. Sidi Moussa, um marroquino que vivia em Portugal no séc. XVI, bem tinha aconselhado o rei Sebastião para não vir em pessoa a Marrocos. Isso daria a impressão de uma vinda para ocupar o país e influenciaria as gentes para se porem ao lado de Abdelmalkeque. Segundo ele, bastaria enviar um comandante português com quatro ou cinco mil soldados para vencer a campanha. Sabendo que Marrocos é muito vasto e sub-povoado, e para o ocupar nem duas torrentes de homens e de dinheiro não chegariam...¹⁰⁵. Mas este espírito e esta forma de ver a batalha dominavam também os estudos e escritos contemporâneos, sobretudo durante o protectorado francês e mesmo depois da independência. Isto traduziu-se no facto de que ela fora dominada por uma atmosfera de patriotismo contra o ocupante que necessitava do recurso ao passado para recolher os trunfos positivos que ajudavam a encorajar a resitência em proveito do movimento nacionalista marroquino. O efeito deste sentimento nacional-religioso ficou bem depois da independência¹⁰⁶.

A influência deste aspecto nacional-religioso, impede certos investigadores de estudar os factos históricos com uma visão neutra e científica. Assim que Almoutawakil pede o apoio de uma potência vizinha “estrangeira” ele cometeu um acto que podemos classificar como político. No entanto as circunstâncias então existentes traduziram este acto como sendo uma grande traição. Aliás, ainda é assim considerado. No entanto nós sabemos que a história conheceu vários casos deste género¹⁰⁷. A atmosfera religiosa que

¹⁰⁵ DAVID LOPES, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, 1989, p. 80

¹⁰⁶ Encontra-se em frases como “Nós não teremos tranquilidade até que Ceuta regresse à pátria-mãe...”, “uma vitória para todos os muçulmanos”, Mohammed AL-FASSI, “A batalha decisiva de Oued El Makhazen”, in *La recherche scientifique*, 9 (1966), pp. 230-231, esta vitória pôs fim à aventura portuguesa e ao conflito que existia desde há 2 séculos... A batalha provou a existência de um sentimento nacional forte entre os marroquinos, Mohammed ZIBNER, *Mémoire du Maroc*, pp. 174-194. *Sauver le monde islamique...* Harat Brahim, Politique, pp. 68-75.

¹⁰⁷ Otmane MANSOURI, “Demander assistance à l'étranger”, in Bouhouth (1999), pp. 2-28

reinava e que acompanhou os preparativos contra a campanha portuguesa é um factor muito importante. No entanto a maioria dos historiadores portugueses ignoraram-no. Os movimentos sufis, os Ulemas, animaram os espíritos. Os estudos portugueses não falam, por exemplo, da carta dirigida a Almoutawakil. Esta era uma resposta à sua carta, que justificou o recurso à ajuda portuguesa. Uma carta que discute o problema da sucessão ao trono Saadida e que prova que todos os componentes do Estado e da sociedade marroquina tomaram o partido de Abdelmalek. Sobretudo depois que Almoutawakil pediu a ajuda dos portugueses “cristãos” contra os muçulmanos. A carta fala também dos preparativos materiais e morais: as bandeiras postas no centro da grande mesquita Al Quaraouiye, os recitadores do Corão que recitaram o Corão 100 vezes e o livro de “Boukhari” que contém as Haddiths do profeta, e “tahlil e takbir”: as orações e as invocações, etc.¹⁰⁸

Alguns investigadores marroquinos consideraram esta atmosfera de animação religiosa como um factor importante para explicar a tenacidade da resistência marroquina à época. No entanto, esta mesma atmosfera influenciou outros investigadores menos profissionais a insistir na glória, no heroísmo, no sentimento nacionalista e religioso... Então por vezes inflacionam os feitos e o número de soldados portugueses e minimizam o número de soldados marroquinos.

B – Do lado português, certos historiadores consideraram esta batalha como uma catástrofe que demoliu um sonho gigantesco: o império português e as suas glórias. Ela foi igualmente considerada como um acidente que surpreendeu todo o mundo, sem excepção. Assim, a maioria dos estudos sobre esta batalha foram caracterizados pela lógica da justificação e pela procura de pretextos. Também a batalha é o fruto da aventura de um jovem rei inepto, a quem falta experiência...Podemos citar como exemplo a página web “*O portal da história*” onde encontramos as seguintes frases sobre D. Sebastião: “... *Nunca ouviu conselhos de ninguém, e entregue ao sonho anacrónico de sujeitar a si toda a Berbéria a trazer à sua soberania a venerada Palestina, nunca se interessou pelo povo, nunca reuniu cortes nem visitou o país, só pensando em recrutar um exército e arma-lo, pedindo auxílio a estados estrangeiros, contraindo empréstimos e arruinando os cofres do reino, tendo o único fto de ir a África combater os mouros. Chefe de um numeroso exército, na sua maioria*

¹⁰⁸ O texto integral desta carta pode ser lido em M.AL-IFRANI, *Nouzhat Al Hadi cit. pp. 128-138.*

aventureiros e miseráveis, parte para África em Junho de 1578; chega perto de Alcácer-Quibir a 3 de Agosto e a 4 o exército português esfomeado e estafado pela marcha e pelo calor e dirigido por um rei incapaz, foi completamente destruído, figurando o rei entre os mortos...”¹⁰⁹. Estas amostras de frases provam que são atribuídos a D. Sebastião muitos defeitos e toda a responsabilidade pela derrota e pela decadência do império português. Contudo, existem outras razões que explicam o declínio do império. É preciso rebuscar para trás, aos anos de 1521 e 1522 e rever alguns feitos, julgamentos e preconceitos:

- O império português conheceu dificuldades económicas e políticas, e sinais de fragilidade que remontam a 1521, ao tempo de D. João III¹¹⁰. A população portuguesa tinha igualmente passado por um abaixamento demográfico considerável devido aos portugueses que emigraram para o Brasil e Índia em busca de riquezas, e que não regressavam. De facto, regressava uma em cada dez pessoas. Portanto, Portugal perdera, durante o Séc. XVI, 50% dos seus habitantes o que causou danos consideráveis à agricultura e obrigou o país a importar escravos da África negra¹¹¹. É preciso ainda adicionar a isto a grande peste que atingiu Portugal em 1569¹¹²... Por consequência não seria por si só a responsável pelo declínio do império.

- Terá sido a batalha uma aventura mal estudada?

De facto, aqueles que afirmaram isso apresentaram um julgamento posterior com base no resultado da batalha e que quadra perfeitamente com o número insuficiente de soldados e do efectivo do exército português.

¹⁰⁹ (Itálico do tradutor); as referências da aludida página web são o Vol III da *História de Portugal* de Joaquim Veríssimo Serrão e o *Dicionário da História de Portugal* de Joel Serrão

¹¹⁰ António Dias FARINHA, “O interesse pelo Norte de África”, in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Alfa, Vol. I, p. 125; Jaouad MEHDI e Mhammed BENABOUD, “La bataille d’El Qsar El Kebir”... p. 269

¹¹¹ Jaouad MEHDI e Mhammed BENABOUD, “La bataille d’El Qsar El Kebir”... cit. p. 268

¹¹² “Centenas de mortos por dia, sem lugar para os sepultar... valas comuns para enterrar os mortos, aos 50 de cada vez, o número de vítimas em Lisboa ultrapassou os 40.000, o que representava um terço da população da capital. A moeda de bronze perdeu um terço do valor”, vd. F. A. Oliveira MARTINS, *História de Portugal*, Lisboa, 1937, p. 341

Antes desta batalha, os dois irmãos Abdelmalek e Ahmed tinham combatido várias outras (24, segundo as fontes marroquinas¹¹³) contra o sobrinho Mohammed Almotauakil, eles esgotaram sua força bem como o seu potencial humano e material. A Espanha e Portugal seguiam a situação atentamente e conheciam bem a deterioração da situação geral em Marrocos devido às guerras intestinas. E se o rei de Espanha não participara directamente foi por estar preocupado com os problemas mediterrânicos. E no entanto ele tinha enviado uma ajuda militar e soldados. Sabe-se também que o rei Sebastião se tinha preparado bem para a batalha e que muitos voluntários nela participaram, isto ainda antes de Mohammed Motawakil lhe pedir ajuda.

Os portugueses constataram que as circunstâncias eram favoráveis para conseguir benefícios em Marrocos e aproveitar a situação deplorável para talvez atingir Fez, a capital. Foi por esta razão que investiram todo o seu peso e meios nesta guerra¹¹⁴. A história não se presta a suposições mas sabe-se que a leitura deste acontecimento teria sido diferente se Portugal tivesse vencido a batalha. Neste momento ninguém falaria da incompetência do rei Sebastião, ou do aventureirismo e da sua falta de experiência. Se nós estabelecêssemos as nossas análises antes da batalha, isso permitir-nos-ia observar que a situação em Marrocos era favorável a uma intervenção militar, vistas as consequências da guerra interna que tinham enfraquecido os dois campos em luta pelo poder. A lógica e o contexto da época permitiam uma tal intervenção. Podemos resumir tudo a que a ideia era boa mas a execução foi má.

- É verdade que o regresso à política expansionista de D. Manuel não estava bem justificado, sobretudo em vista do fim trágico da aventura de D. Sebastião. Mas isso não impede de constatar que a campanha de África era realizável, ou seja, razoável. Dizer que ela era o fruto de aventureirismo de um jovem rei com falta de experiência e que avaliou mal não explica todo o problema. A batalha por si só não foi responsável pela queda do império. Isso explica-se pelo facto de que uma batalha, sobretudo com o número de soldados que participaram segundo as fontes portuguesas e que se desenrolou longe do território português não podia acarretar tais consequências. O

¹¹³ M.AL-IFRANI, *Nouzhat Al Hadi* cit. p. 136 – Harakat, Politique, p. 69 – Le Maroc, p. 258 – Kriem, Le Maroc, p. 97. Ben ABDELLAH, *Histoire*, pp. 171-173

¹¹⁴ Vê-se que a campanha de África se tornou uma obsessão para D. Sebastião e durante 4 anos ele nunca cessou de procurar os meios para financiar a campanha, recrutar os homens e receber a ajuda e a bênção do Papa, etc.

verdadeiro problema foi a morte do rei Sebastião sem deixar herdeiro ao trono. Isto deu a Espanha a oportunidade de governar Portugal. Que o rei Sebastião tenha morrido na guerra ou em paz, numa batalha ou na cama, é indiferente. Se o rei tivesse saído são e salvo da batalha, ele teria podido resolver os problemas resultantes da derrota. Porque as perdas humanas e materiais, ainda que enormes, eram facilmente ultrapassáveis e recuperáveis em presença de um trono estável e de um rei que dirigisse o país.

- Foi a derrota um acidente de percurso ou um acontecimento excepcional na história dos dois países?

Se revisitarmos a história dos portugueses em Marrocos, descobriremos que eles eram superiores no mar. Isso ajudou-os a ocupar cidades costeiras marroquinas e permitiu-lhes conservá-las por muito tempo. Deve dizer-se que eles beneficiaram da supremacia em armas e equipamentos militares para empenhar em guerras na forma de bem-sucedidas excursões breves contra aldeias¹¹⁵ e tribos muito menos equipadas e armadas, sobretudo em armas de fogo. Mas também constatamos que durante as batalhas e confrontos militares terrestres os portugueses já tinham experimentado outras derrotas mais ou menos importantes, das quais podemos citar a de Tânger em 1437 onde os marroquinos capturaram o infante santo D. Fernando que morreu na prisão de Fez em 1443. Mas também a derrota na ilha Graciosa e a batalha de AlMaamoura na foz do rio Cebu em Julho de 1515¹¹⁶. O rei Filipe II exigiu a D. Sebastião que recrutasse combatentes na Alemanha, Itália e Espanha para obter a sua ajuda. Ele acreditava que os portugueses, ainda que fortes em guerra marítima e que defendessem bem as suas praças, teriam problemas em batalha em campo aberto¹¹⁷. Alguns historiadores chegaram a tentar relativizar a importância desta derrota minimizando o número de soldados portugueses e exagerando os números do lado marroquino ou o papel dos turcos nesta derrota.

C – o problema linguístico é também responsável por esta dualidade. Porque os portugueses satisfaziam-se com as suas fontes, ainda que estas sejam ricas. Todavia eles

¹¹⁵ (NT: Douars, no original)

¹¹⁶ Fala-se de 4000 mortos entre os portugueses (ver mohammed AL-FASSI, “*La bataille décisive de Oued El Makhazen...*” cit. p. 210; António Dias FARINHA, “*O interesse pelo Norte de África*”... cit. p. 103

¹¹⁷ Pedro Soares MARTINEZ, *História diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, p. 111

não têm os meios para ler e estudar as fontes marroquinas e os estudos em língua árabe. De igual modo os marroquinos não têm os meios para ler e acompanhar tudo o que produzem os historiadores portugueses, o que explica a negligência de uns relativamente aos trabalhos dos outros. Ora o contrário daria a estes estudos uma visão mais alargada e completa porque existem pormenores que encontramos entre os historiadores e cronistas marroquinos que não encontramos entre os portugueses e vice versa. Como por exemplo a troca de correspondência entre os dois reis: Abdelmalek e Sebastião, o número de mortos e cativos, a importância dos restos mortais, o tráfico, o corpo de Sebastião. O que demonstra a importância que deve ser dada aos esforços de um pequeno número de historiadores em matéria de tradução.

II – Não está tudo dito e ainda há muito por fazer

Vistos os comentários precedentes, constatamos que malgrado a quantidade e qualidade dos estudos efectuados, sobretudo da parte de historiadores portugueses, muitos dos detalhes e factos continuam discutíveis ou incorrectos, ou seja, incompletos. Estes factos merecem de uma parte e outra mais atenção e pesquisa. Cito, de forma abreviada, alguns exemplos:

- a morte de Sebastião: as fontes marroquinas falam de uma delegação portuguesa que veio pedir o corpo ao Sultão Al Mansour¹¹⁸. Este tinha-lhes entregue o corpo sem contrapartidas, como demonstração de amizade. Sabemos que a busca do corpo levou mais de 3 dias por 3 equipas de 10 pessoas cada¹¹⁹. No entanto há fontes que contam o sepultar do corpo em Portugal em 1582¹²⁰, enquanto outros duvidam veementemente do destino do corpo. Deve assinalar-se que igual dúvida se coloca para AlMoutawakil assumindo que não se sabe exactamente o que aconteceu ao seu corpo depois de um percurso por várias povoações marroquinas. E também para Abdelmalek, existe hoje um pequeno tumulo no sítio da batalha mas fontes escritas contam que o corpo foi

¹¹⁸ M. AL-IFRANI, *Nouchat*, cit. p.151; Abdelaziz AL-FACHTALI, *Manahil Assafa*... cit. pp.49-50

¹¹⁹ António de SALDANHA, *Crónica de Almansor sultão de Marrocos (1578-1603)*, estudo crítico, introdução e notas de António Dias FARINHA, Lisboa, 1997, p.16

¹²⁰ O “Portal da História”, D. Sebastião “sepultado em 1582 no Mosteiro dos Jerónimos”

transportado para Fez. Os detalhes sobre o significado de “sebastianismo” são comparáveis ao mahdismo em Marrocos?

- As estatísticas e o número de soldados e participantes nos dois lados: são números que aumentam ou diminuem de acordo com os campos, não mencionando que ninguém fez um esforço para, ao menos, rejeitar os números exorbitantes. Há vezes em que se fala de 14.000 participantes e 18.000 mortos! Sem um estudo do terreno para definir o sítio exacto e as posições. Nem mesmo a superfície para saber se ela seria capaz de suportar as presumíveis quantidades de homens, tendas, carroças, cavalos e canhões, etc. Quantos foram mortos, feridos, prisioneiros, fugidos... A ponte que os marroquinos demoliram, o rio de Oued El Makhazen, a sua profundidade nesse tempo e agora.

- A relação entre esta batalha com a glória e prosperidade do estado marroquino: os cronistas marroquinos atribuem o apogeu da dinastia saadida à vitória em El Ksar El Kebir. Materialmente não se consegue ver a relação porque Marrocos viveu momentos penosos por causa dos acontecimentos que precederam a batalha: uma série de guerras, mais de vinte batalhas, guerras que exauriram os recursos financeiros e humanos, com perdas consideráveis. As fontes marroquinas afirmam que o sultão Ahmed El Mansour começou o seu reinado com uma tesouraria vazia, sem ouro nem prata. O negócio dos cativos e dos despojos trazia, sem dúvida, recursos importantes mas insuficientes em face da atrocidade das guerras e do volume enorme das pestes. As consequências negativas para a economia do país e a sua estabilidade eram sem dúvida importantes e foi preciso mais que uma década para se sentir o fruto de todos os esforços, sobretudo após a conquista do Sudão. Além disso o país passou por anos de escassez e por epidemias que sobrecarregaram os aspectos negativos desta situação¹²¹.

- Os preparativos de ambos os lados, o número de participantes do lado marroquino e o do português e de fora dos dois países, o papel dos turcos, dos espanhóis e da igreja no conflito, e o volume da ajuda que eles deram.

- Os pormenores respeitantes aos movimentos de cada um dos exércitos: os planos e estratégias seguidos por cada um deles, a presumível troca de correspondência entre eles. As cartas trocadas, sobretudo, por Abdelmaleque e Sebastião e o rei de Espanha. O

¹²¹ Em Marrocos aconteceu uma epidemia em 1597 e 1580 e uma invasão de gafanhotos e em 1582/83 acompanhada de uma seca; ver Outmane MANSOURI, *Le commerce du Maroc au XVI^{ème} siècle*, Casablanca, 2001, pp.302-326.

local exacto da batalha, o desenrolar, as causas reais para a derrota (estritamente técnicas), quanto tempo durou...

Um grande obstáculo impede os investigadores de completar o seu dever que é a ausência de estudos comparados. Nós temos uma história comum, mas duas histórias escritas. Por causa da servidão linguística atrás citada, os portugueses não puderam ler o que está escrito em árabe sobre a batalha e sobre as relações bilaterais. Os marroquinos tampouco conseguiram ler tudo quanto está escrito em português do lado dos seus homólogos. Isto explica a falta de estudos comparativos que são necessários para completar os esforços desenvolvidos pelos investigadores dos dois países. Sem esquecer o que foi escrito por historiadores de outros países como a Espanha, França, Inglaterra e países árabes.

(fim de tradução)

Bibliografia

- (autor desconhecido), *Leys, e provisões, qve ELRey Dom Sebastião Nosso Senhor fez depois qve começou a governar*, impressas em Lisboa per Francisco Correa em 1570
- da Colecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal – Parte I (da legislação antiga), por resolução de Sua Magestade de 2 de Setembro de 1786
- BETTENCOURT, Francisco e CHAUDURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa – Volume 2* – Círculo de Leitores, 1998
- BOUSA, Fernando, *D. Filipe I* – Colecção Reis de Portugal, Ed.Círculo de Leitores, 2005
- BUESCU, Ana Isabel, *D. João III* – Colecção Reis de Portugal, Ed. Temas e Debates, 2008.
- CARITA, Rui, *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)* – edição da Secretaria Regional de Educação / Governo Regional da Madeira, Funchal, 1984
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I* – Colecção Reis de Portugal, Ed. Circulo de Leitores, 2005
- COSTA, João Paulo de Oliveira e, e RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar *A Batalha dos Alcaides*, Tribuna da História, Lisboa - 2007
- COSTA, João Paulo de Oliveira e, RODRIGUES, José Damião, e OLIVEIRA, Pedro Aires- *História da Expansão e do Império Português*, A Esfera dos Livros – 1ªEd. Nov 2014

- CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião* – Coleção Reis de Portugal, Ed. Temas e Debates, 2009.
- (desconhecido), “Crónica do Xarife Mulei Mahamet e d’El-Rei D. Sebastião”, com introdução e notas de Sales Loureiro, Europress, 1987
- DISNEY, Anthony Ralph - *A History of Portugal and the Portuguese Empire From Beginnings to 1807 (Volume 2: The Portuguese Empire)* - Cambridge University Press – 2009
- FEIO, Gonçalo Couceiro – *O ensino e a aprendizagem militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião: a arte portuguesa da Guerra* – Doutoramento em História – História dos Descobrimentos e da Expansão, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – 2013
- LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I – Vol I*, Livraria Civilização, 1945
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo de El-Rey D. Sebastião*, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, Lisboa, 1751
- MARQUES, A. H. de Oliveira, e, SERRÃO, Joel, *Nova História de Portugal – Vol V (do Renascimento à Crise Dinástica)*, Ed. Presença, Maio de 1998
- MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Ed. Verbo – Maio de 1986
- MATTOSO, José - *História de Portugal – III Volume* - Círculo de Leitores, Dezembro de 1993
- (Vários) *História Geral de África* - Edição patrocinada pela UNESCO

- MANSOURI, Othmane, *Portugal e o Magreb*, actas do 4º colóquio de História Luso-Marroquina, publicação do centro de História de Além- Mar (CHAM), Lisboa-Braga, 2011
- PLUMMER III, Comer, *Roads to ruin – The war for Morocco in the Sixteenth Century*, Lulu Publishing Services, rev. December 2015
- PUST, Klemen (2012) ‘Defending the Christian Faith with Our Blood’. *The Battle of Lepanto (1571) and the Venetian Eastern Adriatic: Impact of a Global Conflict on the Mediterranean Periphery* Athens: ATINER'S Conference Paper Series, No: MDT2012-0036.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião – Volume I*, edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa – 1962
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião – Volume II*, edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa – 1963
- SOUSA, Luís Costa e, *Construir e desconstruir a guerra em Portugal (1568-1598)*, Fronteira do Caos – Jan2016
- SOUSA, Luís Costa e, *Alcácer Quibir - 1578; Visão ou delírio de um rei?* - Colecção Batalhas de Portugal; Tribuna da História Set 2009;
- SOUSA, Luís Costa e, *Escrita e prática da guerra em Portugal: 1573-1612* (tese de doutoramento)
- SOUSA, Luís Costa e, *A arte na Guerra - A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de quinhentos*, Tribuna da História – 2008 (baseado na tese de mestrado intitulada «A teoria e a prática militar em Portugal durante a segunda metade do século XVI: uma abordagem construtiva»)

- TEIXEIRA, Nuno Severiano, DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouveia, *História Militar de Portugal*, A Esfera dos Livros, 1ª ed. Junho de 2017
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, DIFEL, Colecção Memória e Sociedade, Viseu - 1994

Internet

- <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html> (“Regimento dos Capitães-Mores e mais Capitães e Oficiais das Companhias da gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem” – consultado em 16 de Agosto de 2016)